UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES, ECA/USP

RODRIGO CÉSAR CASTRO LIMA

*O PROBLEMA DO MAL E O JORNALISMO –
(POR) UMA EPISTEMOLOGIA DA NOTÍCIA*

SÃO PAULO
2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES, ECA/USP

RODRIGO CÉSAR CASTRO LIMA

*O PROBLEMA DO MAL E O JORNALISMO –
(POR) UMA EPISTEMOLOGIA DA NOTÍCIA*

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM/ECA-USP) para a obtenção do título de Mestre. **Área de concentração:** Teoria e Pesquisa em Comunicação (Área 1). **Linha de pesquisa:** Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação (Linha 1).

Orientador: Profº. Drº. Anderson Vinicius Romanini.

SÃO PAULO
2019

Autorizo a reprodução e divulgação parcial ou total deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte e a autoria da dissertação.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Lima, Rodrigo César Castro

O problema do mal e o jornalismo: (por) uma epistemologia da notícia / Rodrigo César Castro Lima ; orientador, Anderson Vinicius Romanini. -- São Paulo, 2019.
179 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão original

1. Jornalismo 2. Problema do mal 3. Lead (lide) 4. Valor notícia 5. Banalidade do mal I. Romanini, Anderson Vinicius II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Sarah Lorenzon Ferreira - CRB-8/6888

LIMA, Rodrigo César Castro. O problema do mal e o jornalismo – (por) uma epistemologia da notícia. Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM/ECA-USP) para a obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Teoria e Pesquisa em Comunicação (Área 1). Linha de pesquisa: Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação (Linha 1).

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profº. Drº.: _____

Instituição: _____

Avaliação: _____

Profº. Drº.: _____

Instituição: _____

Avaliação: _____

Profº. Drº.: _____

Instituição: _____

Avaliação: _____

Profº. Drº.: _____

Instituição: _____

Avaliação: _____

Profº. Drº.: _____

Instituição: _____

Avaliação: _____

RESUMO

O problema do mal é crucial para o campo da comunicação e, na construção noticiosa, apresenta um importante papel epistemológico na definição dos valores-notícia. Isso pode ser postulado desde o nascimento da história do jornalismo. Aventa-se aqui a hipótese de que ao nos comunicarmos, a primeira função que desejamos executar é a transmissão dos valores negativos; comunicamos primeiro aquilo que é o mal (a tragédia, a ameaça, a morte, etc) e só depois confabulamos a respeito do resto, pois que o mal implica em uma transformação direta do cotidiano. O mal, portanto, passa na dianteira em tudo aquilo que tange a representação dos fatos, pois que há uma dissimetria acerca dos valores da vida. Essa fisionomia recôndita da comunicação humana, que permanece no emaranhado de dados subjetivos que comunicamos uns com os outros, essa expressa necessidade de subentender o negativo na transmissão dos fatos, é a epistemologia conjunta do campo comunicacional e da notícia como um todo. A necessidade da comunicação humana em transmitir o mal desemboca na construção da outra – a notícia. Surge então uma nova hipótese epistemológica para o campo da comunicação por meio da notícia.

Palavras-chave: jornalismo; problema do mal; lead (lide); epistemologia da comunicação; valor-notícia; banalidade do mal.

ABSTRACT

The problem of evil is crucial to the field of communication. It presents an important role in the definition of news-value regarding the “construction” of the news. Such an affirmation can be postulated since the birth of journalism’s history. This dissertation presents the hypothesis that when we communicate the first function we want to execute is the transmission of negative values; firstly, we communicate what is evil (a tragedy, a threat, a death, etc) and only later we communicate the rest, because evil implies in a direct transformation of our daily routine. Evil, therefore, comes ahead in everything dealing with the representation of the facts, because there is an asymmetry regarding the values of life. This physiognomy of human communication lies in the entangled amount of subjective data we communicate to each other. This necessity to imply evil in the transmission of facts is the conjoint epistemology of the field of communication and news as a whole. The necessity of human communication in conveying evil results in the formation of news as we know it. Consequently, an innovative epistemological hypothesis comes to the field of communication through the news.

Keywords: journalism; problem of evil; lead; epistemology of communication; news-value; banality of evil.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio e suporte incondicional,

Ao orientador, e hoje amigo, Profº. Drº. Anderson Vinícius Romanini, que acreditou no projeto e “topou” o desafio,

Aos inúmeros professores que me inspiraram a enveredar pela carreira acadêmica,

Aos professores do PPGCOM pelos ensinamentos,

Aos amigos Lucas A. Saran (meu professor “quase” particular) e Rafael Aquino (meu guia e conselheiro na USP) pela amizade incondicional e fértil troca de ideias no decorrer da dissertação.

SUMÁRIO DA DISSERTAÇÃO

PARTE 1

Introdução: o que se almeja nesta dissertação?	P.11
---	-------------

PARTE 2

Metodologia: a percepção do mal no seio das notícias (análise e método)

I. Medindo o mal no jornalismo	P.17
II. Contribuições do pragmatismo à dissertação	P.22
III. O mal como método de produção	P.30

PARTE 3

A extração dos dados da experiência sensível

I. Cada país (e cada jornal) com a sua “maldade”	P.36
II. Um caso especial: a imprensa chinesa	P.53
III. Caso Trump: a aparição do demônio?	P.59

PARTE 4

Primeira hipótese: O mal que constitui o jornalismo e suas notícias

1. O problema do mal	P.65
2. O nascedouro do mal no jornalismo	P.73
3. O que é (a) notícia?	P.81
4. Jornalismo e senso para o comum	P.90

Segunda hipótese: O mal como consequência do jornalismo

a. Um problema de linguagem (ou o problema do bem)	P.98
b. A banalização do mal no jornalismo	P.108
c. O que não é (a) notícia?	P.116
d. Jornalismo e sua ciência particular	P.124

Um resumo dos possíveis resultados: um arrazoado de hipóteses

1a. O mal, a comunicação e os seus “problemas”	P.131
2b. Entre o banal, o histórico e o jornalismo	P.138

3c. O que pode ser (a) notícia?	P.147
4d. O cientista por detrás do senso comum	P.153

PARTE 5

Consequência das possíveis hipóteses: O mal como preceito epistemológico do jornalismo – uma perspectiva pragmaticista

A. As raízes nominalistas do jornalismo contemporâneo	P.160
B. O pragmaticismo de Peirce como uma forma de <i>propepositismo</i>	P.163
Γ. Uma alternativa pragmaticista para a comunicação jornalística	P.165

PARTE 6

Conclusão e indagações adicionais	P.169
Bibliografia	P.176

“Um grupo de porcos-espinho apinhou-se apertadamente em certo dia frio de inverno, de maneira que aproveitassem o calor uns dos outros e assim salvaram-se da morte por congelamento. Logo, porém, sentiram os espinhos uns dos outros, coisa que os levou a se separarem novamente. E depois, quando a necessidade de aquecimento os aproximou mais uma vez, o mal surgiu novamente. Dessa maneira, foram impulsionados para trás e para a frente, de um problema para o outro, até descobrirem uma distância intermediária, na qual podiam mais toleravelmente coexistir”

Arthur Schopenhauer, Parerga e Paralipomena

INTRODUÇÃO

O que se almeja nesta dissertação?

Antes de começarmos a pensar na natureza da seguinte dissertação, o autor dessa pesquisa acadêmica gostaria de propor um exercício muito prático de raciocínio – uma breve comparação das notícias a seguir, extraídas dos mais diferentes meios:

1) **2 choke to death eating 'mochi' rice cakes on New Year's Day**¹ (03/01/2017) – matéria do diário japonês Asahi Shimbun.

2) **Louvre knife attack: Soldier shoots assailant near Paris museum**² (03/02/2017) – matéria vinculada no canal de televisão Americano CNN.

3) **Inoperante no ataque, Palmeiras exhibe dificuldade para repor Jesus** (06/02/2017) – notícia publicada na versão impressa da Folha de SP.

Ora, o que haveria de comum entre a morte de dois japoneses no réveillon – que engasgaram ao comer bolinhos de arroz –, um terrorista à solta no Louvre, e o ineficiente ataque do time do Palmeiras? A princípio, não seria nada fácil admitir que exista uma certa semelhança entre as três notícias. Todavia, se olharmos bem a fundo, poderemos distinguir algumas características que facilitariam uma possível similitude. Se fizermos um exercício de percepção aguçada poderemos admitir, rapidamente, que todas essas histórias lidam com fatos desagradáveis, coisas que certamente qualquer pessoa em sã consciência evitaria se pudesse – a morte por engasgamento, um ataque terrorista, problemas com o time de futebol favorito. Ademais, são fatos relativamente singulares, que embora não sejam de toda raridade, são anormais – não é nada normal alguém morrer depois de comer um bolinho de arroz, não é nada normal andar pelas galerias do Louvre e observar uma altercação entre um policial e um terrorista, não é nada comum que um time da alçada do Palmeiras (clubismos à parte) tenha problemas para marcar gols. A tudo isto, pode-se somar o fato de que são ocorrências problemáticas, custosas, de difícil resolução. São dilemas que acontecem não se sabe de onde e nem o porquê, mas, fatalmente, vez ou outra, acontecem. Difícil mesmo admitir o que são, o que

¹ Tradução livre: “Dois engasgam até a morte comendo bolinho de arroz ‘mochi’ no ano novo”.

² Tradução livre: “Atentado com faca no Louvre: Soldado atira em agressor perto do museu de Paris”.

representam, o que indicam; contudo, são instâncias que fazem parte de nossas vidas – desafortunadamente se passam mais vezes do que poderíamos contar ainda que tampouco se sobreponham ao tédio e à normalidade do dia-a-dia. Por outro lado, é fácil dizer que são fatos desagradáveis, irritantes, coisas ruins e negativas, que nos atrapalham, fatos que gostaríamos que jamais se repetissem – coisas maléficas e, portanto, da alçada do mal. Não foi à toa que na filosofia convencionou-se chamar a essa série de dilemas como “o problema do mal”. Problema na medida em que são estruturas de questionamento da envergadura de uma charada matemática, cuja análise e indagação fertilizam o conhecimento, produzindo assim novas ideias, uma ponte entre o homem e a sua representação de mundo – a grandeza desse “problema” não se encontra necessariamente na sua resolução, mas sim no caminho de investigação que ele irá requerer. Feita essa análise inicial sobre o sentido do “problema”, cabe agora passarmos à pergunta crucial: e o mal? Pode-se resumir o mal a essa infinita série de pequenas impertinências desagradáveis, ou então podemos traçar mesmo uma teoria de linhas gerais para defini-lo enquanto uma superestrutura metafísica, ontológica ou epistemológica? Será que podemos defini-lo como “algo” que “paira no ar”, a causar obscenidades e agravos dos mais terríveis, coisa da alçada de uma guerra ou de um violento massacre? Ou seria o mal uma das típicas “coisinhas” banais que definem a nossa existência, ainda que seja algo de uma quase inacessível definição em palavras? É justamente esse mistério, o “problema do mal”, sobretudo na contemporaneidade, que tem fascinado filósofos e especialistas dos mais modernos.

No entanto, há uma lacuna na análise deste importante tema – coisa que passa despercebida e desaviada, algo que justamente o presente trabalho tem como ambição em elucidar. E quanto a isso, não se pode afirmar com certeza que exista uma indiferença descabida e proposital. O fato é que, nos últimos anos, o mal tem sido negligenciado nos estudos de comunicação. O mal como pressuposto da notícia nunca foi questionado, uma análise sobre “ele” (o mal) nunca foi efetivada com a profundidade exigida pelo desenvolvimento teórico da atividade. Todos os dias nós nos deparamos com “ele” (o mal) nas manchetes de jornal, nas ondas do rádio, nas cores da televisão, nas páginas da internet, no écran do celular. As notícias se sucedem rapidamente; há um vigor informativo muito robusto a impor, prioritariamente, os fatos ruins e negativos: a corrupção que está no bolso, a

violência a se esconder a cada esquina, uma guerra que se não estourou por aqui certamente terá início acolá, bate-boca, controvérsia, doença... Em suma, o que não falta é notícia ruim a correr à solta nesse mundo. Afinal, tal como escutamos por aí – seja na banca de jornal ou no balcão da padaria – “notícia ruim corre rápido”. É nesse sentido que a presente dissertação se pauta na seguinte pergunta: **por qual motivo o jornalismo tende, ou até mesmo dá o enfoque, a temas que, deliberadamente, retratem ou demonstrem essa existência do mal – elevando assim a figura daquilo que seja negativo?**

Quando, atenciosamente, olhamos ao nosso redor; quando, curiosamente, enveredamos por dentro das notícias e nos deixamos hipnotizar por estas seja extraíndo a percepção lógica do fato, seja criando imagens mentais que nos representem a história que lemos, inegável será que, na ampla maioria das vezes, as histórias nos irão incomodar, dos maiores aos menores fatos. Nos jornais, notícias ruins correspondem à maioria das pautas divulgadas – e podemos apostar em tal constatação mesmo de olhos fechados, mesmo com todos os sentidos cobertos por um estranho desligamento da realidade. E como atestar esta percepção de antemão? Como podemos dizer, com absoluta certeza, que a notícia diz algo de ruim? Afinal, se a notícia é o material mais preciso da peça jornalística, em sua força vital, em sua singularidade, deve haver algum elemento do saber humano, nela incutida, que nos permita tirar essa conclusão a princípio. Deve haver uma epistemologia comum à notícia e ao saber humano, ao campo comunicacional, que nos permita conjecturar acerca de tal possibilidade – melhor ainda: deve haver algum modo de constatar isto na prática a despeito de diferenças culturais e temporais, do início da história dos jornais até os dias atuais. Primeiro passo para tanto é notar que, embora tenhamos vontade de receber boas notícias, é uníssona a percepção de que uma notícia negativa é certamente mais relevante, em termos informacionais, em termos de consequência prática, do que uma notícia de outro modo. O bem acrescenta, melhora, é um bônus. O mal destrói, arruina, prejudica, atrapalha o que já nos é caro e difícil. Todavia, pouquíssimas vezes criamos uma reflexão que ande nesse sentido, sobretudo em se tratando das notícias e em sua reverberação no campo comunicacional. É no encalço dessa descoberta, é na vontade de cobrir esta diferença entre teoria e prática, que um estudo epistemológico do gênero se faz necessário. Portanto, não coube alternativa além

de atuar na tentativa de remediar este “problema” que há nos estudos atuais de epistemologia da comunicação.

A fim de elucidar a questão pontuada acima, decidiu-se por uma divisão tripartite da estrutura apresentada no decorrer da dissertação – nomeadamente uma elaboração de uma contraposição de um conjunto de hipóteses, a extração de suas consequências para a realidade, e a ponderação das correlações e possibilidades de desdobramento futuro. Busca-se, deste modo, uma maneira de realimentar a discussão, gerando assim um novo conhecimento e uma nova reordenação das ideias para que possam ser de valia e inovação ao campo comunicacional. Por outro lado, almeja-se também que o trabalho seja útil em outras áreas da academia, abrindo espaço para novas conjecturas e outras reflexões ao fazer uso de uma porosidade intelectual que conecte os campos da comunicação e da filosofia. De fato, a elaboração do esquema proposto aqui não é usual – não há o costume de que a dissertação se apoie tanto naquilo que faça jus a ela, como também nos argumentos que possivelmente poderiam “desarmá-la”. Todavia, é justamente através desse diálogo engendrado, de ferrenho debate, que se argumenta a favor da escolha por este método.

Espera-se, de todo, que ao final das prezadas considerações dos eventuais leitores deste trabalho, a presente dissertação possa auxiliar o âmbito comunicacional dando mais um passo rumo à construção de uma possível epistemologia ao campo, no sentido em que os estudos da comunicação possam alicerçar-se de uma forma independente, sem jamais perder, contudo, a sua permeabilidade com as outras esferas e cátedras do saber. No entanto, é necessário dizer ainda que nenhuma outra disciplina jamais expressou o mal tão bem – ironicamente! – quanto o jornalismo e a notícia que dele resulta.

No jornalismo, o mal está vivo, é a motivação principal por detrás da denúncia, do inquérito ou da averbação dos fatos. Logo de início, a manchete nos salta aos olhos: ali surge um fato, negativo na ampla maioria das vezes. Estudar o mal é, portanto, necessário – sobretudo quando se trata de nossa esfera comunicacional. Afinal, o mal, ou as coisas ruins e desagradáveis, também fazem parte daquilo que se deve retratar a fim de garantir a maior fidelidade possível à representação do cotidiano do homem. Por fim, se o jornalismo é condição de

conhecimento para algo, em termos epistemológicos, o que seria? Quais os seus limites? E qual o papel da notícia nisso tudo? Ainda que essa discussão continue por anos a fio, inegável dizer que o mal lá estará – seja como estrutura metafísica ou limite comunicacional. Nesse sentido, por que não estudá-lo por meio das notícias? Decerto que as notícias dos jornais podem nos surpreender caso possamos ir além da frieza literal das palavras, indo direto ao coração dos fatos, amalhados na subjetividade das inúmeras entrelinhas: seu objetivo principal é anunciar o mal. Passemos ao mal, pois... Mas, antes disso, melhor seria que compreendêssemos a metodologia utilizada na construção da dissertação a fim de dar maior sentido às nossas constatações epistemológicas.

“Políciais tentam apagar o fogo, os jornalistas torná-lo mais forte”

Xinran, As boas mulheres da China

METODOLOGIA

A percepção do mal no seio das notícias (análise e método)

I. Medindo o mal no jornalismo

Se o leitor enveredar por essa obra com atenção, poderá constatar que há uma escolha muito ousada no que tange a pergunta problema. Primeiro deve-se compreendê-la antes de se aprofundar na leitura deste material. Ao perguntarmos **“por qual motivo o jornalismo tende, ou até mesmo dá o enfoque, a temas que, deliberadamente, retratem ou demonstrem essa existência do mal – elevando assim a figura daquilo que seja negativo?”** traçamos uma escolha fundamental: dizemos, logo de início, sem nenhuma comprovação empírica, que o jornalismo dá o enfoque a temáticas negativas, à existência do mal. Dentro do problema de pesquisa já haveria, portanto, uma análise que viria a requerer uma segunda pesquisa – algo que pudesse anteceder-la. Para tanto, a fim de dar cabo da afirmação da preponderância do mal nos noticiários mundo afora, duas alternativas nos seriam possíveis: (1) o senso comum e (2) a construção de um método para uma possível averiguação empírica dessa realidade.

Quanto à primeira alternativa, a do senso comum (1), esta se mostra facilmente injustificável perante a academia. O senso comum é valioso em diversas situações, mas a exigência científica de uma dissertação nos exige ir além. Todavia, basta escolhermos ao acaso um material jornalístico e facilmente nos será visível que as temáticas negativas saltam aos olhos. No entanto, dizer o senso comum na academia é de pouca valia, pois que não nos ajuda a validar e a estabelecer uma espécie de conhecimento descritivo ou preditivo a partir de uma regularidade entre fenômenos. É necessário testar, medir, evidenciar, justificar e trazer dados à tona. De tal modo que o senso comum, ao menos nesse caso, seria indefensável. É óbvio que notícias negativas correspondem à maior parte das pautas nos jornais, mas dizê-lo, “assim por dizer”, deixaria o trabalho vulnerável e exposto à “críticas insinceras” – que tentariam negar o óbvio.

No segundo caso, o caminho foi desafiador para a criação da comprovação empírica (2). A falta de modelos prévios exigiu a construção de um método próprio que pudesse satisfazer tal necessidade – a de mostrar que a ampla maioria das

notícias é de cunho negativo e que a despeito de um pano de fundo cultural, econômico e social diverso, a aparição das notícias negativas é necessidade epistemológica na comunicação humana e, por consequência, domina o jornalismo e a notícia. Para tanto, selecionou-se sete veículos jornalísticos de natureza variada e que nos pudessem munir com as suas notícias. Foram eles: a CNN americana, de natureza televisiva; o G1 brasileiro, veículo criado especificamente para a internet; o Frankfurter Allgemeine, quiçá o periódico impresso tradicional mais importante da Alemanha; a CCTV chinesa, o primeiro e mais importante canal televisivo estatal daquele país; o Asahi Shimbun, o jornal japonês de segunda maior circulação no mundo; o Times of India, um popular jornal indiano daquela nação; e, por último, o Huffington Post da França, típico veículo criado para o jornalismo de internet. Temos, ao final, dois veículos de natureza televisiva (a CNN americana e a CCTV chinesa), dois veículos específicos para a internet (o G1 brasileiro e o Huffington Post francês), e três veículos impressos (o jornal japonês Asahi Shimbun, o diário indiano Times of India e o periódico alemão Frankfurter Allgemeine).

Optou-se pelos sete veículos, pois que são emblemáticos para suas regiões, além de apresentarem uma extensa tradição jornalística. A CNN³ americana é o maior canal de TV a cabo de notícias internacionais do mundo; o G1 brasileiro é o website jornalístico nacional com o maior volume de acessos⁴; o Asahi Shimbun é o segundo jornal mais lido do mundo⁵; o Times of India é o jornal em língua inglesa mais lido na Índia – o terceiro em número de tiragens do país⁶; o Frankfurter Allgemeine é o segundo periódico mais lido na Alemanha⁷; a CCTV é o maior canal televisivo da China (devido ao fato de que a empresa seja uma estatal oficial); e o Huffington Post francês também figura entre os mais acessados veículos daquele país ainda que não esteja na lista dos cinco primeiros⁸.

Além disso, é perceptível nossa escolha por sete países diferentes (1ºChina, 2ºJapão, 3ºEUA, 4ºÍndia, 5ºAlemanha, 7ºFrança, 9ºBrasil), pois que estas nações

³ Dados em: http://www.cnnnewsresource.com/wp-content/uploads/2015/10/CNN-INS1_sales-sheet.pdf.

⁴ Dados disponíveis em: <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/06/saiba-quais-sao-os-50-sites-mais-acessados-do-brasil.html>

⁵ Dados disponíveis em: <http://www.wan-ifra.org/reports/2017/10/10/world-press-trends-2017>

⁶ É também, curiosamente, o jornal de língua inglesa mais lido na Ásia. Dados e informação de tiragem estão disponíveis em: [http://www.auditbureau.org/files/Highest%20Circulated%20amongst%20ABC%20Member%20Publications%20\(across%20languages\).pdf](http://www.auditbureau.org/files/Highest%20Circulated%20amongst%20ABC%20Member%20Publications%20(across%20languages).pdf)

⁷ <http://ivw.eu/aw/print/qa/titel/1056?quartal%5B20144%5D=20144&quartal%5B20154%5D=20154>

⁸ Dados em: <https://fr.statista.com/statistiques/473883/sites-internet-les-plus-visites-france/>

representam as maiores consumidoras de jornalismo⁹ no mundo e exatamente nessa ordem acima assinalada. O Brasil é antecedido pela Rússia, que figura em oitavo na lista, mas o fato de que a barreira do idioma tenha sido intransponível (com baixa oferta de notícias em inglês) e a necessidade de análise no que tange a um veículo nacional nos fizeram optar pelo G1. Não trabalhamos com veículos jornalísticos da Grã-Bretanha (6º país na lista) pelo fato de que a imensa maioria das notícias capturadas estava já em inglês e por também se dar a preferência a outras matrizes culturais que não fossem a anglo-saxã já representada pelos EUA. Importante ressaltar ainda que o acesso a estes veículos é livre e não exige nenhuma taxa. Estão todos disponíveis na internet e permitem a captura ou o acesso às notícias, seja em vídeo, áudio, ou texto de maneira gratuita – daí a opção pelo Huffington Post francês, pois que outras mídias mais tradicionais do país (Canal +, Le Figaro, Le Monde, etc) não permitem o acesso gratuito e a captura de notícias a não ser que se pague uma taxa específica e não muito acessível para padrões brasileiros. Ademais, procedeu-se de modo que fossem “capturadas”, transcritas e tabuladas a manchete e as outras cinco notícias principais (“top stories”) anunciadas pelo veículo noticioso em dias específicos, variando de segunda a domingo (ver pág.20). No geral, os sites exibem a manchete que logo em seguida é acompanhada pelas notícias mais importantes do dia. O caso da CNN exemplifica muito bem como funciona essa alocação de valores:

Figura 1. Uma manchete na CNN

China to US: drop 'Cold War mentality'

Trump's security plan declaring China a rival power puts countries on 'collision course'

Fonte: CNN

⁹ Disponível em: <https://www.mapsofworld.com/world-top-ten/countries-with-highest-newspapers-map.html>; dados adicionais em <http://www.newstornado.com/map//>.

Figura 2. Outras notícias mais importantes (geralmente aparecem como “Top Stories”)

Fonte: CNN

É necessário dizer também que o volume de notícias era imenso e programas específicos para a “captura” de páginas da internet se mostraram lentos em demasia. Assim, a “captura” se deu essencialmente a partir da transcrição das notícias e, quando necessário, com a “captura” dos links das páginas que exibiam vídeos das matérias tal como no caso majoritário da CNN e da CCTV. Todas as segundas-feiras a captura se pautava no material da CCTV; terças-feiras nas notícias do Asahi Shimbun; quartas-feiras na produção noticiosa do Times of India; quintas-feiras nas notícias do Huffington Post francês, sextas-feiras no material da CNN; sábados na produção do G1 e domingos a partir do material do Frankfurter Allgemeine. No total, foram lidas, capturadas e transcritas 312 notícias de cada veículo em um total de 2184 notícias em apenas um único ano.

Além disso, também se preferiu dar mais ênfase a veículos de notícias brasileiros a fim de analisar produções locais. Todas as segundas e terças dos primeiros seis meses, quintas e sextas dos últimos seis meses, (durante o período de um ano – o ano de 2017) foram analisadas e transcritas as notícias do Estado de

SP e da Folha de SP, respectivamente, totalizando mais de sete mil notícias (7546 notícias ao todo).

Juntando notícias de veículos internacionais e nacionais, o escopo de análise noticioso para 2017, tratando-se tanto da mídia dos países já supracitados, girou em torno de 10 mil notícias analisadas (9730 notícias ao todo). Tudo isso com o intuito de se obter uma larga quantidade analisada de material a fim de apurar a quantidade de notícias negativas e a sua preponderância em meios noticiosos nacionais, internacionais, televisivos, impressos e da internet. Essa análise ostensiva demonstrou que, claramente, as notícias são majoritariamente negativas em todos os veículos. Os dados, gráficos e análises conclusivas nesse sentido serão apresentados mais a seguir nos próximos capítulos.

II. Contribuições do pragmatismo à dissertação

No decorrer da elaboração da dissertação, uma escolha se fez patente na medida em que o conteúdo das análises ia sendo depurado: afinal de contas, qual o método e o suporte intelectual que deveria ser utilizado ao longo do trabalho? Como trazer os dados à tona e de que forma interpretá-los? A partir de quais preceitos ter-se-ia um lastro para uma análise racional dos resultados que seriam extraídos no decorrer da dissertação? Em suma, no decurso de todo o caminho trilhado, tornou-se cada vez mais nítido que uma inclinação ao pragmatismo e, mais especialmente ao pragmatismo peirceano¹⁰, faria emergir as consequências necessárias a partir do ponto de vista aqui apregoado: que o problema do mal “recobre”, por assim dizer, a elaboração da notícia. E mesmo que por um acaso nossa hipótese se mostrasse inadequada em um futuro distante, coisa que apostamos não ser o caso (muito pelo contrário), ainda assim teríamos feito e realizado uma boa contribuição aos estudos de comunicação e, mais especificamente, aos estudos de jornalismo – em última hipótese, teríamos ao menos descrito com certa consequência a aparição de um dado que serve de pressuposto à notícia e que, no entanto, nunca foi descrito e tomado a sério por nenhum outro pesquisador. Além disso, como se apenas estes preceitos já não fossem de excelente serventia, permite-nos o pragmatismo a correção das hipóteses. No afã de descrever “verdades escondidas” ou de fazer emergir “hipóteses mirabolantes” pode o pesquisador esquecer-se de que o seu ponto de vista é meramente parcial, não abarca a totalidade universal dos fenômenos. Quanto a isso, ademais, ensina-nos o pragmatismo uma importante lição, a humildade intelectual:

A essência do pragmatismo reside nesta harmônica correspondência entre fenômeno e conceito, de tal modo que os erros desta correspondência, configurando uma pseudo-harmonia, serão corrigidos pelo transcurso da experiência no tempo, para o qual se tensiona o *esse in futuro* que caracteriza o *continuum* da significação. (IBRI, 1992, p. 106, grifo do autor)

Ora, mas o que há então de tão crucial ao método que Peirce nos propõe? Como pode esta teoria nos municiar daqui para frente?

¹⁰ Ao longo do trabalho, podemos também nos referir ao método como “pragmaticismo”, uma vez que o próprio C. S. Peirce (1839 – 1914) enuncia tal transformação no decorrer de sua obra (ver CP 5.429). Não faremos aqui o debate das modificações encetadas pela modificação desse ponto de vista, ainda que toquemos neste assunto de maneira muito breve no capítulo acerca das “consequências das possíveis hipóteses”. Em todo o caso, sempre que possível, procuramos ter em mente as concepções peirceanas no decorrer da dissertação.

A metodologia pragmaticista prega que toda motivação para uma perquisição intelectual e “científica” nasce pela dúvida instaurada na mente a partir da percepção comum cotidiana. De modo que à semelhança do que já advogamos aqui neste trabalho, temos sempre duas opções para lidar com as questões intrigantes que podem nos comover: a primeira delas (1) é aquilo que Peirce apelida de “*armchair philosophy*” (ou “filosofia de poltrona”, em português), na qual basta ao indivíduo sua percepção de mundo, uma espécie de filosofia amadora, quando alguém é capaz de criar uma certeza, resposta ou convicção a uma questão sem nenhuma sorte prévia de dados, informação ou experiência na área em debate que vá além da compreensão de mundo do indivíduo mediano – quando aquele que se questiona é incapaz de se levantar da sua poltrona (ou abandonar o seu conforto intelectual) a fim de deduzir respostas para os problemas que o intrigam¹¹. Tal como se viu, descartamos esse método na seção anterior, sobretudo diante de sua pouca serventia na academia. Já o segundo método proposto por ele (2) foi o que nos inspirou a desenhar todo o *modus operandi* da pesquisa em termos práticos (“captura” de notícias, transcrição, etc). Essa segunda via pragmatista de análise nos exige que o dado da experiência comum seja colocado em suspenso, analisado, observado e depois “preparado” para uma completa inquirição. A partir daí, podemos postular se a extensão de influência do dado da experiência é estruturante e condicionante para a gênese do conhecimento abordado, que, em nosso caso, não é outra coisa além de uma possível teoria do conhecimento encetada ou produzida no interior dos jornais. A partir disso, somos capazes de fazer despontar um conjunto de hipóteses que possam dar cabo do amplo rol de fenômenos observados pelos dados da experiência. Eis que o pragmatismo nos permite desenhar o caminho da dissertação:

- (i) De início iremos levantar a hipótese de que a atividade jornalística se assenta na sua capacidade condicionante de capturar a experiência do mal (o mal da experiência como fato bruto¹²); para tanto, devemos demonstrar, trazer à tona, em termos minimamente científicos (uso de gráfico, medições, tabelas) a evidência dos dados da experiência;

¹¹ O texto de Peirce intitulado por “The Architecture of Theories”, publicado em 1891, é um bom exemplo do que o filósofo considera como o verdadeiro método filosófico de pesquisa.

¹² Ainda mais a frente iremos propor a noção de um mal como categoria peircenana de segundidade.

- (ii) A partir disso, somos capazes de extrair as consequências diversas: deveríamos observar a predominância do mal em diversas culturas e nos mais diferentes produtos jornalísticos, de modo que a suposição dessa experiência não seja e nem esteja enclausurada pelas determinações desta ou daquela cultura;
- (iii) Tal aspecto refletir-se-ia no amplo elenco de categorias trabalhadas no interior de algumas teorias do newsmaking, culminando na construção de um fator (a notícia), sem que até então o peso do dado estruturante fosse tomado em consideração – i.e., cabe demonstrar que o dado da experiência (que até então era dado de maneira completamente fortuita) assume um papel científico e epistemológico no estabelecimento da notícia, ou seja, que o mal determina a construção noticiosa. Aqui, em resumo, iremos construir as hipóteses a partir das quais tencionaremos dar cabo do porquê dessa experiência;
- (iv) Assim, com base nas hipóteses construídas, somos capazes de observar como o conceito (o problema do mal) influencia na concepção que temos de jornalismo – o conceito torna-se uma espécie de justificativa (pressuposto básico) para o jornalismo ser o que é;
- (v) Surge, por último, uma possibilidade do levantamento das correlações que emergiram no tratamento da questão considerada. Isto também nos abre a porta para conjecturar acerca das possibilidades de desdobramento das hipóteses.

Quanto ao item três (iii), trataremos a questão com base em uma certa peculiaridade (idiossincrasia que admitimos ser inteiramente nossa). No decorrer da construção das hipóteses, faremos um movimento que acreditamos ser lícito ainda que tal fator não esteja enunciado no método pragmatista. Iremos confrontar duas hipóteses diferentes: uma que admite ser o mal um fator de suma importância na construção da notícia (se não o fator determinante), e outra que não vê na primazia do conceito (o problema do mal) um pilar decisivo para o estabelecimento de a notícia ser o que é. Procederemos de tal forma, pois acreditamos ser este também o melhor método para acomodar a doutrina peirceana do “falibilismo”¹³, de modo que

¹³ Tal como bem pontua Romanini (2016, p. 19), falibilismo é um cânon da filosofia pragmatista. Nesse sentido, deve-se reconhecer que “todo conhecimento é provisório e falível, dependendo sempre das significações

assim igualmente resguardamos outras possibilidades de compreensão dos dados da experiência possível – abrimos as portas para que outros pesquisadores confirmem ou refutem nossa teoria se considerarem-na relevante para o trabalho que empreendem. Deste modo, acreditamos que nossa apreciação dos dados obtidos também poderá dialogar com interpretações diferentes. Em suma, esperamos extrair da pesquisa, via método pragmatista, – cujas escolhas também serão observadas no tratamento de questões mais teóricas (sempre que possível tendendo aos autores e pensadores que dialoguem com tal vertente filosófica) – aquilo que o próprio Peirce se dispôs em seu singular método científico, dar conta de uma noção epistemológica mais abrangente, a mais científica possível:

Desenha-se um ponto epistemológico importante aos percebermos que a posição do autor [Peirce], no que respeita à formação de uma cognição, traduz-se na observação do modo como algo geral se concretiza, definindo-se numa existência. (IBRI, 1992, p. 101)

Além disso:

O processo de cognição como um processo evolutivo, (...), requer sempre um universo experiencial que possa estabelecer o significado e a veracidade de uma concepção, conquanto falíveis e sujeitos a um mecanismo corretivo imposto pela própria experiência. Cremos ser lícito inferir, deste ponto, que *consequências práticas* podem ser traduzidas por *consequências experienciáveis*, harmonizando sobremodo as relações entre experiência e cognição, pela consideração de que o ato experiencial se põe como sujeito para um próximo pensamento. (IBRI, 1992, p. 101, grifo do autor)

Em resumo, é exatamente isto que desejamos alcançar no trabalho: descrever o modo em como a notícia se concretiza a partir de um conceito de mal (o caminho do seu “desenho epistemológico” tal como nos sugere a citação mais acima) para, em sequência, abordar tanto as “consequências práticas” quanto as “consequências experienciáveis” desse ponto de vista. Este movimento requer, antes ainda, um delineamento ainda mais claro em termos estruturantes. Descrevemos abaixo o caminho a ser percorrido pelas nossas hipóteses.

De início, os dados da experiência sensível serão determinantes. A prática e a atividade jornalística irão nos guiar a fim de melhor compreendermos a criação e o

produzidas ao longo da comunicação entre as mentes interpretantes”. Em resumo, deve-se ter em mente que mesmo a melhor descrição dos fenômenos regulares pode não estar totalmente correta, que todo e qualquer conhecimento pode sempre ser aprimorado ou refutado. As constantes transformações dos diferentes paradigmas sociais e científicos adotados ao longo dos anos são alguns dos fatores que demonstram, a nosso ver, a validade deste princípio peirceano.

estabelecimento da notícia. Começaremos com uma seção reservada aos DADOS EMPÍRICOS E ESTATÍSTICOS que tem por objetivo a demonstração empírica de que o mal é necessário à feitura das notícias como parte integrante do jogo comunicacional e, por consequência, das empresas jornalísticas que retratam as manifestações desse mal com certa regularidade. Pode-se mesmo argumentar que além de representar uma base filosófica sólida no que tange ao juízo a respeito das dicotomias da vida, o mal é também uma necessidade material e metodológica do mercado, manifestação esta estampada nas notícias, algo sem o qual a indústria comunicacional viria a ruir, uma vez que possui as suas bases comerciais fortemente alicerçadas na disseminação das notícias ruins. Assim, optou-se por uma divisão em três seções de maneira que esta explanação se tornasse palpável. De início, falamos a respeito de uma possível medição do mal a partir das bases jornalísticas; tendo isto em mente, torna-se mais factível a demonstração de que cada “cultura jornalística” possui em seu seio um juízo próprio no tocante à representação do mal (I) e que apesar dessas idiosincrasias, o mal ainda assim corresponde à esmagadora maioria das pautas – falar do mal, retratá-lo nas manchetes é quase como se fosse uma propedêutica do jornalismo; fica demonstrada, então, a existência de um problema para o qual tentaremos posteriormente apresentar uma explicação. Em suma, demonstraremos aqui empiricamente que as notícias negativas aparecem como a maioria da pauta noticiosa na esfera de retratação dos fatos. Outra interessante perspectiva quanto a isso seria uma análise mais demorada a partir de aspectos mais regionalizados, como no caso de uma imprensa amordaçada, censurada, que não pode denunciar o mal¹⁴ (II). Tentar evitar o mal, apenas demonstra sua maior potencialidade existencial, de outra forma, por que razão os jornalistas manter-se-iam calados quanto a isso? Por outro lado, é interessante notar que, por vezes, o aparecimento de certas figuras públicas conflui na direção da construção de um mal coletivo ou de “uma ameaça global”, como no caso da eleição de Trump (III). É por meio desse imbricado caminho que procuraremos evidenciar o mal e tornar o seu estudo mais factível ao seio da academia e dos estudos de comunicação.

Segue-se, a seguir, a construção das hipóteses – uma construção mental que esclareça as razões dessa constatação empírica. No caso específico da dissertação

¹⁴ Falamos aqui do caso chinês que será demonstrado mais a seguir.

apresentada, o trabalho se apropria dessa noção de uma maneira peculiar. Andaremos em bloco. A elaboração da primeira parte do trabalho se remete à PRIMEIRA HIPÓTESE – a proposição de que o mal é parte integrante e fundamental da construção jornalística. Para tanto, o primeiro seguimento divide-se em cinco pilares: (1) o problema do mal (tal como construído e abordado na filosofia a partir de um viés pragmatista); (2) o possível nascedouro do mal no jornalismo; (3) o fato de que a produção noticiosa se alimenta a partir da fórmula do *lead* é uma necessidade epistemológica de todo o campo comunicacional (e que esse viés da comunicação humana se deve quase que inteiramente ao problema do mal); (4) o entendimento do que seria a notícia quando da retratação do mal a partir do senso comum, já que haveria uma urdidura do real a exigir uma consonância a respeito do mal no interior de uma comunidade de interpretantes possíveis (o senso do negativo deveria ser também um senso do comum). Logo de início, no decorrer desta primeira hipótese, pretende-se afirmar que as premissas válidas para a elaboração da produção noticiosa se apoiam no mal; portanto, a primeira função da notícia seria a de denunciar o mal e prevenir o leitor sobre o que pode acometê-lo, ou acerca do que ele deveria “escapar” ou “fugir” no seu futuro mais imediato – coisa mais próxima ao senso comum. Esse procedimento, pensando em termos pragmatistas, permite a readequação da conduta diante de um novo dado da realidade. Daí uma das razões pelas quais é o mal tão importante no decorrer da elaboração noticiosa.

Em contrapartida, quando se admite que o mal exista e que influencie o nosso cotidiano, também seria necessário perguntar, por um puro esforço de honestidade intelectual, se o mal, tal como aqui concebido, não represente mais o fruto de uma panaceia ou de uma elucubração inconsciente que não podemos explicar, do que uma estrutura propriamente metafísica (ou epistemológica) cuja análise valha alguma coisa de fato. Assim, esse “problema do mal” do qual falamos a respeito não seria mais do que uma quebra da linguagem, algo que definimos como “ruim” justamente pelo fato de que seríamos incapazes de defini-lo de outra maneira, algo que nos foi imposto pelos limites de nossa construção linguística pragmática e, conseqüentemente, algo que aparece nos jornais justamente por essa “falha” semântica. Essa porção da dissertação equivale rigorosamente à segunda parte do trabalho, quando debruçaremos no esboço da SEGUNDA HIPÓTESE – que se afigura na demonstração de que o mal é uma quebra do paradigma comunicacional

(a); um “defeito” ou um problema de linguagem, cujo aparecimento nos jornais se vale mais de uma espécie de banalização das coisas e dos fatos do que na realidade virtualmente expressa (b); disso nasce a expectativa de que certos modelos narrativos não podem nem mesmo figurar como notícia e que tampouco teriam alguma epistemologia subjacente (c), pois que o jornalismo, ainda que se discuta sua validade científica (d), aproxima-se da ciência somente na medida em que também se oriente na direção de uma metodologia investigativa que, no entanto, em busca daquilo que seja imanente e replicável, atinge apenas o “conhecimento de” (descrição), mas não o “conhecimento sobre” (modo empírico).

Por último, e tão ou mais necessário do que a elaboração das duas partes precedentes, resta-nos a elaboração de um RESUMO DOS POSSÍVEIS RESULTADOS – permitida apenas e por meio da harmonização entre noções contrárias, cuja maior função seria a conciliação entre os discernimentos precedentes. Com o propósito de ajustar asserções tão diversas, tentamos estabelecer um consenso verdadeiro entre as duas vertentes até então apresentadas. Dessa maneira, a síntese primeiramente se ocuparia de uma harmonização entre a noção do mal e os problemas da linguagem (1a); em seguida orienta-se na discussão entre o mal difundido e o banal noticiado (2b); tal análise nos possibilita então passarmos adiante, quando depois de estudados os devidos pormenores, torna-se possível uma discussão sobre o que pode ser notícia (3c) e as suas implicações epistemológicas a partir do desdobramento lógico que o mal pode implicar à extensão dos termos. Finalmente, o último tópico traz à tona a discussão sobre o papel do conhecimento gerado através das páginas dos jornais: se há uma ciência por detrás do senso comum, e um senso comum por detrás da ciência (4d), nada melhor do que a compreensão do escopo epistemológico da notícia mediante a participação dos profissionais do campo comunicacional como produtores de conhecimento, logo “cientistas” a seu modo.

Em seguida, passaremos a uma averiguação das possíveis CONSEQUÊNCIAS NECESSÁRIAS a partir da análise das hipóteses. Trata-se de compreender como o jornalismo se constituiu enquanto atividade a partir dos pressupostos que adotou tanto no âmbito de sua criação contemporânea (em meados do século XIX) e em como adotou discursos e pressupostos típicos de sua época, fatores estes que terminaram por implicar no invólucro de métodos, regras e

definições que continuam patentes até hoje. Em certa medida, propomos que o problema do mal é tão caro ao jornalismo justamente por estar consonante a outros pressupostos de sua formação, que não à toa pretendemos retrair às origens do positivismo.

Por último, obviamente, estaremos diante da CONCLUSÃO, seção esta na qual iremos arrematar a construção do trabalho além de enveredar por possíveis problemas adicionais, consequência do ponto de vista adotado até aqui, além de conjecturar a respeito de desdobramentos plausíveis tomando-se o problema do mal como um alicerce fundamental do jornalismo.

Tal como havíamos enunciado anteriormente, perceba o leitor do trabalho que não é nosso objetivo uma discussão do método pragmatista de análise, mas sim a de elaborar uma nova teoria para a apreciação do conteúdo jornalístico. O pragmatismo nos serve aqui de referência à elaboração do método. É patente que, em certa medida, sobretudo quando confrontamos as hipóteses umas às outras, já não somos puristas com relação ao método pragmatista padrão. No entanto, achamos justo realizar as adaptações já descritas de modo que pudéssemos extrair as consequências mais interessantes possíveis. Nosso procedimento se deve ao fato de que imaginamos ser esta a escolha mais adequada não apenas diante de nossa visão de mundo como também diante do material empírico que foi acumulado ao longo do tempo. Em certa medida, serão as consequências práticas do nosso objeto de estudo – no caso específico a ampla preponderância das notícias negativas – que irão fornecer as bases de análise para a concepção do próprio objeto (o jornalismo). Daí que a despeito de nossas particularidades metodológicas, ainda sim nos embasamos em um “espírito pragmático” por assim dizer:

Considere quais efeitos, que concebivelmente poderiam ter consequências práticas, concebemos ter o objeto de nossa concepção. Então, a concepção destes efeitos é o todo de nossa concepção do objeto. (PEIRCE, CP 5.402)^{15 16}

¹⁵ Tradução oficial de Ivo Ibrí, em Kosmos Noetos, p.96 (observar nota 4).

¹⁶ No original: “Consider what effects, that might conceivably have practical bearings, we conceive the object of our conception to have. Then, our conception of these effects is the whole of our conception of the object”.

III. O mal como método de produção

Assim como todos os produtos humanos por excelência, o processo do jornalismo é também um sistema de recortes – e por inúmeras razões. Em primeira instância, o jornalismo é apenas uma representação do real que, portanto, não consegue abarcar a totalidade dos fatos – é uma escolha, um retrato do cotidiano acima de tudo. Em segundo lugar, a transmissão da informação passa por filtros pré-estabelecidos tanto pelos interlocutores quanto pelos leitores. Assim, a informação apreendida jamais será a mesma (a visão/sentido do fato varia de indivíduo para indivíduo). Em terceiro lugar, as implicações de tais fatos jamais serão as mesmas. Enquanto um fato é altamente relevante para alguns, o mesmo fato pode ser extremamente desinteressante para os demais. Entretanto, ainda com todos os seus pormenores, jamais se inventou um produto que superasse a função do jornalismo e que aplacasse os problemas com os quais o método jornalístico dialoga. O jornal, se observado a partir do prisma de uma convergência informativo-racional, representa um longo desdobramento do ponto de vista da evolução intelectual humana. Já o jornal enquanto produto é uma evolução do ponto de vista técnico e econômico.

O jornalismo permanece, portanto, como um meio insubstituível, ocupando papel de destaque quando pensamos acerca de sua finalidade no meio social como um todo. Obviamente que na medida em que os meios se desenvolvem, o jornalismo também se modifica. Todavia, apesar do meio, lá está o jornalismo com todas as suas falhas e os seus méritos, com todas as suas benesses e virtudes – uma construção intelectual altamente adaptável, que se modifica perante os diferentes meios de transmissão da notícia. É importante salientar que é justamente essa capacidade de responder aos diferentes meios e as suas mudanças de hábito, que confere a perenização do ato jornalístico a despeito dos períodos históricos e dos povos analisados que fazem ou fizeram uso do jornalismo. Na internet, na televisão, nos jornais, jornalismo é jornalismo. Mesmo assim, um fator original salta aos olhos em tudo aquilo que tange o foco do jornalismo como produto: o problema do mal.

Perante a análise histórica das construções jornalísticas das mais antigas e diversas, ao se passar pelos métodos de produção das mesmas – muitas das quais desembocaram no contemporâneo – é possível perceber que o mal lá está como o

sustentáculo das pautas noticiosas e jornalísticas. É o mal enquanto uma existência filosófica primária que compõe a primeira necessidade de retratação do cotidiano, de retratar o ruim, o errado, o absurdo, e todos os efeitos colaterais que daí decorrem e transformam (ou “desarranjam”) a sociedade. O mal nos tira de nossa esfera de conforto; é um fator de estranhamento, um aspecto social que teima em existir, mas cuja existência não nos agrada. E na busca por uma ênfase no que toque a esfera da retratação dos fatos, o mal recebe o enfoque. Para tanto, basta compararmos as páginas dos jornais antigos e dos jornais modernos para indagarmos acerca das motivações primárias inseridas nas informações disponibilizadas. Assim, percebe-se que o mal é indispensável ao jornalismo. Sem o mal, o valor-notícia perde repercussão, perde em apelo público, perde em dinamismo.

Por outro lado, o método utilizado pelo jornalismo na cobertura de todos os males é, por si só, uma dependência metodológica do jornal. É um método de produção para o qual ainda não se arranjou um substituto. O mal permanece uma esfera de retratação rentável e, portanto, indispensável para a continuação e reformulação das mais diversas organizações jornalísticas. Salta aos olhos a necessidade histórica do mal nos jornais que, desde o *Acta Diurna* (ou o primeiro jornal), prefere os incêndios às calmarias, as mortes aos nascimentos, as guerras ao invés da paz. A tecnologia pode haver modificado o resultado final de um produto jornalístico na esfera da própria técnica (basta observarmos o papel atual do WikiLeaks, por exemplo), mas ainda está longe de livrar o homem dos seus dilemas éticos, filosóficos e existenciais dentro de sua esfera puramente humana. Logo, não é à toa que os incêndios, as mortes, as doenças e as demais crises em geral teimam em permanecer estampadas nas capas dos jornais. Dentro desse impasse, nem mesmo a escrita se salva. Tampouco os termos de retratação, as exigências, as brigas, mas, sobretudo as motivações filosóficas por trás do ato de escrever e relatar – ou mesmo de narrar uma história na tentativa de ser o mais objetivo possível – podem escapar à noção mais silenciosamente incrustada no jornalismo: o problema do mal.

Diante de toda a contenda naquilo que tange ao método de produção (ou a técnica), além das motivações filosóficas trabalhadas em um jornal, outra figura também exerce um papel central, o próprio jornalista. Como se vê, mesmo o estilo de abordagem das questões propostas há centenas de anos permanece

semelhante. O mal domina as preferências na escolha da pauta, além de inspirar a escrita jornalística que, dia após dia, é pressionada a trabalhar incessantemente atrás de pautas. Simultaneamente a isto, o mal lá está. É quase uma pauta pronta, que se oferece ao redator. É a motivação das revoluções, o modificador dos ideais e um fator nada convencional.

Quando as figuras de um Renaudot, um Loret e um Marat¹⁷ (incluindo aí o papel de muitos outros como Brissot, Hébert, Desmoulins¹⁸) iniciam uma escalada de sucesso a partir de uma nova e reelaborada utilização da denúncia acerca do mal, os jornalistas estabelecem um rico precedente metodológico: uma nova ideia de função filosófica da escrita, que adquire também um belo sucesso comercial. A “fúria” da pena aliada aos momentos de ruptura da história (momentos estes que precisamente o jornalismo e os mais diversos relatos exacerbaram) reutilizou um espaço rico em sentido ainda que teoricamente vazio na sua explicação mais fundamental, sua motivação principal – e já nessa nova abordagem, o mal estava em todo o lugar. Foi assim que o jornalista se viu na função do arauto da justiça, do denunciador de todos os males e do defensor das causas nobres. Cabia ao jornalismo combater o mal, mas, ao fazê-lo, nasceu daí uma necessidade única de co-dependência entre o mal, o jornalismo, o jornalista e, em última derivação, a notícia como consequência teórica e prática.

É por isso que o estudo da filosofia fornece as bases epistemológicas para uma compreensão do processo jornalístico como um todo – sobretudo para o problema do mal acerca daquilo que tange a preferência do enfoque dos jornais. Afinal, todo e qualquer jornalista já possui em si (mesmo por conta dos jornais que já leu e das informações que dali depreendeu) uma escolha filosófica que dialoga com a natureza do próprio campo do conhecimento. O campo jornalístico faz parte desse

¹⁷ Theophraste Renaudot (1586 – 1653) foi o criador daquilo que é historicamente considerado o primeiro jornal moderno, o “La Gazette”. Jean Loret (1600 – 1655) também foi um intenso divulgador de notícias, tido como o “pai do jornalismo” na França. Jean Paul Marat (1743 – 1793) foi quicá um dos maiores artífices da Revolução Francesa. Certamente o primeiro jornalista da história a adquirir uma célebre reputação com relação às camadas mais populares de um país. Para mais, basta observar “Une Histoire des Médias” de Jean-Noël Jeanneney e “História da Imprensa” de Pierre Albert e Fernand Terrou.

¹⁸ Jacques Pierre Brissot (1754 – 1793), Jacques Hébert (1757 – 1794), Camille Desmoulins (1760 – 1794) foram todos personagens que em algum período da vida assumem a função de jornalistas tornando-se extremamente conhecidos pela atividade que exercem (são, neste sentido, jornalistas “verborrágicos”). Curiosamente, todos morrem no decorrer daquilo que veio a ser conhecido como o “Período do Terror” no decorrer da Revolução Francesa. Quem se interessar pelo assunto e pela produção dos três pode encontrar farto material nas análises de Jeremy D. Popkin e Robert Darnton.

caminho de máximas e experimentações que validam o entendimento do homem enquanto ser transformador, além de balizar os mais diversos processos que criam e transformam o caminho trilhado para se obter uma parcela mínima do conhecimento. A representação do cotidiano é, em suma, uma das aberturas iniciais para a contemplação daquilo que há no mundo, daquilo que há lá fora, mas que também subsiste dentro de nós mesmos – seja o bem ou, em última instância, o mal e todas as consequências de tal interação. As opiniões, os desejos, as vontades decorrem daí, do mundo enquanto representação a partir dos pressupostos de cada um.

Decerto que há uma transformação constante nas máximas utilizadas pelos homens e pelo jornalismo, porém, a base desse jornalismo a perseguir o real, a verdade, permanece imutável. É o mal enquanto amálgama de retratação social – são os efeitos desse mal e as inúmeras tentativas por “incinerá-lo” do meio público – que é levado a cabo. O problema do mal no jornalismo torna-se, em suma, o problema do homem e do seu diálogo para com o outro. Como transformar a representação do mal e não apenas esgotá-la no jornalismo é o que nos resta enquanto desafio para o futuro – tanto naquilo que tange a construção dos jornais como naquilo que toca ao seu método de produção. Seria possível, então, a sobrevivência futura do atual método de produção jornalístico sem a estrita necessidade de banalizar o mal?

Ora, se a descoberta de uma metodologia semelhante subsiste em todos os veículos estudados (com a exceção de um único veículo como veremos a seguir), e que essa metodologia não vá além da retratação exaustiva das pautas negativas, percebe-se aqui também um padrão comportamental de um viés essencialmente econômico: relatar o mal é o método econômico principal no qual os jornais se ancoram; mas, para tanto, deveria haver uma epistemologia em comum a preceder o lado organizacional do empreendimento jornalístico, uma vez que todos seguem o mesmo viés financeiro. Curiosamente, foi tal percepção que “plasmou” a noção de que notícia e jornalismo prescindem de epistemologia, pois que se orientam unicamente pelo aspecto mercadológico da informação. Mais adiante, na dissertação, veremos como isso é falso e não se sustenta.

Por outro lado, esta necessidade do mal, seja no sentido epistemológico, seja no sentido econômico, irá reverberar diretamente na retratação dos fatos e na forma

como as sociedades se enxergam e se definem. A fim de demonstrarmos isso, iremos promover uma exaustiva análise estatística mais adiante, com o intuito de provarmos não somente que notícias negativas são a excessiva maioria, mas também que cada país, a seu modo, retrata noticiosamente o seu mal mais “peculiar”. Essas serão as bases para a compreensão futura do porquê de tudo isso, da compreensão do problema do mal no interior das notícias e em como tal necessidade epistemológica terminou por se tornar uma premência com reverberações na criação de um método econômico para a sustentação do jornalismo como atividade financeira.

“The evil spirit of journalism has caused all this mischief! The whole world complains of him, yet everyone would like to use him for his own benefit”

Gustav Freytag, Die Journalisten: Lustspiel in vier Acten

A EXTRAÇÃO DOS DADOS DA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL

I. Cada país (e cada jornal) com a sua “maldade”

A ostensiva análise das notícias em diferentes países e em diferentes meios nos possibilita afirmar com a maior clareza possível que a quantidade de notícias no mundo todo é, em sua ampla maioria, negativa (mostraremos as estatísticas logo a seguir). O negativo se sobrepõe em todos os veículos analisados com grande facilidade – em suma, notícias negativas são a maioria das pautas em veículos de informação. Assim, ficamos vindicados no que tange a pergunta-problema concernente à dissertação. Podemos dizer com tranquilidade que o jornalismo dá mesmo ênfase às notícias negativas (o porquê disso será o que o trabalho tentará elucidar nos demais capítulos); provamos tal necessidade empiricamente e isso por meio do método já explicitado no início da dissertação. Curioso notar ainda que, nessa análise, fica patente que cada país (logo cada veículo jornalístico) tende a abordar mais ostensivamente um mal que lhe seja mais ou menos específico.

Se a constatação das temáticas próprias ao mal é geral e quiçá até uníssona (não pode haver dúvidas de que estupros, assassinatos, corrupção, guerras, e outros assuntos entrem todos nessa categorização do que é próprio ao mal), cada país (e cada veículo de comunicação inserido nesta tradição) tende a abordar com maior especificidade uma espécie de mal que lhe seja mais propício. É assim que americanos e europeus irão retratar mais pautas sobre o terrorismo que assola o Oriente Médio, do que brasileiros e asiáticos que pouco têm a ver com o conflito. Por outro lado, não será nenhuma surpresa que pautas como ameaças atômicas sejam mais constantes nos veículos japoneses e chineses, por exemplo, do que em qualquer outro meio de comunicação analisado – a proximidade geográfica com relação à Coreia do Norte será certamente preponderante nesse sentido. Tencionamos dizer aqui que embora notícias ruins sejam a ampla maioria, cada país precisa lidar com a sua “maldade” específica. Quanto a isso, podemos destacar os seguintes dados:

- CNN (EUA)

Teor das notícias (CNN - EUA)

■ Positivo (1,88%) ■ Inconclusivo (6,41%) ■ Negativo (91,71%)

Divisão das editorias

Histórias mais abordadas

Controvérsias (18,9%)
 Diplomacia (17,6%)
 Conflitos (8,4%)
 Atentados, ataques e ameaças terroristas (6,2%)
 Administração de governo (4,4%)
 Mortes e mortes em massa (4,4%)

Total: 318 pautas (em 318 pautas foram 70 temáticas catalogadas)

Nenhum outro veículo abordado possui uma quantidade tão negativa de pautas, 91,7% do total – e muito desse valor vem atrelado à figura do presidente Donald Trump, constatação esta que, por si só, mereceu uma análise a parte (o que virá mais adiante no capítulo). Outro fator importante a ser destacado também é a baixa quantidade de variedade nas temáticas noticiosas abordadas – a CNN apresenta a menor distinção de pautas catalogadas. Parece que as histórias são sempre as mesmas, de modo que podemos obter a impressão de que se trata de um jornalismo monocromático. Ademais, salta aos olhos o dinamismo da rede para reabastecer o site de notícias em um ritmo muito mais rápido do que as demais concorrentes, entretanto, na medida em que isso ocorre, ver-se-á que os americanos ou que o jornalismo americano encarnado na CNN busca pelo mal exclusivamente – não raro observamos notícias que lidam com controvérsias e polêmicas (uma espécie de “disse-me-disse” interminável), também pontilhadas, muitas vezes, por notícias sobre diplomacia que se referem ao perigo que a hegemonia norte-americana encara no atual cenário político.

Diante de nós, temos um quadro que pinta um mundo soturno e instável, que ameaça desabar a todo instante. É um cenário sanguinolento, polvilhado por terroristas e extremistas que fazem do mundo um local hostil para a civilização – estamos aqui entre bárbaros (criminosos, bandidos, políticos fanfarrões) e civilizadores (a mídia). Outro fator que nos salta aos olhos é a tendência da rede em tentar “ensinar” ao telespectador. Em certa medida, aparenta que a CNN tenta ser uma espécie de farol da moralidade do modelo norte-americano – mas isto tampouco parece ser uma característica única à CNN; de fato a maioria dos órgãos de imprensa norte-americanos realmente encarna um ideal de quarto poder, que “imagina” zelar quanto ao bem-estar do cidadão diante do governo, mas que também teima em “patrulhar” os costumes e hábitos da sociedade. A tendência em admoestar o leitor e os políticos que não compactuam com os valores da rede é notável. Em todo caso, é o jornalismo mais “negativo” que fomos capazes de analisar. Por outro lado, o dinamismo noticioso e a capacidade de produção do veículo é algo notável. Parece que o grau de novidade exigido é frenético, e talvez seja por isso mesmo que apenas uma grande quantidade de pautas “negativas” possa aplacar essa necessidade, uma vez que o mal catalisa rapidamente o desdobramento noticioso tal como vimos anteriormente.

- **G1 (Brasil)**

Teor das notícias (G1 - Brasil)

■ Positivo (9,1%) ■ Inconclusivo (7%) ■ Negativo (83,9%)

Divisão das editorias

Histórias mais abordadas

Mortes (19,4%)
 Controvérsia (10,6%)
 Corrupção (10,3%)
 Segurança pública (6,6%)
 Abuso Sexual, agressão e estupro (4,7%)

Total: 318 pautas (em 318 pautas foram 123 temáticas catalogadas)

Com relação ao G1, houve a necessidade de criação de uma editoria apenas para a violência, pois que as pautas abundavam nesse sentido. Em geral, a impressão que o website nos passa é a de que o Brasil é um país dinâmico, embora o eixo das notícias seja majoritariamente São Paulo e Rio (a primeira cidade com a

primazia econômica, ditando o ritmo dos acontecimentos no país; a segunda se notabiliza no sentido da ação policial, da violência e da dicotomia social que varia entre pobres e ricos). Além disso, “pinta-se” ao leitor uma tela extremamente violenta, de crimes brutais, assassinatos, mortes em massa, etc. Apresenta também um país controverso e corrupto, no qual as decisões das autoridades são extremamente polêmicas e não condizem com a realidade social enfrentada pelo cidadão comum. Outro fator a ser levado em consideração é também a quantidade de pequenas notícias “bobas” que se referem às novidades, curiosidades e outros dados em geral que, muitas vezes, parecem mais destinados aos jovens leitores do portal – que, no entanto, pouco implicam em alguma real informação.

De resto, a impressão geral é a de que lidamos com um portal noticioso que fala muito a respeito das autoridades – que não parecem representar o povo com justiça, e de tantos outros crimes e assassinatos, que nos deixam com medo de sair às ruas. Em geral, são esses os dois focos principais do “hardnews” noticioso do veículo. Não é à toa que apresenta com isso uma ampla porcentagem de notícias negativas no decorrer de sua produção.

- **Frankfurter Allgemeine Zeitung (Alemanha)**

Teor das notícias (FAZ - Alemanha)

■ Positivo (10,7%) ■ Inconclusivo (15%) ■ Negativo (74,3%)

Divisão das editorias

Histórias mais abordadas

Controvérsia (13,4%)
 Eleições (13,4%)
 Diplomacia (8%)
 Administração de governo (7%)
 Terrorismo e ataques terroristas (3,8%)
 Administração de governo (3,5%)
 Refugiados (2,5%)

Total: 312 pautas (em 312 pautas foram 96 temáticas catalogadas)

Com relação ao Frankfurter Allgemeine podemos destacar o fato de que suas notícias são muito bem elaboradas. As análises sociais e políticas vão a fundo nas temáticas que tencionam esmiuçar e mesmo em temas que certamente não nos parecem muito agradáveis e que não inspiram muita reflexão à primeira vista – como no caso de controvérsias. Curiosamente, as observações do jornal oferecem interessantes perspectivas. Importante lembrar que as notícias do FAZ foram extraídas aos domingos, dia este que não acarreta em uma larga produção de notícias justamente por ser feriado. Geralmente, as pautas de domingo tendem a ser mais densas por conta desse espaço que resulta da morosidade do último dia da semana. Por outro lado, salta aos olhos o “politicamente correto” que é marca fundamental do veículo – mais do que em qualquer outro país ou mídia abordados. A controvérsia aparece em primeiro lugar nas categorias (enquanto história abordada) exatamente por conta disso. Ao menor sinal de sublevação do

“politicamente correto” o FAZ empreende uma crítica selvagem a respeito do ponto de vista analisado. Notícias referentes à administração de governo, sobretudo naquilo que tange a recepção e aceitação dos refugiados, são extremamente cautelosas. Os comentários dos leitores são apagados em sua maioria, mesmo os entrevistados e as fontes parecem afirmar sempre a mesma coisa. Crimes perpetrados por refugiados são raramente abordados – o caso do réveillon em Colônia foi um grande exemplo disso. Ninguém saberia dos abusos sofridos pelas mulheres se não fosse o relato da mídia estrangeira presente no local. De modo que se devemos traçar alguma impressão a respeito do jornalismo alemão seria justamente essa: a de que o veículo está amordaçado pelo politicamente correto; os alemães têm um profundo temor em provocar a própria controvérsia. A retratação de certas figuras no jornal (o caso do presidente turco Erdogan) é emblemática acerca do que apresentamos aqui. Tais figuras raramente são criticadas – aparenta-nos que apesar do alto grau intelectual envolvido na elaboração noticiosa do veículo, os jornalistas têm medo ou são obrigados a não desafiarem o *status quo*.

- **Asahi Shimbun (Japão)**

Teor das notícias (Asahi Shimbun - Japão)

■ Positivo (26,6%) ■ Inconclusivo (10,6%) ■ Negativo (62,5%)

Dvisão das editorias

Histórias mais abordadas

Diplomacia (12,8%)
 Controvérsia (10,9%)
 Educação e cultura (7%)
 Serial Killer e assassinatos (3,2%)
 Energia Nuclear (2,9%)
 Acidente de Fukushima (2,2%)

Total: 312 pautas (em 312 pautas foram 116 temáticas catalogadas)

Outra característica única do jornalismo japonês é a abundância de manchetes positivas. É o veículo analisado que mais apresenta chamadas positivas:

Teor das Manchetes

Se tivéssemos de pensar no jornalismo como se este fosse uma composição musical, que deve estar equilibrada na estrutura geral dos movimentos que apresenta ao público, então, certamente, o Asahi Shimbun seria o veículo mais equilibrado em todo o escopo analisado. As notícias se sucedem em um ritmo interessante. São intercaladas entre pautas positivas e negativas – isto talvez seja

um movimento da cultura japonesa como um todo, que também pode ser observado em outras esferas. Diferentemente de todo o resto, ainda que também aqui a maioria das pautas seja negativa, subsiste no jornalismo japonês a tentativa de trazer à tona outros matizes da vida. Para nós, certamente pode parecer estranho, mas no escopo da produção analisada, mortes e assassinatos se alternavam com a abertura de zoológicos e a existência de festivais culturais; na medida em que tragédias naturais ocorriam, o meio-ambiente também assumia papel de destaque na vida do homem que deseja desfrutar da natureza. De fato, o jornalismo japonês foi o mais enigmático e interessante de tudo quanto se analisou até aqui. Por outro lado, saltam aos olhos as dicotomias da vida social japonesa. Entre todos os países analisados foi o que mais se preocupava com a questão da educação – pautas sobre escolas e o ensino japonês tinham destaque. Na mesma medida, abundavam assassinos em série, mães que mantinham seus filhos no cárcere, crimes chocantes, etc. É mesmo estranho de se pensar que uma sociedade tão evoluída e civilizada carregue consigo um viés tão tipicamente obscuro da psique humana – essa tendência em praticar o mal, ainda que as condições de vida da população estejam mais ou menos asseguradas. Chamamos a atenção para a ocorrência de um mal particularmente brutal no seio de uma sociedade que parecia haver abolido as condições prévias para a sua manifestação.

- **Times of India (Índia)**

Teor das notícias (Times of India - Índia)

■ Positivo (16,6%) ■ Inconclusivo (12,25%) ■ Negativo (71,15%)

Divisão das editorias

Histórias mais abordadas

Controvérsia (28%)
 Diplomacia (9,2%)
 Assuntos econômicos (8,9%)
 Críquete, hóquei na grama e yoga (7,6%)
 Terrorismo e conflitos (6,4%)
 Corrupção (6%)

Total: 312 pautas (em 312 pautas foram 94 temáticas catalogadas)

No caso do Times of India, a “confusão” que as notícias trazem consigo é notável. Se a elaboração das notícias é um indicador epistemológico acerca da construção do conhecimento, então, fatalmente, a experiência epistemológica indiana será confusa. Chama a atenção o fato de que as notícias no Times of India são dispersas em sua motivação; é difícil entender a respeito de qual temática a história se refere e, por consequência, mais difícil ainda saber em qual categoria podemos encaixá-la. Muitas vezes, uma mesma história (e isso de maneira condensada) fala a respeito de um caso de corrupção, da administração do governo, de um aspecto econômico e de múltiplas outras temáticas que se cruzam simultaneamente. Ademais, é o jornalismo que mais requer pressupostos culturais por parte do leitor (o que de fato dificultou nossa análise) – isso faz sentido se pensarmos que o Estado indiano moderno é um amálgama de culturas milenares. Em quase todas as notícias, é possível ler a mesma história em idiomas diversos –

desde os mais tradicionais como o inglês, o bengali e o hindi, até outras línguas mais regionais, o que nos parece uma alternativa muito interessante.

Curiosamente, e diferentemente de sua contraparte nipônica, a imagem que se tem do jornalismo local não é a de algo equilibrado, mas sim uma produção em ebulição. Juntamente com a CNN, foi o veículo abordado que mais trocava suas pautas com rápida periodicidade – característica esta que nos faz conjecturar a respeito de quão dinâmica seria a sociedade indiana como um todo. De resto, retirando-se as peculiaridades culturais, salta aos olhos a semelhança temática com o jornalismo brasileiro. Também ao lermos as notícias indianas, ficamos com a sensação de que por lá os governantes são corruptos e não possuem nenhuma adequação com relação às necessidades que a população apresenta. Os crimes violentos, porém, não são recorrentes – mas tampouco ao lermos o jornal de lá termos a impressão de que se trata de um país seguro. Outro fator que pode ser destacado é a interação diplomática do país, que vive um drama político por conta da pressão política e econômica chinesa e da inimizade e conflitos recorrentes com o Paquistão (inimigo declarado). Terrorismo, conflito e atentados, infelizmente, também abundam na representação local.

- **Huffington Post (França)**

Teor das notícias (HF - França)

■ Positivo (12,17%) ■ Inconclusivo (13,16%) ■ Negativo (74,67%)

Divisão das editorias

Histórias mais abordadas

Controvérsia (21,1%)
 Eleições (13,4%)
 Mortes (5%)
 Legislação (2,8%)
 Assédio Sexual (2,2%)
 Terrorismo (2%)

Total: 312 pautas (em 312 pautas foram 104 temáticas catalogadas)

Não é nenhuma surpresa que o Huffington Post francês emule muitas das características presentes no Huffington Post americano – veículo noticioso este que apresenta um claro viés ideológico, além de ser voltado para a classe social mais jovem. Talvez seja por isso que abundem pautas políticas, sociais e midiáticas voltadas para a controvérsia – quase como se todas as lentes do veículo estivessem voltadas para o mesmo objetivo. Dramas pessoais na vida de atores e celebridades em geral são diariamente retratados.

No entanto, no decorrer do período analisado, a cobertura política referente às eleições foi o aspecto principal. A nosso ver, isto não poderia se dar de outra maneira devido à importância que Marine Le Pen, candidata mais à direita, representou para a história da política francesa. Macron e Le Pen “monopolizaram” a cobertura. Curioso notar ainda que, de início, Macron representava uma espécie de esperança no cenário político francês – foi, inclusive, exaltado pelo Huffington Post. Porém, uma vez eleito, uma vez afastada a “ameaça Le Pen” (como muitas vezes

pontuou o veículo), começaram as críticas ao governo local. Foi uma guinada radical. No todo, temos a ideia de um país mal administrado, cuja legislação defasada não está de acordo com as necessidades impostas pelo mundo atual. É necessário pontuar essa tendência que o HF encarna: a tentativa midiática de combater certos agentes políticos, justamente ao designá-los de maneira negativa. O mal aparece atrelado, muitas vezes, aos agentes que representam a disrupção do “estado de mundo” defendido pelo veículo de comunicação em questão. É notório como o HF representa essa “curiosa” inclinação. No último ano, a temática do assédio sexual também ganhou “corpo” no escopo de retração abordado pelo veículo.

- **Folha de São Paulo (Brasil)**

Teor das notícias (Folha de SP - Brasil)

■ Positivo (26,6%) ■ Inconclusivo (15,72%) ■ Negativo (57,68%)

Divisão das Editorias

Histórias mais abordadas

Controvérsia (7,8%)
 Corrupção (6,4%)
 Mortes (3,4%)
 Futebol (3,3%)
 Legislação (2,2%)
 Administração de governo (1%)

Total: 3422 pautas (em 3422 pautas foram 592 temáticas catalogadas)

A Folha de São Paulo destaca-se por inserir no jornalismo que pratica um bom modelo visual, exibindo gráficos e outras maneiras chamativas de suscitar a atenção do leitor. No entanto, se comparada ao seu maior rival impresso – O Estado de SP, tal como veremos mais a seguir – a Folha “peca” por não abordar a fundo as histórias que traz à tona. O veículo não oferece uma análise bem desenvolvida e, por vezes, não vai além de uma abordagem quase superficial acerca das temáticas disponíveis. É importante destacar também o fato de que no período de um ano ofereceu quase setecentas notícias a menos do que sua principal concorrente (ou seja, paga-se o mesmo valor por uma quantidade muito menor de notícias). No que tange a sua cobertura, salta aos olhos a ampla quantidade de controvérsias e casos de corrupção que aborda. Nesse sentido, o Brasil é um país sem uma política definida e, novamente aqui, temos uma nação cuja classe governamental opera em completa oposição às necessidades populares.

Em termos de “*hardnews*”, aquilo que de fato contemplamos ou consideramos como a produção noticiosa mais importante de um jornal, sua produção chega a ser quase 85% negativa – índice este que aproximaria a Folha de SP da CNN, por exemplo. Vejamos no gráfico a seguir:

Teor das notícias (Hardnews - Folha)

■ Positivo (4,75%) ■ Inconclusivo (11%) ■ Negativo (84,15%)

Ademais, a ampla maioria das manchetes é negativa – o que nos permite postular que o veículo trata notícias desse teor como uma forma de “cooptar” audiência. O mal novamente serve de catalisador informativo. De resto, a ampla quantidade de notícias positivas se deve a “pautas frias”, que variam, em sua maioria, acerca de temas culturais (cinema, teatro e atores) e gastronômicos. Cabe ressaltar ainda que a Folha geralmente cobre mais a controvérsia e tende a ser partidária em alguns aspectos que julga ser mais conveniente.

- **Estado de São Paulo (Brasil)**

Teor das notícias (Estado de SP- Brasil)

■ Positivo (27,05%) ■ Inconclusivo (17,31%) ■ Negativo (55,64%)

Divisão das Editorias

Histórias mais abordadas

Corrupção (7,5%)
 Futebol (6,9%)
 Controvérsia (6,2%)
 Gastronomia (2,9%)
 Mortes (2,1%)
 Administração de governo (1,7%)

Total: 4124 pautas (em 4124 pautas foram 647 temáticas catalogadas)

Se tivéssemos de considerar apenas “*hardnews*”, então o Estado de São Paulo seria o veículo mais negativo analisado até aqui – 93% de suas notícias seriam negativas, mais do que a CNN. Vejamos a seguir:

Teor das notícias (Hardnews - Estadão)

■ Positivo (1,85%) ■ Inconclusivo (5,45%) ■ Negativo (92,70%)

Entretanto, levando-se em consideração tudo quanto pudemos catalogar, o índice cai consideravelmente. Essas pautas positivas devem-se muito ao escopo de “pautas frias” que o Estadão também aborda – gastronomia e cultura. Mas, nesse sentido, o Estadão também apresenta outra seção que muito contribui para tal análise: o turismo. De modo que é possível distinguir uma nítida composição noticiosa nesse veículo – tudo o que é “*hardnews*” é da alçada negativa, todo o resto (“pautas frias”, “gaveta”, etc) varia muito entre o positivo e o inconclusivo. Em geral, trata-se também de um veículo que tenta apresentar a versão mais antiga do jornalismo imparcial. Há uma nítida impressão que o Estadão tenta ser mais neutro do que a maioria dos demais veículos analisados. Por outro lado, apresenta maior densidade nas suas coberturas, sobretudo em se tratando de pautas econômicas (algumas das quais fomos incapazes de atribuir um valor, optando, dessa maneira, por catalogá-las como notícias neutras). Em todo caso, é notável que sob a ótica do Estadão, o Brasil (em 2017) vive um momento terrível, de total desamparo político, com pouca alternativa, ideia esta que, no todo, é um pouco amenizada com alguns dados econômicos positivos que o veículo tenta informar ao leitor. Além disso, o retrato sobre casos de corrupção é frequente – nenhuma outra história é tão ou mais “assídua” do que esta na página deste jornal.

II. Um caso especial: a imprensa chinesa

A análise do noticiário chinês nos fez perceber que o modelo de jornalismo proposto pelos asiáticos não deveria integrar o quadro total das estatísticas que trazemos aqui pelo motivo de que é uma produção extremamente *sui generis*, isto é, não se encaixa nos padrões jornalísticos razoáveis por uma única questão: a produção chinesa, na ampla maioria das vezes, nos apresenta dados apenas positivos – vai na contramão de todas as outras estatísticas que fomos capazes de averiguar. Por isso, mereceu uma análise quase toda particular. Quanto a isso, o gráfico abaixo indica a divisão das pautas noticiosas da CCTV:

Teor das notícias (CCTV - China)

■ Positivo (80,1%) ■ Inconclusivo (10,8%) ■ Negativo (8,9%)

Ademais, diferentemente dos outros veículos, a CCTV foi a única empresa jornalística exclusivamente estatal a ser analisada. Todas as demais, embora tivessem lá a sua preferência política ou a sua “cruzada particular”¹⁹, seguiam modelos liberais de mercado como qualquer empresa normal. Já a CCTV, como sabemos, tem a clara obrigação de seguir os parâmetros regimentais do governo e retratar os fatos de acordo com as normas do partido comunista chinês. Há todo um aparato implementado pelo governo que realiza uma espécie de checagem prévia, filtrando aquilo que pode ou não pode ser divulgado. É dessa maneira que a China expõe suas informações ao mundo (e também aos próprios chineses) e termina por

¹⁹ A CNN em relação ao governo Donald Trump, por exemplo, tal como veremos a seguir.

criar uma vertente em paralelo de jornalismo e comunicação (se é que isto pode ser considerado como jornalismo). Ademais, há uma preocupação muito grande em demonstrar a China como uma potência em condições de igualdade com as demais. Em termos de editorias, sua produção parece similar a dos outros veículos:

Divisão das editorias

Por outro lado, o que se vê muitas vezes, é que há uma constante demora na atualização das matérias. O site somente é atualizado quando há a ocorrência de uma nova pauta positiva tal como nos foi possível averiguar. Não raramente surgem “espaços” na exibição das matérias – as matérias não são temporalmente sequenciais, isto é, não se sucedem necessariamente de um dia para o outro como normalmente se dá em outros veículos. Ademais, naquilo que tange suas histórias, a pauta noticiosa chinesa é incrivelmente desenvolvimentista-nacionalista, privilegiando ora a pujança econômica, ora a cultura nacional. Como veremos nas estatísticas abaixo, quase 40% das histórias divulgadas pela CCTV no espaço de um ano dialogavam única e exclusivamente com estas temáticas:

Histórias mais abordadas

Desenvolvimento (9,6%)
 Diplomacia (8%)
 Ciência, Pesquisa & Tecnologia (7%)
 Festivais (5,4%)
 História (4,6%)
 Infraestrutura (3%)

Total: 312 pautas (em 312 pautas foram 127 temáticas catalogadas)

O peculiar caso chinês nos fez questionar e conjecturar a fundo também a respeito das características da produção noticiosa. Quanto mais democrático tende a ser um país – o caso dos EUA e da CNN será emblemático nesse sentido – maior a tendência de que a produção jornalística daquela nação seja inteiramente negativa. Por outro lado, quanto menor a tradição democrática de uma determinada nação, maior a probabilidade de que esta represente a sua realidade em termos positivos. Ou seja, podemos conjecturar se fatos negativos²⁰, que por consequência são mais ameaçadores e disruptivos do que atos positivos, não sejam analisados de maneira mais natural em comunidades mais democráticas e com melhores índices sociais. Perceber o negativo e compreender que se deve lutar contra ele, e não escondê-lo dos olhos da sociedade, pode ajudar a melhorar as condições gerais de vida dos cidadãos. Nesse sentido, a função da notícia em alardear o mal e a do jornalismo em demonstrá-lo seria crucial para o bom funcionamento da vida humana, pois que trazem um alerta a respeito do que se deve ser evitado e do que se deve ser contestado. Essa retratação livre a respeito do mal não tende a preservar o *status quo* político ou social de determinada classe, mas termina por gerar na maioria das vezes um debate entre os membros dessa sociedade. A “controvérsia”, uma das facetas noticiosas mais populares do problema do mal, tende a aparecer exatamente nessa toada, cumprindo sempre a função de alardear o que poderia ser e a esperar dos leitores uma resposta quanto a isso.

Por outro lado, as notícias chinesas nos fazem questionar se a velha noção do simulacro – aventada e propagada sobretudo no meio intelectual francês a partir de nomes como Baudrillard (nos estudos da comunicação) e de Klossowski (na filosofia e literatura) – não sejam de fato uma verdade. Se a China está a progredir no momento atual, isso se deve ao fato de que ela esteja em um momento propício, ou então pelo motivo de que constrói a sua representação muito bem? Olhando as notícias a respeito da China, é difícil responder a tal questão com firmeza. Aparentemente, o problema do mal passa muito longe do país asiático – tudo corre bem. As notícias nos relatam acerca de um país em transformação inigualável, que no atual momento varreu para longe do mapa os problemas que pareciam incomodá-la no passado. Assim, é mister questionar se o país vai bem porque está

²⁰ Importante ressaltar que estes fatos negativos que aparecem na China geralmente se remetem a outros países ou a outras situações que não tem por pano de fundo a própria China.

bem, ou se vai bem porque parece estar bem. O que temos diante de nós (nessa representação noticiosa) é o país tal como ele é ou é um simulacro em seu lugar? O fato é que esta análise a respeito do problema do mal também abre outros questionamentos. Percebe-se que essa temática, o papel do valor da representação social e política – se positiva ou negativa –, ainda foi muito pouco estudada. Será que se um país estiver revestido apenas por notícias boas sua condição social final tenderia a melhorar? E, ademais, será que um país em plenas condições e que comece a ser retratado unicamente pelas lentes do negativo torna-se, por fim, completamente disruptivo por meio dessa representação? E como conciliar tudo isto com a noção que apresentamos anteriormente: a de que países democráticos tendem a se retratar pelo viés da negatividade? Diante da produção noticiosa chinesa e a sua falta de consonância tão peculiar com o problema do mal, tais questões podem fornecer um novo vigor para pesquisas adicionais. Quanto a isso, percebe-se apenas que essa noção do simulacro ainda não foi estudada a fundo a partir de um viés mais analítico-estatístico no que se refere às suas potencialidades e consequências na representação midiática e social.

No entanto, é importante reconhecer também que diversas críticas surgem aqui e ali sobre o verdadeiro estado da sociedade chinesa. O fato de que o aparato estatal reprime as críticas ao partido comunista chinês, além de filtrar o noticiário que o cidadão comum tem acesso, não é coisa nova. O dia 26 de junho de 2017 foi exemplo. Exatamente neste dia houve um dos piores terremotos da história do país. Nenhuma notícia apareceu quanto a este fato. Por esse viés, não é que o mal esteja em hibernação na China, não que o negativo também não seja preponderante por lá, mas sim que as mídias locais estão impossibilitadas de retratar a realidade tal como qualquer outro meio livre e independente o faria. Quanto a isso, cabem certas críticas:

Na China, os jornalistas presenciaram muitos eventos chocantes e perturbadores. No entanto, numa sociedade onde os princípios do partido governavam as notícias, era muito difícil informarem a verdade do que viam. Era frequente terem que dizer e escrever coisas de que discordavam. (XIRAN, 2003, p.216)

E ademais:

Enquanto o mundo via uma China feliz e corada, de roupa nova e já sem chorar de fome, a comunidade jornalística deparou-se com um corpo atormentado pela dor da indigestão. E um corpo que não podia

usar o cérebro, pois o cérebro da China ainda não tinha desenvolvido as células para absorver a realidade e liberdade. O conflito entre o que os jornalistas sabiam e o que tinham permissão para dizer criou um ambiente que lhes prejudicava a saúde física e mental. Foi esse conflito que me fez abandonar a carreira jornalística. (XIRAN, 2003, p. 262)

Essa noção de um simulacro, de uma sociedade fictícia representada nos meios, também não passou despercebida por olhares mais atentos:

As pessoas haviam apreendido a desafiar a razão e a viver no mundo do faz-de-conta. Todo o país caiu na linguagem dupla. As palavras separaram-se da realidade, da responsabilidade e dos verdadeiros pensamentos das pessoas. Diziam-se mentiras à vontade, porque as palavras haviam perdido os seus significados – e deixados de serem levados a sério pelos outros. (CHANG, 1994, p. 208)

Nesse imbróglio, difícil saber quem tem razão, se os detratores do governo ou o próprio governo que alardeia seus dados positivos – embora tenhamos um claro palpite quanto a isso. Mesmo assim, é interessante a percepção de que o mal, ainda que negligenciado, ainda que “escondido”, é uma seara fundamental para o funcionamento da sociedade humana. Tal como se foi mencionado anteriormente, o mal nos coloca diante dos problemas da realidade, do que se passa no momento. Tal como Robert Park²¹ dizia, o jornalismo que retrata os problemas de seu tempo assegura ao homem sua interdependência com a sua história. Na esfera comunicacional, portanto, o mal assume a dianteira dos fatos – transmite-se primeiro aquilo que todos precisam saber: as tragédias, os assassinatos, as querelas gerais, etc. E tudo isso porque precisamos, em conjunto, evitá-los. Esconder o mal ou “jogá-lo para baixo do tapete” termina por criar um mundo paralelo; tal como Chang (1994) sugere, terminamos por criar um faz-de-conta onde tudo é perfeito e se passa dentro dos conformes. Não retratá-lo (o mal), portanto, distancia o homem do ato presencial do instante, da “presentificação” do presente, do reconhecimento do que se passa em sua sociedade e ao seu redor. Se a China soube como “resolver” este imbróglio representacional, se o país de fato está no centro de uma transformação mundial, se os asiáticos criaram um novo modelo comunicacional é difícil dizer, mas, ao evitarem o mal, deram uma importância metodológica toda especial a ele. Percebe-se, contudo, que essa transformação metodológica nos valores-notícia não foi algo natural, mas sim artificial tal como nossa tendência estatística bem demonstra. O

²¹ Esta noção de o jornalismo “resgatar” uma noção histórica de tempo veremos mais a seguir (no capítulo 4 da primeira seção).

mal está lá – só precisamos procurá-lo com atenção redobrada abaixo do mar de positividade que nos cerca.

III. Caso Trump: a aparição do demônio?

Uma das constatações que a mensuração empírica dos dados coletados ao longo do trabalho possibilitou foi a percepção de que elementos disruptivos são essenciais ao jornalismo – na narrativa jornalística cabem aos elementos disruptivos as ações que geram os desdobramentos da vida (e que muitas vezes estarão associados ao problema do mal). Mas, nesse sentido, e tal como veremos com Hannah Arendt e sua ostensiva análise a respeito do mal, é-nos muitas vezes impossível denominar o próprio mal ou as demais instâncias de valores da vida como agentes das ações que sofremos ou que recaem na sociedade da qual fazemos parte (ou então em nossa própria individualidade). Aqui se torna necessário que o mal esteja “fantasiado” em uma espécie de invólucro; é necessário que o mal esteja personalizado, quase que encarnado em um único indivíduo, sobretudo se pensarmos no caso da imprensa. Seguindo a rota de Arendt, que propôs ainda uma noção de “coisificação do mal”, podemos sugerir também a “personalização do mal” – algo semelhante ao que se dera com Eichmann e o seu julgamento em Jerusalém. Pois bem, em nosso tempo, podemos aventar que a encarnação do mal, para o jornalismo moderno, seja o presidente americano Donald Trump. Nenhum indivíduo, isoladamente, será mais retratado do que ele na atualidade. Óbvio que presidentes americanos são simbolicamente poderosos, nas notícias estão representados em exaustão – e não é por menos. São indivíduos que angariam consigo o maior poder e capital político-simbólico na história da humanidade; suas ações repercutem em campos efetivos, que mexem conosco de maneira empírica: são responsáveis por desdobramentos culturais, econômicos, sociais e etc. Podem dar o aval ou repelir tendências que desembocam na vida de milhares de cidadãos. É daqui que brota um dos muitos mananciais que garantem a importância simbólica e efetiva da imprensa, uma vez que ela nos aproxima das figuras do poder – e isso desde a época da Revolução Francesa, em especial com Marat e seus contemporâneos, que terminam por inaugurar uma tendência quase absoluta em nosso quadro social; esses primeiros jornalistas consolidam esta inclinação políticas dos jornais. Mas, no caso de Trump, não será nenhuma panaceia afirmamos que, atualmente, ele é o indivíduo quem mais encarna essa “negatividade”. Mais do que qualquer outro malfeitor, criminoso, terrorista, tirano, déspota, ditador da atualidade (e os “concorrentes” são muitos), é ele quem mais será individualmente representado de

maneira negativa nas notícias de todos os veículos que estudamos até aqui. Contando todas as notícias que tratam dele, 98,9% das representações serão negativas. Quase a metade delas, praticamente 40%, tem como pano de fundo alguma controvérsia. Trump, no decorrer de um único ano (2017), não recebeu nenhuma notícia positiva, no máximo fomos capazes de catalogar algumas notícias referentes a ele como “não conclusivas”.

Ademais, salta aos olhos a relação de Trump com a rede americana CNN. Se pensarmos que a CNN é um canal americano faz sentido acreditar que toda e qualquer decisão de Trump é sumariamente mais importante a eles do que a qualquer outro veículo. Nesse sentido, as decisões do presidente brasileiro são naturalmente mais importantes ao Brasil, as decisões do primeiro-ministro de Berlin possuem mais peso na Alemanha, Xi Jinping é mais relevante na China, e assim por diante. Praticamente 1/3 (31,7%) de todas as notícias analisadas da CNN tratam exclusivamente sobre o presidente americano – analisando os fatos que indiretamente também têm a ver com Trump, o número sobe consideravelmente para 2/3 (67,9%). Tendo em mente que a CNN apresenta os maiores índices de negatividade noticiosa dentre todos os veículos analisados (91,6% de suas notícias serão todas negativas), não será nenhuma novidade constatar que muito disso possui relação com a cobertura do presidente.

CNN e temáticas noticiosas

De modo que se pensarmos que os EUA desfrutam do modelo democrático mais longo e estável da história da humanidade, podemos pensar que esse modelo nos ajuda a suscitar duas hipóteses. Na primeira delas, quando a mídia leva a cabo uma crítica desenfreada das políticas públicas e do próprio presidente, tal como no caso de Trump, isso ajuda a criar uma antítese contrária à “positividade” que os governantes desejam inflar no espírito público (nesse sentido, o caso da China como vimos até aqui é emblemático: governantes daquele país criam toda uma atmosfera que, de forma ou de outra, sabemos não condizer muito bem com a realidade). O fato de a mídia ser uma pesada antítese em relação à tese que os governantes postulam construir torna-se extremamente positiva para o país como um todo, pois que a imprensa irá abordar as falhas, os problemas e logo os males dos projetos elaborados. Ao buscar o mal, termina por denunciar o que está ruim, o que gera uma resposta obrigatória do governo para uma melhoria – isto é, a busca pelo mal também ajuda na melhora das coisas. Já com relação à segunda hipótese, a mídia poderia desestabilizar completamente um governo, um estado todo, sublevando assim os cidadãos a tomarem decisões que venham ao encontro da vontade dos jornalistas e ao sabor das decisões dos proprietários de grandes mídias. Muito já se foi dito quanto a isso: desde que a mídia “regula” a opinião dos indivíduos até de que esta os incapacita para enxergarem a verdade. Caberia ao jornalismo o papel de um hipnólogo a controlar sua “cobaia”. No caso de Trump, fica claro de que o mesmo acredita nessa hipótese – suas desavenças contra a mídia local são claros indícios desse fato. Políticos, em geral, tendem a aventar tal hipótese quando estão em desvantagem, no entanto, não estamos dispostos a conceder que essa hipótese seja verdadeira. A opinião pública permanece um mistério a despeito do que se tenha proposto – importante reconhecer que muitos dos trabalhos nesse sentido são relevantes. Mas daí em dizer que a opinião pública, sobretudo as decisões políticas, serão unicamente influenciadas pelo jornalismo não nos parece certo – o jornalismo é apenas um dos muitos fatores que ajudam a construir a opinião pública, mas não é o único em absoluto. Inúmeras tendem a ser as idiossincrasias presentes em todo este episódio e, tal como sabemos, isso por si só daria margem a toda uma nova discussão, um novo trabalho.

No entanto, o que chama mais a atenção nesse episódio todo é a tendência humana de construir “demônios” e “diabos”, em associar a certos indivíduos a culpa

total de suas frustrações. Quanto a isso não há dúvidas. Não podemos esconder que a ampla maioria da mídia se frustrou com a eleição do presidente americano, sobretudo porque foi ridicularizada quando o resultado das eleições veio à tona. Quase a totalidade dos modelos de previsão falhou, os jornalistas e outros analistas políticos estavam, em sua maioria, completamente enganados. Mas esse não é o foco principal de discussão aqui, e sim a necessidade do elemento disruptivo. Há um enorme temor quanto à desestabilização do cotidiano e do social – o fator Trump, por exemplo, aparece claramente na Ásia dentro desse escopo. Tanto na China quanto no Japão, as retratações acerca do presidente serão negativas e possuem forte conexão com a temática da diplomacia. O que se lê em certos artigos específicos é que não se sabe o que esperar do presidente americano e, por isso mesmo, isto seria ruim. A imprevisibilidade é algo muito ruim para o cotidiano, no entanto, para o jornalismo será algo muito bom (curiosamente). É mais uma possibilidade de fazer com que os temores gerais da população “confluam” para um tópico central – no caso dos asiáticos, isto será claramente a diplomacia (além de temáticas relacionadas a assuntos nucleares), sobretudo se levarmos em conta a frágil e delicada relação com nações instáveis tais como a Coreia do Norte. Essa constatação nos aproxima de um tópico não aprofundado no decorrer deste trabalho, mas que poderá ser de serventia às pesquisas futuras, uma vez que se aproxima do problema do mal, se é que não faz parte deste: o medo. O medo muitas vezes está associado ao mal. Elementos disruptivos tendem a suscitar isto na população: puro medo. O que a análise ostensiva das notícias nos propicia a dizer é que Trump, de início, era considerado apenas um candidato controverso. Ao crescer nas pesquisas, tornou-se mais controverso ainda, porém, uma vez no poder, parece que a reação geral dos meios jornalísticos foi expressar o medo – e que tipo de medo? O medo relacionado à imprevisibilidade. A todo instante lemos e ouvimos as palavras “imprevisível”, “imprevisibilidade”. No decorrer de toda a nossa análise, deparamo-nos com uma forte dúvida: se devíamos (ou não) alçar a imprevisibilidade à função de valor-notícia. Pelo sim e pelo não, decidimos não nos aprofundarmos por este viés devido a falta de tempo. Este também pode ser outro tópico para o futuro.

Por último, cabe dizer que, em essência, Trump encarna a figura do elemento disruptivo. Tudo o que é diferente de um modelo previsto será motivo ora para

pânico (medo), ora para a controvérsia, ora para uma ostensiva crítica. Mas não seria o disruptivo justamente a nos obrigar a fazer progressos? Não será justamente o disruptivo a nos obrigar a melhorar como um todo? Estamos aqui tipicamente diante de uma questão nietzschiana. É dessa forma que um dos primeiros preceitos expostos no livro “A Gaia Ciência” de Nietzsche (2005, p. 39) começa com a constatação de que “até hoje foram os espíritos mais fortes e os espíritos mais malignos que obrigaram a humanidade a fazer mais progressos: inflamaram constantemente as paixões adormecidas”. Se Trump é um dos espíritos mais fortes, difícil dizer, mas que à sua figura ficou gravada uma noção de “malignidade”, sobretudo entre os seus opositores, é fato facilmente constatável. Muitas vezes essa imagem do “mal” encarna em alguns indivíduos, nem sempre por conta da brutalidade de seus atos, mas sim pelo motivo de que suas opiniões explosivas, suas idiossincrasias, seus modos de enxergarem a vida são completamente opostos aos nossos, ou ainda pior, completamente diversos dos valores gerais que tendem a pautar a mídia – que, tal como veremos mais a seguir na obra de Nelson Traquina (2005), tende a ser uma comunidade global (logo de valores mais ou menos similares). Pois bem, na medida em que os valores de certos indivíduos são impossíveis de serem reajustados na órbita daquilo que se pauta ao redor da mídia global, nós nos vemos, subitamente, diante de uma encarnação do mal. Trump, nos dias atuais, não é a encarnação do mal, o “demônio moderno”, porque necessariamente seja mal; é o “demônio”, pelo simples motivo de que os valores que professa perseguir são incompatíveis com os valores gerais da mídia. Nesse sentido, o jornalismo contribui em larga escala para a criação de demônios e, daí em diante, termina por gerar toda uma atmosfera propícia para o surgimento do mal. Todos os atos realizados pelo sujeito discordante serão atos do mais puro mal. Este sujeito deverá ser “esclarecido”, “corrigido” pela mídia. No entanto, se este for um ideal impossível, é alguém que merece ser “perseguido”, retratado vezes a fio pela representação jornalística em geral – este indivíduo torna-se notícia, pois que já não pode realizar nada do que não seja o mal, não pode ir além do mal.

“Na ‘Novaslândia’, podemos dizer que os maus acontecimentos são ótimas notícias”

Nelson Traquina, Teorias do Jornalismo

“As más notícias são boas para o discurso jornalístico”

Ericson, Baranek & Chan, Visualizing Deviance

PRIMEIRA HIPÓTESE

O mal que constitui o jornalismo e suas notícias

1. O problema do mal

Não é nada fácil encontrarmos uma definição apropriada ao significado específico do mal. Ademais, não é nenhuma surpresa que tal assunto tenha sido relegado ao mais baixo patamar da filosofia devido à dificuldade em se obter uma definição bem estipulada para o termo. Podemos até mesmo ousar em dizer que o mal ocupa um espaço limítrofe entre o místico e a barreira metafísica da mais pura filosofia. Por outro lado, é um assunto que continua a nos incomodar; afinal, enquanto seres humanos, vivendo em conjunto na sociedade, precisamos de uma distinta definição para o que seja o mal de fato a fim de prosseguirmos adiante, estipulando assim parâmetros claros para a ética, a estética e outras práticas sociais. Neste sentido, as premissas do pragmatismo poderiam ser úteis não apenas para o problema do mal, mas também muito valiosas a fim de nos situarmos na direção correta para abordar o assunto. Para o nosso caso, dentro do jornalismo como um todo, tal conceito se faz extremamente necessário. É necessário promover o que é bom, pois que todos nós almejamos o que é bom. É crucial “livrar” ou avisar ao homem comum a respeito do mal que pode aparecer ao seu redor, pois que todo indivíduo deseja evitar o mal.

Na medida em que lidamos com o pragmatismo, torna-se importante trazer à tona o fato de que muitos autores que se declararam pertencentes à mesma escola de pensamento também apresentaram diferentes aspectos do que julgavam ser o verdadeiro pragmatismo. De forma breve e resumida, poderíamos facilmente comparar os dois nomes mais importantes da vertente pragmática: C. S. Peirce (o fundador do pragmatismo) e William James (o disseminador mais importante do pragmatismo). É importante proceder desta forma, pois tal como Sami Pihlström no seu livro *Taking Evil Seriously* (2014) assevera, devemos escolher entre duas versões da mesma teoria – a teoria restritiva de Peirce e a vertente mais liberal de James. Sobre Peirce, Pihlström escreve:

Se nós estritamente requeremos que os objetos de nossas teorias e concepções tenham condutas práticas, então cenários céticos, por exemplo, não farão nenhum sentido de todo (...). Aqui o método pragmático nos parece restritivo demais. (Pihlström, 2014, pp. 3 – 4)²²

Quanto a James, temos o seguinte panorama:

Se o princípio pragmático é liberalizado, ao modo de William James, para cobrir não apenas condutas concebíveis dos objetos de nossa concepção, mas também para as condutas de nossas crenças (...) pode ser que, claramente, isso faça uma dramática diferença para nós em nossas vidas se nós acreditamos em um cenário cético (até mesmo hipoteticamente) ou não. Nossas atitudes, emoções, e crenças obviamente fazem uma incrível diferença em nossas vidas. Mas então, o método pragmático pode se tornar incrivelmente frouxo: será que podemos acreditar naquilo que julgamos ser mais recompensador ou subjetivamente satisfatório em nossas vidas; existem critérios minimamente objetivos e normativos para a legitimação de tais crenças? (Pihlström, 2014, p. 4)²³

De uma forma ou de outra, o que temos diante de nós representa um bom resumo de quais discrepâncias permanecem no coração da teoria pragmatista. Não é nenhuma surpresa que Pihlström irá adotar o caminho do meio em sua obra: ele combina a consideração de Peirce em relação aos gerais universais (pois se quisermos definir o mal precisamos dar a ele uma definição abrangente – o mal deve ser igualmente mal em toda a situação que ocorra) com a abordagem expansiva de James no intuito de desafiar “relativismos” morais e teísticos dos mais diversos (não há “feriados morais”, tal como James nos sugere, quando se trata do mal). No entanto, há mais alguém que poderia facilmente nos municiar com uma versão sólida e confiável do pragmatismo, alguém que foi cuidadoso o suficiente para não se precipitar por uma versão mais restritiva ou liberal em relação ao próprio pragmatismo: Frank Ramsey. A contribuição mais importante de Ramsey ao pragmatismo foi provavelmente aquilo que se ficou conhecido como o “movimento deflacionário”. De acordo com o autor, uma crença é verdadeira se for uma crença que p , e p . Tal premissa poderia nos prover uma definição pragmática muito

²² No original: “If we really strictly require the objects of our theories and conceptions to have practical bearings, then certain skeptical scenarios, for instance, won’t make sense at all (...). Here the pragmatic method appears to be too restrictive”.

²³ No original: “If the pragmatic principle is liberalized, in William James’s manner, to cover not only the conceivable bearings of the objects of our conception but also the bearings of our beliefs (...) it may, clearly, make a dramatic difference for us in our lives whether we believe in a skeptical scenario (even hypothetically) or not. Our attitudes, emotions, and beliefs obviously make a huge difference on our lives. But then, the pragmatic method may turn out to be too loose: can we just believe whatever we find most rewarding or subjectively satisfying in life; are there any even relatively objective normative criteria for the legitimacy of such beliefs?”.

interessante a respeito de como o problema do mal funciona em nossa própria lógica humana e de como isso aparece nos jornais.

Ramsey deseja provar que a natureza de nossas condutas deve advir necessariamente da natureza da própria verdade. Se ao considerarmos que uma crença é verdadeira se for uma crença que p , e p , definições verdadeiras serão auto-evidentes e auto-explanatórias. O exemplo que ele nos apresenta é muito elucidativo:

- (i) A Terra é redonda
- (ii) É verdade que a Terra seja redonda
- (iii) Qualquer um que acredita que a Terra é redonda acredita verdadeiramente

Ao final, temos três maneiras sutis de implementarmos uma perspectiva pragmática no que tange à nossa filosofia. Se preferirmos a concepção de Peirce, então não haverá nenhuma surpresa em dizer que iremos considerar os efeitos e as condutas práticas do objeto de nossa concepção. Se James é aquele quem mais nos agrada, então podemos postular, assim como Cheryl Misak disse uma vez (2016, p. 53), que “experiências humanas variáveis determinam a verdade da crença de cada um”. Ou então poderíamos fazer uso da teoria de Ramsey, mais refinada –, pois que cria uma maneira de mensurar a crença, tal como vimos acima (embora Ramsey esteja mais próximo a Peirce do que a James).

Agora que o método pragmático foi brevemente analisado, precisamos compreender a qual problema sua metodologia será aplicada. Obviamente que aqui a nossa investigação se remete ao problema do mal. Retornando à história do problema do mal, foi Leibniz quem primeiro se reportou diretamente ao assunto. Para o filósofo alemão em sua *Teodicéia* (também o último trabalho de sua vida), o mal poderia aparecer em três diferentes estágios da existência: metafisicamente, fisicamente ou moralmente. Falando em termos metafísicos, o mal seria uma parcela dos defeitos e imperfeições que fazem parte de todas as criações, pois nada seria perfeito (com a exceção de Deus) – nesse sentido, o mal seria intrínseco à existência humana. Há um grande sentido de incompletude em tudo aquilo que o homem faz. Já em termos físicos, o mal poderia ser associado ao corpo humano com um direto impacto em nossas almas. É o corpo que sofre com as

inconveniências da existência – nossos corpos eventualmente ficam doentes, frágeis, são punidos, mortificados e eventualmente irão morrer. Aqui Leibniz descreve um ponto muito importante: o mal precisa ser sentido, precisa ser experimentado em termos próprios à realidade. Desse ângulo, a criação de uma ética a lutar contra o mal será crucial para esquemas teísticos, pois que estes dependem de Deus para justificar a existência. Tal reflexão, a de que o mal para ser mal precisa ser experimentado fisicamente, só viria muitos anos mais tarde com a análise do filósofo italiano Umberto Eco (também vinculado ao pragmatismo). Quando este especula a respeito de uma ética sem a existência de Deus, ele demonstra alguns efeitos práticos do problema do mal – o que aparece, por vezes a fio, em nossa retratação no mundo das notícias:

Em minha troca epistolar com o Cardeal Martini (1927 – 2012), este me perguntou se seria possível criar um sistema ético sem Deus. Eu respondi a ele que isto seria possível desde que esse sistema ético estivesse baseado no corpo. O corpo possui a necessidade de se levantar, de dormir, comer, beber e assim por diante. Se estas condições fossem respeitadas, ter-se-ia, portanto, condições éticas. Quando um ser-humano está pendurado pelos pés, é obrigado a se deitar no chão, quando não está autorizado a se levantar, ou quando tem a sua língua partida em duas, ficando impossibilitado de falar, então temos diante de nós uma situação que não é ética. O fundamento ético é também baseado nas necessidades do corpo. Quando se segue tal ética, é-se um perfeito cristão. (ECO, 2013, p. 65, entrevista)²⁴

Por último, e de volta a Leibniz, temos as considerações de ordem moral nas quais o mal representaria a falha de nossas virtudes contra nós mesmos, contra os outros e contra o próprio Deus. O ponto, no entanto, é perceber que embora Leibniz tenha feito uma profunda contribuição filosófica ao especular a respeito de um aspecto muito ignorado da vida humana, até mesmo ao delimitar as searas que viriam a pautar o assunto, ele jamais obteve uma explicação para o termo. De fato, Leibniz abordou as implicações do efeito do mal (podemos até mesmo considerar se isto também não se tratou de um pragmatismo mais rudimentar), mas, ao final, não atingiu ou postulou uma definição totalizante ao termo. E, mais importante ainda, sua

²⁴ Versão original em alemão: " In meinem Briefwechsel mit Kardinal Martini (1927-2012) fragte mich dieser, ob es möglich wäre, eine Ethik ohne Gott zu begründen. Ich antwortete ihm, dass es möglich sei, indem man die Ethik auf den Körper gründet. Der Körper hat das Bedürfnis, aufrecht zu stehen, zu schlafen, zu essen, zu trinken und so weiter. In dem Maße, wie man seine Bedürfnisse respektiert, hat man auch ethische Bedingungen. Wenn man jemanden an den Füßen aufhängt, ihn zwingt, am Boden zu liegen, und ihm nicht erlaubt aufzustehen, wenn man jemandem die Zunge abschneidet und nicht zu sprechen erlaubt, dann haben Sie eine Situation, die nicht ethisch ist. Die grundlegende Ethik gründet sich also auf die Bedürfnisse des Körpers. Wenn Sie dieser Ethik folgen, sind Sie ein perfekter Christ".

definição de mal dependia completamente da noção de um Deus. Depois dele, muitos outros filósofos também escreveram a respeito do mal, mas nenhum deles fez da matéria o seu tópico de análise principal ao modo de Leibniz. O mal só viria a se tornar um profundo problema filosófico muitos anos mais tarde – especialmente após a tentativa levada a cabo por Hannah Arendt a fim de entender a banalidade do mal (um termo que ela mesma inventou na medida em que analisava o caso de Eichmann para o jornal *The New York Times*).

Na visão de Arendt, o mal tem muito a ver com a nossa capacidade de tomar decisões (este resulta da implicação de nossos atos). Essas implicações advêm de um pano de fundo metafísico que varia do bem ao mal que carregamos conosco em nossas mentes, portanto, a luta eterna entre o bem e o mal irá requerer (mas também transcender) disposições morais e a lei – isto representa a última consequência de nossas ações. É por isto que o mal requer outros atores; ele não funciona a partir de uma premissa solipsista, por exemplo. O mal só existe se há normas morais sólidas, pois que será sempre praticado ou ocorrerá na forma de ação contra um outro (aqui podemos até mesmo suscitar um questionamento pragmático: não seria o mal finalmente uma disposição para agir?). A proibição do mal também irá legitimar a cultura, pois que esta será constituída por meio da percepção de nossa própria consciência a ser considerada boa ou má, certa ou errada. Aqui podemos ver um paradoxo no pensamento de Arendt. Nas palavras dela, temos uma orientação natural para diferenciarmos o certo do errado, o bem do mal – mas apenas as disposições incutidas em uma determinada cultura (na qual estaremos inseridos, por exemplo) delimitam as nossas inclinações para cometer ou nos abster da prática do mal. É por isto que ela escreve a respeito dos perigos e problemas de regimes totalitários, pois que estes tendem a subverter e justificar arbitrariamente o que pode ser bom – eles esticam a lógica para uma seara muito distante da realidade humana. Nesse ponto, podemos ver até uma similaridade com a visão de Ramsey. A lógica não funciona quando distante do solo humano. Novamente aqui, porém, permanece o problema de que nem mesmo Arendt seja capaz de especificar o que o mal verdadeiramente é. Dessa comparação entre Leibniz e Arendt, de argumentos teísticos e não-teísticos, torna-se claro que o problema do mal é uma daquelas típicas problemáticas propícias à filosofia. Nós somos capazes de ver os efeitos práticos do mal nas notícias, no cotidiano – pois

que somente alguém longe de seu melhor julgamento não consideraria o estupro, o genocídio, o terrorismo e muitas outras temáticas como uma das verdadeiras faces do mal. Mas, se por um lado somos capazes de distingui-lo na prática, por outro podemos observar o quão problemático se torna a atividade de tentar defini-lo.

O fato de que seja difícil atingir uma definição propícia ao termo “mal” garantiu aos filósofos teístas uma vantagem nessa situação desde o mais tenro começo. Poder-se-ia facilmente justificar que o mal é aquilo que vai contra Deus. Quando falamos de filosofia e teísmo, é importante ressaltar que o teísmo é uma teoria que confia na existência de um Deus (ou deuses). É um sistema filosófico que propõe que (a) Deus existe e tudo está relacionado a ele; ou (b) que Deus existe, mas não temos acesso algum a Ele; ou (c) que Deus existe ainda que para nós isto não faça diferença alguma²⁵; contudo, percebe-se que todas estas teorias creem ou pelo menos reconhecem que a existência de um Deus, vários deuses ou um Deus todo-poderoso e abrangente é possível, plausível e real. Qualquer que seja o caso aqui, uma pergunta se torna sintomática em um sistema teísta: se Deus existe, e se Ele é todo-poderoso, por que Ele permite a existência do mal? E como consequência, por que Deus permite que os humanos sofram? Tal querela irá requerer uma resposta convincente, pois especialmente em perspectivas teístas, tal como vimos com Leibniz, por exemplo, a ética e a moral dependem mais do aspecto de uma natureza divina do que de um aspecto humano. Há uma forte necessidade de ancorar valores em premissas místicas que, de um modo ou de outro, não estarão acessíveis para a investigação. Esses dilemas aqui levantados fazem parte da essência da questão que filósofos vêm tentando resolver a anos – cada um deles com diferentes graus de sucesso em suas tentativas, alguns dos quais vêm angariando muita relevância no campo tais como Plantinga, van Inwagen, Gyekye, Swinburne e muitos outros. A grande questão, porém, e coisa à qual retornaremos em momento oportuno, é se podemos fazer o caso para a existência do mal fora da premissa da realidade ontológica de Deus. Podemos admitir a existência do mal sem reconhecermos a presença de um ser divino que nos precede ou antecede? Nessa dissertação, iremos propor que sim: que o mal existe independentemente de uma inteligência, consciência ou linguagem externa para defini-lo. Trata-se de reconhecer que

²⁵ O que então nos levar-nos-ia certamente a uma definição deísta.

estudiosos têm ignorado o mal por muito tempo, e aqueles que dessa maneira não procederam tiveram muitos problemas para defini-lo.

Pensemos agora por um segundo. Se tivéssemos então de definir o pragmatismo muito simplesmente, sua definição seria a de que é uma teoria filosófica que postula mensurar os graus de nossas crenças e que, ademais, irá tentar acessar a extensão de nossas crenças ao ponto em que estivermos preparados para agir, ou então apostar no resultado de nossas convicções. O mérito desta teoria pragmatista é o de que não devemos tomá-la simplesmente enquanto uma medida teórica, muito pelo contrário. O fator mais importante para um pragmatista é a experiência empírica: uso e prática das crenças, disposições finais para a ação. Agora, portanto, tomemos o mal em nossas mãos e tentemos inseri-lo no movimento deflacionário de Ramsey, que uma crença é verdadeira se p , e p . Portanto, a fim de que o mal seja o mal, as consequências da extensão do termo seriam necessariamente as mesmas que estão contidas no sujeito da ação: o mal – o que basicamente significa que “o mal é aquilo que causa o mal”. Entretanto, pode parecer insatisfatório definir o mal como aquilo que causa o mal, se não uma definição vaga de todo. Mas aqui, se combinarmos a teoria de Ramsey com a manobra de James no que tange à verdade e ao seu uso, então poderíamos logicamente considerar que o mal é aquilo que eu acredito que me cause o mal. Mesmo que algo se revele bom em um estágio posterior – como se foi apontado previamente – este algo ainda assim foi coisa ruim em um estágio anterior; foi uma fonte de mal para mim. Mas digamos que certa ocorrência tenha sido um evento positivo, pois que nos preveniu de uma implicação pior e mais duradoura. Do mesmo modo não poderíamos negar que embora o mal nos possa trazer recompensas positivas no futuro, ainda assim foi algo mal em seu início. Por outro lado, se pensarmos que nossa definição não seja nada crível, podemos trazer à tona a definição um tanto quanto pragmática da filósofa americana Claudia Card (2002, p. 3): para ela, o mal significa “intoleráveis danos previsíveis produzidos por transgressões culpáveis”. Em ambas as formas, trata-se aqui de uma disposição para a ação: ou busca-se causar o mal a algum outro indivíduo, ou então evitar o mal da parte de alguma outra pessoa. Porém, a solução de Card não está completa de todo – resultados negativos que derivam de entidades irracionais também são parte daquilo que o mal representa. Não se pode dizer que um ataque animal que

desfigurou alguém não seja parte daquilo que o mal é, ou então que o fato de ficarmos presos no meio de um cataclismo natural (como no caso do furacão Katrina, por exemplo) tampouco seja da alçada do mal. Outra resposta quanto a esse dilema seria aquela providenciada pela lógica “humana” e pragmatista de Ramsey; conseqüentemente, pode-se dizer que:

- (i) O mal é aquilo que, em sã consciência, eu não quero que ocorra comigo (ou que eu desejo evitar)
- (ii) É verdade que o mal é aquilo que, em sã consciência, eu não quero que ocorra comigo (ou que eu desejo evitar)
- (iii) Qualquer um, em sã consciência, que acredite que o mal é aquilo que ele não quer que ocorra consigo (ou que deseja evitar) crê verdadeiramente

Tal premissa e definição de mal, assim como colocada acima, será o que entenderemos ostensivamente como o mal. Ademais, ao final, se vamos levar o mal a sério, seja na filosofia, no jornalismo, na comunicação, ou em qualquer outra esfera que o valha, então podemos postular que o pragmatismo definitivamente poderia pavimentar o caminho a fim de que pudéssemos obter uma melhor definição ao termo. Já não cabe mais a compreensão do mal como esfera que se restrinja à filosofia da religião e que faça uso de argumentos meramente teísticos ou casuísticos. Se vamos abordar tal temática no seio da comunicação humana – o problema do mal – o pragmatismo pode representar o primeiro passo para que possamos atingir tal objetivo a fim de observarmos a sua representação no mundo das notícias.

2. O nascedouro do mal no jornalismo

Ora, ao apurar bem a atenção para o que dissemos acima, é mister perceber que o mal cria um problema que vai além da fonte metafísica de compreensão. Ao eliminarmos a barreira metafísica religiosa, tal como foi a opção na seção anterior, subitamente, vemo-nos em uma esfera diferente daquela – é necessário dar cabo de uma questão propícia à uma teoria dos valores, inclusive epistemológica; é necessário dar cabo da própria noção de valoração factual, exatamente o que o jornalismo se propõe a realizar: um valor, uma avaliação, a respeito dos fatos. Ora, como é possível saber de antemão que algo seja ruim ou bom antes mesmo da experiência? Essa parece ser uma polêmica central a qualquer desenvolvimento nesse sentido. Uma das alternativas, o que endossamos aqui, seria a definição que demos anteriormente: a de que mal é “aquilo que não queremos que ocorra conosco ou que desejamos evitar”, e isso de tal maneira que o mal se torna algo que nos permite modificar o nosso parâmetro de conduta. Por exemplo, se observamos o noticiário local às 7h da manhã e ouvirmos dizer que um viaduto da malha rodoviária da cidade cedeu²⁶, é óbvio que uma escolha torna-se facultável a mim. De um mal (a queda do viaduto), posso alterar a minha conduta habitual.

Esse tipo de evento ou raciocínio, no entanto, tampouco explica como desejar evitar algo. Se o mal é algo que desejamos evitar, como aprender a evitar algo? Logo a princípio, é fácil perceber que aprendemos a evitar algo pela própria experiência, quando, por exemplo, mordemos a boca e sentimos dor, quando, além disso, somos acometidos por uma doença e o desconforto é enorme, e assim sucessivamente. Assim como houvera compreendido Leibniz, o mal só pode ser entendido como tal se nos remete a uma consequência, e isso mesmo que tal consequência nos seja remota. Rapidamente, porém, se o leitor for ainda mais aguçado perceberá que há um entrave nessa explicação: o indivíduo não pode e nem precisa experimentar tudo. As ações, as condutas, os modos de enxergar a vida são inúmeros. Tomando o princípio da experiência por base, necessário seria que alguém nos assassinasse para que soubéssemos que o assassinato é um mal; que outro indivíduo nos roubasse para que soubéssemos que o roubo é um mal, e

²⁶ Alusão ao episódio da marginal Pinheiros de 15 de novembro de 2018. Para mais detalhes, basta observar a seguinte notícia: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/parte-de-viaduto-da-marginal-pinheiros-cede-e-bloqueia-pista-expressa.shtml>.

assim continuamente. Experimentar cada um dos eventos possíveis para determinar sua consequência e correspondência real seria algo impossível, do contrário, na melhor das hipóteses, a natureza epistemológica do homem então iria requerer centenas de milhares de anos de vida a fim de elaborarmos parâmetros de conduta. Ora, a natureza da própria existência não nos permite tamanha comodidade, logo que nascemos precisamos enveredar e acatar um parâmetro epistemológico de antemão, algo que nos permita dar sentido aos eventos o mais rápido possível. É nesse teor que, pensando na teoria peirceana do pragmatismo, podemos supor que a alteridade seja um dos fatores-chave para o aprendizado epistemológico, para “o aprender a aprender” e o “aprender para julgar”. Nossos ancestrais, desde centenas de anos atrás, têm-nos transmitido informações preciosas. Aliás, antes ainda, mesmo a comunidade na qual nos inserimos atua de mesmo modo – quanto maior a comunidade de interpretantes possíveis, maior será a capacidade de transmissão de informações e valores que podemos aprender já de antemão; tudo isso a fim de nos pouparmos (preservarmos) das “agruras” da vida.

Em termos comunicacionais, tomando o jornalismo por base, a notícia é então a substituição de situações meramente possíveis com dados concretos. Pensando em Peirce, as notícias seriam símbolos, e símbolos seriam signos que, embora presentes apenas à mente, teriam a capacidade de representar o que está ausente. Ao retratarem o mal, os símbolos transformam sua repulsividade em atratividade, porque podemos ganhar em informação e compreensão sobre o mal sem precisarmos sofrer os efeitos que o acompanham. Aqui, o mal poderia ser visto como uma abstração representada por uma classe geral de eventos sempre ilustrada por meio daquilo que Peirce chamaria de “qualidades secundárias” (CP 5.552):

Bem e mal estéticos são muito semelhantes ao prazer e a dor (...). Eles são sentimentos secundários ou generalizações de tais sentimentos; isto é, generalizações de sentimentos conectados e excitados por outros sentimentos. Uma dor de dente é dolorosa. Não é a dor, mas a dor a acompanha; e se escolhermos dizer que a dor não é um ingrediente desta, isto não é tão errado assim. Entretanto, a qualidade deste sentimento de dor de dente é um sentimento simples, positivo, distinto da dor; ainda que a dor a acompanhe. Utilizando termos antigos e consagrados, prazer é o sentimento de que um sentimento é favorável [sympathetical], na medida em que a dor é desfavorável [antipathetical]. O sentimento de dor é um sentimento que nos repele; o sentimento do prazer é o sintoma de um sentimento atrativo. Atração e repulsão são tipos de ações. **Sentimentos são agradáveis ou dolorosos de acordo com o tipo de ação que eles**

estimulam. Em geral, o bom é o atrativo – não para todos, mas para o agente suficientemente maduro; na medida em que o mal é o repulsivo ao mesmo. (PEIRCE, CP 5.552, grifo nosso)²⁷

Por exemplo, um crime não é o mal em si. Este (o crime) é, sim, um mal, mas não é o mal propriamente dito; um crime é algo que ilustra o mal, que o acompanha, sendo o mal, em última instância, aquilo que nos seja repulsivo ou que desejamos evitar justamente como outrora sugerido. Tomando a explicação acima de Peirce, ficamos vindicados naquilo que tange o mote principal de nossa explicação a respeito do mal como “algo que desejamos evitar”, como “algo que não queremos que ocorra conosco”. O mal é justamente a repulsão ou aversão a uma estética do sensível, a um dado sensível da experiência tomado e interpretado a partir das consequências da ação. Em suma, eis que estamos no bojo de uma qualificação pragmatista a um assunto tão delicado quanto a esfera do problema do mal.

O jornalismo, tal como o conhecemos hoje, realiza justamente a função que abordamos acima. Nesse sentido, parece contribuir sobremaneira à formação e consolidação das crenças a respeito do que podemos catalogar tanto na esfera do positivo, quanto, sobretudo, na esfera do negativo. A notícia experimenta o mal possível e nos transmite o conhecimento extraído dessa reflexão: que devemos evitar o viaduto que caiu, que devemos nos abster de frequentar uma área onde tiros são frequentes, e assim sucessivamente – simultaneamente, esse manancial de sentidos, de condutas, de interpretação do mal e do bom, é constantemente abastecido pela experimentação contínua do conjunto dos interpretantes possíveis. O mal aqui, em certa medida, é a epítome de um fenômeno maior, de uma sucessão qualitativa e temporal que enxerga a transformação do cotidiano. É daí que essa conotação assume um viés sem igual em parâmetros informacionais: uma informação que traz consigo uma obrigação de alteração de conduta (quando reporta acerca do mal) torna-se facilmente mais valiosa do que uma informação que

²⁷ No original: “Esthetic good and evil are closely akin to pleasure and pain (...). They are secondary feelings or generalizations of such feelings; that is, of feelings attaching themselves to, and excited by, other feelings. A toothache is painful. It is not pain, but pain accompanies it; and if you choose to say that pain is an ingredient of it, that is not far wrong. However, the quality of the feeling of toothache is a simple, positive feeling, distinct from pain; though pain accompanies it. To use the old consecrated terms, pleasure is the feeling that a feeling is "sympathetical," pain that it is "antipathetical." The feeling of pain is a symptom of a feeling which repels us; the feeling of pleasure is the symptom of an attractive feeling. Attraction and repulsion are kinds of action. Feelings are pleasurable or painful according to the kind of action which they stimulate. In general, the good is the attractive -- not to everybody, but to the sufficiently matured agent; and the evil is the repulsive to the same”.

propõe uma sorte de bônus individual ou coletivo (quando a informação versa a respeito do bem). Assim como iremos repetir muitas vezes ao longo do trabalho, a informação de viés negativo exige a tomada de decisões, a transformação da conduta, trata-se de uma informação preta de significados práticos, que vão exigir uma resposta definitiva. Uma informação de aspecto positivo, a sua vez, não exige uma alteração tão patente de conduta quanto o seu contrário; o viés do positivo é, a seu modo, uma confirmação da conduta trilhada até então – não exige modificações graves, demanda quando muito um aproveitamento ou uma continuação da prática estabelecida. Pensando em termos práticos, podemos sugerir exemplos. Um modo de pensar quanto a isso seria imaginarmos um intenso tiroteio em uma favela carioca – ora, isso é um mal, ninguém em sã consciência gostaria de lidar com os efeitos negativos de um episódio de tal alçada. Na medida em que a notícia a respeito do tiroteio é espalhada, o indivíduo que vive na área pode tomar inúmeras precauções importantes: esperar o término do episódio, refugiar-se na casa de amigos e etc. Por outro lado, imaginemos que uma chuva torrencial reabasteceu os rios do sertão – isso não exige uma transformação de conduta tão radical, o indivíduo que vive ali não será ameaçado pela bonança, pelo contrário. Ao cair da chuva, pode o sertanejo reafirmar a sua conduta (ao aproveitar da água do rio), ou pode tentar extrair da bonança o máximo de bem-estar possível. As possibilidades são inúmeras, mas, em nenhum caso, tal como no caso do mal, o indivíduo se vê ameaçado em termos tão práticos. É por isto que, subitamente, informações negativas tornam-se extremamente valiosas ao jornalismo. Por esse ângulo, a informação inerente às reverberações do mal será muito mais preciosa do que uma informação de cunho contrário. Não é à toa que diante de situações *sui generis* quatro em cada cinco pessoas preferem ser informadas de antemão sobre notícias negativas ao invés de notícias positivas²⁸. Vejamos:

Em geral, as pessoas preferem começar com uma perda ou um resultado negativo para, finalmente, terminarem com um ganho ou um resultado positivo ao invés do contrário (...). Estas descobertas sugerem que pessoas preferem aprender primeiramente sobre as notícias negativas e então proceder às boas notícias quando

²⁸ Dados disponíveis em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0146167213509113>. Artigo científico intitulado por “Do You Want the Good News or the Bad News First? The Nature and Consequences of News Order Preferences” elaborado por pesquisadores do departamento de psicologia da Universidade da Califórnia. Ver págs. 281 – 286 para análise de resultados e a metodologia empregada.

oferecidas uma possibilidade de escolha da ordem noticiosa. (LEGG & SWEENEY, 2014, p. 279)²⁹

Perceba-se que o problema do mal se torna psicologicamente mais relevante ao indivíduo que recebe a notícia. Para tanto, deve haver uma razão epistemológica (elaborada no capítulo a seguir) que forneça algum lastro para tal motivação. Já aqui podemos adiantar que as consequências disto para a elaboração da notícia serão extremamente perceptíveis, sobretudo a partir do *lead*. É dessa necessidade epistemológica (que também desemboca na notícia) que obtemos a raiz do jornalismo contemporâneo, estrutura esta que, tal como deixamos claro em nossa metodologia, também assume em seu interior um forte viés mercadológico. Nessa epistemologia do jornalismo, não podemos deixar de fora os aspectos práticos (a exemplo de seu modo de produção, digamos assim) de sua construção final. Essa necessidade epistemológica explícita, que valora o fato negativo com um teor mais forte do que os demais, e a necessidade mercadológica (afinal os jornais precisam manter-se de pé) dão cabo de explicar a incrível tendência que analisamos aqui – a de que o mal é preponderante na construção noticiosa por onde quer que se olhe e isso a despeito de diferenças relevantes em termos econômicos ou culturais:

Há no jornalismo algumas verdades que permanecem não ditas, inclusive pelo fato de que são axiomáticas. As notícias de enfoque negativo vendem-se melhor do que as boas notícias e, por conta disso, chefes de redação adoram guerras, acidentes e outras catástrofes. (FLEISCHAUER, 2013, online)³⁰

Aliás, se é que estamos certos em nossa proposição, podemos ir ainda mais além: podemos mesmo conjecturar que a despeito de mecanismos de produção diferenciados, que a despeito de localizações geográficas diversas, que independentemente de influências culturais ao longo do tempo, toda e qualquer manifestação profissional da comunicação humana³¹, desembocou ou desembocará na construção de “jornalismos negativos”. Isso já se dá na gênese do jornalismo contemporâneo, em suas origens históricas. Pasquins e libelos (ancestrais

²⁹ No original: “In general, people prefer to begin with a loss or negative outcome and ultimately end with a gain or positive outcome, rather than the reverse (....). These findings suggest that people may prefer to learn bad news first and then proceed to good news when given a choice of news order”.

³⁰ No original em alemão: “Es gibt im Journalismus ein paar Wahrheiten, die meist ungesagt bleiben, auch wenn sie axiomatisch sind. Schlechte Nachrichten verkaufen sich besser als gute, weshalb Chefredakteure Kriege, Unfälle und andere Katastrophen lieben”.

³¹ Tomamos aqui, obviamente, a elaboração do jornalismo como a manifestação máxima dessa “profissionalização” da comunicação, uma vez que se transforma também em atividade econômica e social aplicada.

modernos do jornalismo contemporâneo) – espécie de folhas volantes que surgem com força após a invenção da prensa de Gutenberg no decorrer da Renascença – apresentavam desde então, desde sua invenção, uma relação difusa e nublada com a realidade:

Surgidos mais tardiamente, representam um novo tipo de folha volante. **Mantendo com a atualidade apenas relações difusas, os pasquins relatavam fatos sobrenaturais, crimes, catástrofes e todos os acontecimentos extraordinários.** O mais antigo pasquim conhecido na França data de 1529. (ALBERT & TERROU, 1990, p.4, grifo nosso)

Sobre os libelos temos ainda que:

No início do século XVI, o movimento da Reforma e, posteriormente, o da Contra-Reforma, suscitaram a publicação de uma considerável massa de folhas volantes **que alimentavam as polêmicas religiosas e, depois, políticas.** (ALBERT & TERROU, 1990, p.4, grifo nosso)

Essa tendência ao “mal” apenas “agravou-se”, digamos assim, ao longo do tempo, profissionalizando-se verdadeiramente com a ampla difusão dos periódicos em momentos crassos da história – a exemplo do que se passou com a Revolução Francesa.

Figura 3. Capa do periódico *Révolutions de Paris*, em 1789, auge da Revolução Francesa, onde aparece que o dever do jornal era atuar como a voz cativa das populações, pois quem lia ou escutava as notícias “era um povo desesperado, buscando um término aos seus males”³².

Surgem nessa época os primeiros grandes nomes do jornalismo moderno, Jean-Paul Marat como o mais famoso destes. Ademais, seguindo por essa via histórica a respeito do mal no jornalismo, há outro movimento todo especial que se alimenta exclusivamente de bravatas, perjúrias, controvérsias, crimes, assassinatos, guerras e muitas outras temáticas negativas: a “*penny press*” americana do século XIX. Nenhuma surpresa em dizer que novamente à semelhança dos tempos antigos, retornam as notícias escandalosas; controvérsias são exploradas até o ponto em que não sirvam mais, acusações vexatórias e jocosas aparecem de todos os lados (STEPHENS, 1989). Enfim, a lista de temáticas é grande e seguiria por muitas outras linhas³³. Esse breve exercício de comparação histórica, que fica também aqui registrada na dissertação, abrindo caminho para pesquisas nesse sentido – a da historicidade do mal no seio do jornalismo –, revela que a inquietação primordial do indivíduo, e isso a despeito da técnica utilizada em sua época, permanece a mesma.

Em suma, aventamos aqui a hipótese de que o eixo epistemológico da comunicação humana centra-se na tentativa de conter as reverberações sociais do mal, na medida em que os membros de uma comunidade de interpretantes possíveis são capazes de compartilhar experiências por meio da comunicação. O jornalismo é o meio de disseminação mais rápido dessa descoberta de experiências – é na comunicação atual, via jornalismo, que descobrimos efeitos depurados de dados sensíveis; isso, a sua vez, irá repercutir de uma maneira tão vital na construção da notícia que esta deverá incutir em seu cerne estruturas que facilitem a compreensão dos dados experimentados. É aí onde se encontra a epistemologia da notícia, donde podemos observar uma tentativa e uma necessidade muito clara de se refinar a informação depreendida do ato comunicacional como um todo. A notícia não é meramente o fruto de uma depuração mercadológica; ela é o que é também

³² Material disponível para consulta gratuitamente no site da Biblioteca Nacional Francesa. Link disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1051120z/f101.item.zoom>.

³³ Curiosamente, inserido exatamente neste contexto, mesmo Peirce parece realizar uma crítica indireta ao jornalismo de sua época. No texto “*Evolutionary Love*” (CP 6.311), ele aparenta ironizar brevemente os veículos de comunicação, ao descrevê-los como “*our not too nice newspapers*”. Ainda no mesmo texto, critica a lógica mesquinha e individualista capitaneada pela atividade econômica predatória em meados do século XIX, panorama este no qual, obviamente, inseria-se a *penny press* americana.

por uma necessidade epistemológica. Surge, por consequência disso, uma nova hipótese de epistemologia da comunicação – hipótese esta que se revela em uma epistemologia da notícia como veremos no capítulo a seguir.

3. O que é (a) notícia?

Desnecessário dizer que se o jornalismo existe da forma tal como o conhecemos hoje, isso se deve ao seu produto mais especial e particular: a notícia. Nesse sentido, as experiências noticiosas elaboradas desde os tempos antigos aos idos contemporâneos trazem um importante debate à tona: afinal, o que são as notícias? Seriam as notícias as marcas de um fato interpretado à luz da razão? Seria a notícia um diálogo emotivo? Ou seria a notícia a presunção de um homem a outorgar a si mesmo uma suposta capacidade de análise sobre algo que há e que, portanto, foi ou existe? Por sorte, diversos outros pesquisadores já enveredaram pela mesma questão criando assim uma trilha rumo ao coração dessa indagação. Todavia, curiosamente, não há muito consenso na área. Quando se fala de uma “possível” epistemologia do jornalismo, é imprescindível estudar a notícia, pois que, de um jeito ou de outro, o conhecimento estabelecido pelo jornal há de ser demonstrado por essa interessante estrutura narrativa e informativa.

A primeira fórmula inventada para a notícia prescinde de uma data específica, embora se atribua ao incipiente jornalismo norte-americano do início do século XIX a invenção da máxima de que a notícia acontece quando o homem morde o cachorro (TRAQUINA, 2005a). Esse fator base nos fornece logo de início uma possível indicação do que a notícia poderia vir a ser – uma estrutura narrativa que mescla entre o inusitado e o curioso, o registro de uma história que transcende o comum. Mas Traquina (2005b) tampouco considera como satisfatória tal explicação. Segundo ele, as notícias mais seriam uma espécie de convicção mercadológica do que propriamente uma expressão racional estabelecida em um tipo de conhecimento logicamente ponderado, forjado por consenso intelectual. Isto é, quando o leitor abre o seu estimado jornal todas as manhãs, ou quando envereda pelo seu canal televisivo favorito, a notícia que ele recebe mais tem a ver com o liame corporativista do que com uma preocupação de caráter epistemológico – portanto a notícia não é apenas recebida, ela é “consumida”. Tal conclusão coincide com o exame crítico expresso na obra de Hector Mujica (1892), professor venezuelano que enxerga na notícia contemporânea uma relação promíscua entre o lucro e a informação. Não obstante, ele tampouco nos fornece uma explicação satisfatória acerca do que pode ser a notícia em termos de conhecimento.

No entanto, é necessário reconhecer que nem todas as notícias são ou serão iguais. Nesse sentido, certamente uma notícia importante será também um importante fator comercial (pois é algo acerca do qual todos precisam “ficar sabendo”, seu público-alvo é muito amplo), algo que Traquina (2005b) qualifica como “mega-acontecimento”, quando a singularidade irrompe em um acontecimento explosivo, quase único³⁴. Por outro lado, é importante reconhecer que não necessariamente as notícias implicam na dialética do mercado – há notícias que se referem a um grupo extremamente reduzido de indivíduos, e então será necessário avaliarmos a qual grupo esta se remete (se fala a um conjunto de investidores, a um grupo de moradores de determinado local, a pessoas de determinada faixa etária etc). Em todo o caso, seja qual for o tipo da notícia, é impossível negar que esta nos diga algo, que mexa conosco, ou que se insinue em nosso cotidiano seja na mesa do bar ou nas discussões depois do almoço. As notícias explodem no ar, rapidamente estão na “boca do povo”. Ainda que possuam “limitações” mercadológicas, elas continuam a nos informar de uma forma toda especial – e isso a despeito do que os críticos contemporâneos passam pensar. A notícia, portanto, não depende apenas do mercado, importante saber antes ainda a quem se dirige e no que se constitui a informação que carrega consigo.

Sodré (2009) vê na notícia uma estrutura sem nenhuma precedência epistemológica e justifica sua análise a partir de uma larga confluência de fatores – a raiz literária da notícia, sua primazia mercadológica, e a sua luta hercúlea contra as limitações temporais. Por outro lado, é o próprio Sodré quem nos oferece uma ferramenta para “desarmá-lo” nessa discussão. O teórico encontra nos fundos da história uma similaridade entre o *lead*³⁵ e a fórmula literária da narração estipulada por Quintiliano no distante passado romano – algo que, segundo o autor clássico, tenderia a enxugar a narrativa e deixá-la mais aprazível aos sentidos e à leitura. Ou seja, não é de hoje que a famosa fórmula Q + Q + Q + O + C + P (o quê, quem, quando, onde, como, por que – os dados do *lead* jornalístico) destina-se a “drenar” uma história a fim de potencializá-la. Ora, mas se a notícia pauta-se por uma fórmula (e por mais banal que seja), se ela carrega consigo uma informação que estabelece uma ponte entre a história e o sujeito indagativo, de que maneira poderia ela

³⁴ Não é à toa que o parâmetro de “mega-acontecimento”, segundo Traquina, é um evento balizado a partir do atentado terrorista 11 de setembro, evento que monopolizou a atenção semanas a fio.

³⁵ Fator analisado de uma maneira extremamente original por Adelmo Genro Filho.

prescindir de uma sorte de epistemologia? Há algum meio de ser informado, midiaticamente, por meio do qual não se dependa de um subjetivismo referencial e metafórico, além das notícias? Sodré (2009) enxerga nessa fórmula a natureza do mercantilismo, mas podemos ressaltar que desde os períodos mais remotos essa natureza do Q + Q + Q + O + C + P se repete.

Mesmo o ato comunicacional mais banal do cotidiano pauta-se por esta natureza. Diante de um novo acontecimento pergunta-se exatamente pelo o quê, quem, quando, onde, como e por quê. A questão é que se pensa muito na forma gráfica e visual restrita que as notícias assumem no meio moderno, mas se voltarmos ao passado, à época de Marat e também dos pasquins e libelos, embora ali a notícia fosse um grande emaranhado de opiniões, fatos, e tudo isso banhado pelo “*magister dixit*”³⁶, tal como diria Beltrão (1980), ainda assim subsiste a necessidade de responder exatamente as mesmas perguntas – algo que nos leva a questionar se uma teoria para o conhecimento por detrás da notícia não seja quiçá uma necessidade, um ponto do qual não possamos escapar. Esse é um fator no qual muitos teóricos já derraparam, algo que, curiosamente, passou despercebido nos estudos da comunicação – confunde-se, e muito, o modelo estético da notícia (como o *lead*, terceira pessoa, imparcialidade) e o que a notícia nos permite vir a conhecer ainda enquanto estrutura narrativa (Q + Q + Q + O + C + P). Quando se fala unicamente da mercantilização da notícia, isso se deve ao fato de que ainda não se soube superar a análise estética da mesma. A notícia poderia se dar de inúmeras formas tal como uma pintura. Impressionismo, expressionismo, cubismo entre muitas outras escolas artísticas pintam uma mesma natureza de diferentes maneiras. Ainda assim, tudo cabe no crivo de um termo mais amplo que podemos chamar de arte – o mesmo se dá com a notícia. A notícia poderia ser o “*magister dixit*” de Marat, ou até mesmo essa configuração de *lead* atual que está tão em voga nos jornais, na televisão e no rádio. Isto é, a notícia é capaz de assumir inúmeras formas. Se hoje está cristalizada no modelo atual, isso se deve a uma convenção. No entanto, toda notícia precisará responder ao Q + Q + Q + O + C + P – entendida aqui como matéria fundamental para o estabelecimento de um conhecimento mínimo que apresente os primeiros traços de sofisticada distinção.

³⁶ Expressão latina que se remete à autoridade de um argumento proferido por alguma autoridade, como se apenas a autoridade, por si só, com base no título, fosse capaz de legitimar alguma coisa.

Tal fórmula, portanto, assim como havíamos dito anteriormente, não é meramente uma questão de darwinismo econômico assim como sugerido por pesquisadores como Sodré (2009) e Mujica (1982), mas sim uma fundamentação de cunho epistemológico – de onde se desenrola o conhecimento; temos a necessidade de construir o conhecimento a partir de determinados parâmetros. E se tomarmos tal análise por algo válido, é mister inclusive esticar o debate para o campo comunicacional. Será que ao nos comunicarmos não desejamos saber exatamente tudo o que corresponda ao Q + Q + Q + O + C + P? Difícil proceder de modo contrário. Quando esta necessidade é respondida apenas de modo parcial – quando sabemos onde, mas não o porquê da informação; o quando, mas não o quem; o como e não o resto; e assim sucessivamente – ficamos extremamente insatisfeitos e pouco podemos fazer diante dos “pedaços” que nos sobram. Se assim o for, procuraremos desesperadamente pelas peças que nos faltam. Fato é que toda essa mobilização por detrás do estudo da epistemologia nas escolas de comunicação tende a assumir um viés pouco inovador e muito fetichista, que desde a escola de Frankfurt não foi superado em seu prisma, método e modo de análise. Assim, a notícia e o jornalismo como resultantes do campo comunicacional tendem a ser estudados ora sob o prisma de uma sociologia-organizacional da comunicação, ora sob o prisma da economia-informacional da disciplina. A análise abaixo de Teun Van Dijk (1988) a respeito da formação da notícia plasma muito bem esta crítica. Vejamos o que ele nos diz quanto a isso:

A figura empírica e teórica é muito mais complexa (...). Portanto, uma série crucial de conexões na emissora são as reportagens ⇔ estruturas noticiosas ⇔ processamento cognitivo e representação (produção/interpretação) de tais estruturas noticiosas a partir de atores sociais enquanto membros de grupos (scripts, atitudes, ideologias) ⇔ produção noticiosa como interação social (coleta de notícias, tomada de decisões, produção material do jornal) ⇔ interações intergrupais entre jornalistas e outros grupos e outros membros de grupos (ex: as elites) ⇔ rotinas institucionais internas, regras, objetivos, objetivos e estratégias das organizações noticiosas ⇔ objetivos externos e interesses das organizações noticiosas enquanto organizações privadas ou públicas ⇔ relações institucionais entre a instituição midiática e outras instituições (ex: o Estado, governo, parlamento, setor privado, sindicatos, etc) ⇔ e, finalmente, a posição histórica e cultural da instituição midiática e suas relações com outras instituições. (VAN DIJK, 1988, p. 29)³⁷

³⁷ No original: “The theoretical and empirical picture is much more complex (...). Thus, one major series of links in the network is news reports ⇔ news structures ⇔ cognitive processing and representation (production interpretation) of such news structures by social actors as group members (scripts, attitudes, ideologies) ⇔ news production as social interaction (newsgathering, decision making, material production of newspaper) ⇔

Em certa medida, e em poucas linhas, temos aqui um belo resumo de tudo quanto se foi dito e abordado até hoje a respeito da comunicação, do jornalismo e do papel das notícias. O fato é que a comunicação pode até obter uma espécie de sociologia e uma análise econômica que possam lhe fazer justiça, entretanto, isso não se deu em outros campos – pior ainda, a filosofia do jornalismo tampouco existe. O fetichismo social-econômico solapou a possibilidade de se estudar a verdadeira epistemologia do jornalismo e mesmo a sua estética, entendida aqui não exclusivamente como a forma gráfica e visual que as notícias assumem, mas sim como a síntese das experiências sensíveis. A notícia não é apenas lida, ela é imaginada, pensada, sentida, experimentada; é uma síntese de um composto de abstrações – por isso que não é igualmente percebida por duas pessoas diferentes. Tal como na estética da existência, cada um experimenta a notícia como pode. Toda pintura requer um esboço mínimo de traços e tintas; do mesmo modo, toda notícia, se deseja receber tal definição (a definição noticiosa propriamente dita), requer o desenvolvimento do lead (Q + Q + Q + O + C + P).

A epistemologia da notícia também se faz necessária, pois também nos salta aos olhos a homogeneidade noticiosa atual, coisa para a qual Traquina (2005b) nos chama a atenção ao postular que haveria uma comunidade interpretativa transnacional, uma vez que apesar das diversas diferenças culturais e econômicas ao redor do planeta, algumas similaridades persistem a despeito dos anos, da influência do tempo e das tendências passageiras. Ainda que ele repita vezes a fio uma disposição mercadológica noticiosa, também deixa no ar a possibilidade de uma linha mestra no sentido epistemológico a unir esse fazer noticioso tão similar. Traquina (2005b) propõe inclusive a tese de que a produção jornalística de países tão diferentes³⁸ quanto Portugal, Espanha, Brasil e Estados Unidos seja extremamente similar, sobretudo se levarmos em consideração o valor noticioso que ele mesmo elenca.

intergroup interactions between journalists and other groups and group members (e.g., the elites) ⇔ internal institutional routines, rules, goals and strategies of the news organization ⇔ external goals and interests of the news organization as a private or public corporation ⇔ institutional relationships between the media institution and other institutions (e.g., the state, government, parliament, business, the unions, etc.) ⇔ and finally, the historical and cultural position of the media institution and its relations with other institutions

³⁸ Nesse sentido é imperativo observar o quadro comparativo estipulado por Traquina em sua obra. O capítulo 3 intitulado “Análise de caso: a comunidade jornalística e a problemática da AIDS” apresenta a consolidação teórica da produção noticiosa e interpretativa e de como a notícia surge de maneira similar em produções diversas.

O autor português, no entanto, não foi o primeiro a conceber o aspecto dessa semelhança – de fato, o primeiro estudo nesse sentido associa-se à dupla de sociólogos noruegueses formada por Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge em 1965. Galtung e Ruge (1965, p.64) definiram a notícia como “a relação de nível interpessoal entre os eventos, a percepção com fatores operacionais seletivos e distorcidos sob diferentes circunstâncias, no qual a imagem final é relativamente bem explorada”. Daí, o que realmente importa na consideração das notícias (1965, p.65) “é o que há de chamar a nossa atenção”. A partir disso, Galtung e Ruge elencam uma série de aspectos que, mais tarde, convencionou-se chamar na academia de os “valores-notícia”. Para a dupla de noruegueses, a vida está coberta por uma rica amostra de frequências e sinais³⁹, uma metáfora para o desdobramento dos fatos e das indicações que, perdidos (ou não) no espaço, repetem-se à exaustão como se o mundo fosse um emaranhado de antenas de transmissão, emitindo dados e informações que, eventualmente, aglutinam-se em uma imensa cacofonia – emaranhado este do qual é mister separar o joio do trigo, o sinal do ruído, a notícia do banal; algo que os pesquisadores definem em inglês como “happening” (1965, p.65). Quando da seleção dessas informações, os pesquisadores consideram como algo muito claro a imanência de doze fatores. São eles:

1. A frequência: Para Galtung e Ruge a frequência se refere à duração de um evento. Quanto mais tempo dura um fato, maior a possibilidade de que ele seja importante e, portanto, retratável.
2. A Amplitude: Aqui se trata da máxima “quanto maior, melhor”. Quanto mais visível e mais observável, mais retratável o fato se torna.
3. A clareza: Para os dois, o maniqueísmo é um fator atrativo ao jornalista. A noção de uso trivial dos estereótipos deve ser algo bem claro, não se pode gerar dúvidas – os fatos são claros ou escuros, grandes ou pequenos, e assim por diante. Prefere-se a falta de ambiguidade.

³⁹ Curioso notar que mesmo após cinquenta anos de publicação, os estudos de Galtung e Ruge continuam a ser de grande valia para a contemporaneidade. Em 2012, o “guru” das previsões estatísticas e jornalísticas Nate Silver decidiu batizar a sua obra com a mesma parábola indicada pela dupla. Desnecessário dizer que o trabalho de Silver intitulado por *“The Signal and the Noise”* foi um grande sucesso entre os membros da imprensa norte-americana. No livro, o autor faz um amplo uso desse conceito entre o sinal (a informação e a posterior notícia) e o ruído (o achismo e o posterior “bate-boca”).

4. A significância: Quanto mais particular e significativo o fato seja para o público, maior a sua importância para ele.
5. A consonância: Se algo corresponde à expectativa do público; é a chamada inserção do “novo” a partir dos parâmetros do “antigo”.
6. O inesperado: Em contrapartida ao item acima, a inexatidão é um fator surpreendente – algo que atíça a curiosidade; logo, quando há uma quebra no esperado, o fato torna-se notícia.
7. A continuidade: Se algo já se tornou notícia, maior a probabilidade de que o acontecimento continue como fato noticioso.
8. A composição: Na opinião dos especialistas o noticiário se dá quase como se fosse uma espécie de um arranjo de notícias, a fim de balancear a programação.
9. Nações de elite: Os países mais ricos monopolizam a cobertura jornalística.
10. Pessoas de elite: Quanto mais importantes são os indivíduos (políticos, intelectuais, filantropos, artistas, etc), maior a probabilidade de que se tornem notícia.
11. A personalização: Quando o fato é percebido em termos pessoais pelo público.

Curiosamente, levando-se em consideração o escopo teórico da presente dissertação, o item 12 de Galtung e Ruge torna-se sumariamente o mais importante para nós. É uma constatação que dialoga em grande amplitude com o problema do mal: segundo a dupla norueguesa, o último vetor da cobertura jornalística é o valor do negativo. O ruim, o negativo, o mal se tornam a notícia. É o que Traquina (2005b, p.70) avalia como “*bad news is good news*”⁴⁰; algo que, muitos anos depois, um trio de pesquisadores canadenses dos quais falaremos mais adiante retratam de forma semelhante. Dizem Ericsson, Baranek e Chan (1987, p. 149) que “as más notícias são boas para o discurso noticioso”, pois que as ramificações do fato negativo, geralmente inesperadas (algo que entra em consonância com a pesquisa norueguesa), possuem maiores implicações para o cotidiano a partir das esferas legais, morais, éticas e cívicas. Para Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1965), a explicação acerca do desdobramento do mal no jornalismo é, em grande parte, a necessidade filosófica descompensada (uma espécie de “assimetria”) que o homem

⁴⁰ Notícias ruins são notícias boas.

carrega consigo para qualificar os fatos ou as trivialidades de seu meio. Dizem eles que:

Há uma assimetria básica na vida entre o positivo, que é dificultoso e leva tempo, e o negativo, que é muito mais fácil e leva menos tempo – compare-se a quantidade de tempo necessário para que se eduque e socialize uma pessoa adulta e a quantidade de tempo necessária para matá-la em um acidente: a quantidade de tempo necessário para construir uma casa e destruí-la no fogo, para construir um avião e derrubá-lo, e assim por diante. O positivo não pode ser tão fácil, pois que então teria um baixo valor de escassez. Portanto, um evento negativo pode desdobrar-se completamente entre duas edições de um jornal ou em duas transmissões noticiosas – isto, para um evento positivo, é muito mais difícil e específico. (GALTUNG & RUGE, 1965, p. 69)⁴¹

Tal como os noruegueses nos lembram, o mal chama a atenção porque possui uma grande probabilidade de desdobramento, algo que facilita a cobertura jornalística. É de se postular se mesmo essa necessidade básica pelo Q + Q + Q + O + C + P não seja um método comunicacional necessário a fim de ir além da mera transmissão dos problemas – é uma fórmula que nos permite, inclusive, imaginar as consequências de uma provável alteração de conduta. A notícia, dessa maneira, é a representação daquilo que assinalou uma ruptura, uma quebra na ordem natural do tempo e das coisas – por esse ângulo é algo que nos marca, necessariamente; algo que nos chama a atenção por algum aspecto que fugiu ao controle e, tal como nos dizem Galtung e Ruge (1965), nada melhor do que um fato negativo para “atiçar” a atenção alheia. Além disso, as notícias negativas seriam mais consensuais e sem ambiguidade. Para os pesquisadores noruegueses (1965, p.69), há um tácito “acordo sobre a interpretação do evento como algo negativo”⁴² – é mais fácil dizer que algo é ruim (pois que é imediato) do que assinalar um evento como positivo (pois que leva mais tempo a fim de que seja considerado como tal). Daí a preponderância, desde os tempos mais remotos, do motivo em se adotar o mal como pano de fundo noticioso. Outro fator interessante para tanto é a constatação de que, segundo eles, o negativo é mais consonante e inesperado, pois que vai

⁴¹ No original: “There is a basic asymmetry in life between the positive, which is difficult and takes time, and the negative, which is much easier and takes less time - compare the amount of time needed to bring up and socialize an adult person and the amount of time needed to kill him in an accident: the amount of time needed to build a house and to destroy it in a fire, to make an airplane and to crash it, and so on. The positive cannot be too easy, for then it would have low scarcity value. Thus, a negative event can more easily unfold itself completely between two issues of a newspaper and two newscast transmissions - for a positive event this is more difficult and specific”.

⁴² No original: “there will be agreement about the interpretation of the event as negative”.

além do comum – novamente aqui há um retorno para o conceito de quebra do paradigma dos desdobramentos do comum.

Portanto, conclui-se que a notícia, alicerce narrativo e epistemológico, unidade básica para a divulgação e construção do conhecimento em grupo ou em sociedade, preocupa-se mais com aquilo que não cabe na normalidade do mundo, buscando sempre a exceção, jamais a regra. A notícia é o fato que não coube na linguagem e tampouco em uma representação prévia e simbólica anterior; é o desarranjo da existência, a quebra da narrativa, algo que sobrepuja uma interpretação anterior de nossa expectativa e que pode desembocar em uma nova interpretação do cotidiano, na própria formação do que é ou não é comum, do que devemos e podemos saber.

Nasce aqui, contudo, outro problema epistemológico, pois que nessa busca diária pela representação do mal, a notícia termina por procurar as micro-fraturas do dia-a-dia deixando de lado as grandes representações da história humana. Tal fator nos leva à constatação de que a notícia trabalha em conjunto ao senso para o comum; em certa medida torna-se incapaz de fazer ciência (tal como no caso da história), uma vez que fala daquilo que nos toca de comum acordo socialmente. Esta (a notícia) não pode se distanciar dos fatos, gerar hipóteses ainda maiores de interpretação, pois que será estabelecida para o dia seguinte. Tal é o dilema da notícia, sua epistemologia, seu modo de transmitir o conhecimento do dia seguinte: falar aos seus interlocutores em um mínimo denominador comum (Q + Q + Q + O + C + P; o *lead*), pois que estas estruturas serão, acima de tudo, estruturas cognitivas. A informação não alcança pleno sentido na comunidade de interpretantes, não comove, não ensina com profundidade, incluindo aí a possibilidade de desdobramento e transformação da conduta, caso não dê conta de aplacar as necessidades das categorias elencadas acima. O *lead*, portanto, é crucial ao bom funcionamento da comunicação. Assim, sua estrutura básica de transmissão de dados não deve se encerrar na mera análise da criação noticiosa; o *lead* é, antes ainda, a fórmula da comunicação humana, é o caminho semiótico por excelência da interpretação coletiva dos membros da comunidade humana. A estrutura do Q + Q + Q + O + C + P extrapola, por conseguinte, a mera esfera do jornalismo, mas se faz sentir, sobretudo, no cerne e no interior das notícias.

4. Jornalismo e senso para o comum

Robert Park, sociólogo e um dos primeiros estudiosos acerca do jornalismo, garantia que a primeira função dos jornais tinha alguma sorte de relação com uma espécie de terapia dos sentidos⁴³ (PONTE, 2005). A notícia serviria, principalmente, para garantir a permanência do homem em sua própria sociedade, isto é, para confirmar uma necessidade de inclusão em seu meio e em seu tempo – como se um vínculo temporal ficasse estabelecido entre o ser, o homem e o seu espaço. Acima de tudo, a narração dos fatos ocorridos era uma certeza de que os fenômenos, garantidamente, sucedem-se e dão uma ordem lógica causal ao vínculo do indivíduo com o seu tempo. A notícia, nesta perspectiva, cobre uma das maiores lacunas do homem para com o seu meio: o estabelecimento de um sentido para o comum com relação aos fatos da vida, uma certeza na qual se ancorar: a de que alguma coisa sempre haverá de acontecer amanhã. Essa certeza coletiva – a de que deve haver alguma coisa amanhã – pode ser tomada como um hábito mental. Afinal, nada nos garante que amanhã haverá algo, todavia, seria extremamente artificial postularmos que a falta de garantias nos exige um ceticismo absoluto, resultando no fato de que simplesmente devemos deixar de acreditar no amanhã. Esse movimento curioso, que se dá por meio da percepção “dialética” entre existências reais e possibilidades abstratas, exige que algumas certezas sejam tomadas de antemão – isso já no nascimento da vida pública, na transmissão dos valores e dos fatos da realidade. Uma das resultantes dessa opção prática, a de que deve haver algum consenso mínimo de alguma forma sobre alguma coisa, é a opinião pública. Pensando no pragmatismo, a opinião pública é, por onde quer que se olhe, um jogo típico de semiose.

O sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1995) apresenta uma ideia bem original a respeito desse conceito. Segundo ele, pode-se definir as estruturas humanas em duas vertentes – *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade). A *Gemeinschaft* (comunidade) representa os estágios iniciais civilizatórios, ou mesmo aquilo que hoje seriam as comunidades rurais. Ali os espaços são maiores, habitados de maneira esparsa, as relações humanas são

⁴³ Conceito também abordado e desenvolvido por Muniz Sodré em “A narração do Fato”. Como ele mesmo nos conta sobre a relação de tempo e notícia (2009, p.106), “isso afeta naturalmente aquela suposta função terapêutica do noticiário, de que falava Robert Park”.

baseadas na troca, no convívio diário e na dependência dos vizinhos. Consequentemente, os laços são mais fortes e o senso de individualidade é aniquilado. Cada membro dessa comunidade restrita deve apoiar-se no outro para que a certeza do amanhã seja cada vez mais confiável. É neste estágio que surge a opinião pública primordial – deve haver um acordo a respeito de certas premissas a partir das quais os indivíduos precisam anuir para um movimento em bloco, a fim de lhes garantir maior segurança social. Mais tarde, com o amadurecimento da civilização, nasce a *Gesellschaft* (sociedade). Diferentemente do primeiro caso, subsiste aqui uma alta concentração populacional, o dado imanente é aniquilado em experiência efêmera, a economia passa ao acúmulo de materiais (riquezas) e a individualidade sobrepõe-se à noção de comunidade. É neste estágio que a opinião pública sai das ruas e ganha as páginas dos meios oficiais de comunicação – isto é, mesmo em estágio avançado, permanecem certas máximas cristalizadas ainda devido ao primeiro estágio civilizatório.

Segundo o pensamento de Tönnies, a informação trabalhada – e, portanto, a notícia estabelecida a partir daí – seria o resultado direto da influência dessa antiga opinião pública, que teria por missão original a manutenção da comunidade em coesão. Mas qual seria o elemento de coesão central especificamente? Segundo o autor alemão, curiosamente, o senso comum, embrião da opinião pública, tem como dever essencial o combate e a prevenção contra o mal:

A opinião pública, quando exprime a moralidade da sociedade em regras e fórmulas, pode elevar-se acima do Estado, tendendo a utilizar força irresistível contra os obstáculos, **constrangendo todos a praticar o bem e a se abster do mal**. (TÖNNIES, 1995, p. 347, grifo nosso)

Isto é, o senso comum e a opinião pública que dele resulta, ainda enquanto força de coesão, possuem como princípio final uma abstenção dos princípios do mal. Como bem nos relata Tönnies, a grande questão aqui é a orientação que nos levaria o mais longe possível de onde o mal repousa as suas férteis raízes. O mal ameaça nosso senso de cotidiano. Tal como vimos até aqui, ele (o mal) obriga que o indivíduo “refaça” o seu cotidiano, na medida em que o bem é um “bônus” – isto é, se formos recompensados com o bem isto será ótimo, pois que este (o bem) reforça e melhora nossa condição inicial. Pensar desta maneira faz sentido, sobretudo se levarmos em consideração a fragilidade inicial civilizatória do homem perante uma

natureza que o sobrepujava constantemente. Portanto, antes um senso comunitário – e daí o senso comum – do que o isolamento e a incerteza dos obstáculos impostos pela natureza.

Mas ora, surge aqui um desafio: com base em qual lastro epistemológico se orienta o senso comum? A isso podemos responder tomando por base a nossa proposição inicial: a de que o *lead* assegura a categorização fundamental para um refino minimamente sofisticado das informações. Ou seja, imaginando que temos todos uma mesma categorização das estruturas cognitivas básicas para a apreciação da informação e sua posterior representação em notícia (a estrutura do Q + Q + Q + O + C + P tal como a demonstramos nos últimos capítulos) – e que é justamente esta estrutura que nos permite dar sentido ao emaranhado intersubjetivo de dados comunicacionais que transmitimos uns aos outros –, e tomando por base que o senso comum nasce da comunicação de uma comunidade de interpretantes possíveis, ora então não será nenhum absurdo postular que o senso comum lidará com as mesmas caracterizações epistemológicas no intuito de definir conceitos e condutas. Melhor ainda: já que todos partilhamos dessas categorizações estruturais, temos todos uma tendência geral no que tange a definição de máximas ou princípios em comum; i.e., ainda que via um caminho tortuoso, confluímos, em termos comunicacionais, a um sentido em comum. As notícias, quando retratam o mundo, partem do pressuposto de que há um sentido para o comum, de que as informações ali contidas estruturalmente nas categorizações do *lead* são consonantes a uma sorte de preocupação universal. Ou seja, a notícia “conta” com o pressuposto de um sentido para o geral, de um sentido epistemológico para o que nos é comum. O senso comum, tomado por este viés, abre as portas para o senso de um comum a todos. Tal fator reverbera nas estruturas epistemológicas condicionantes da notícia. É esse senso para o comum que estabelece ou almeja condicionar um impulso noticioso para o universal. Isto foi primeiramente sugerido, embora não desenvolvido, na obra de Otto Groth⁴⁴, quiçá o autor da primeira epistemologia do jornalismo que fomos capazes de identificar ao longo da pesquisa. Groth (2011)

⁴⁴ A obra original data de 1960 (já nos estágios finais da vida do autor), embora Groth tenha começado a enveredar nesta linha de pesquisa já em 1915 tendo estudado, antes ainda, sob a tutela de Max Weber. Nesse sentido, advogamos aqui a tese de que Groth seja também a reverberação inicial no jornalismo da Escola de Baden e sua discussão sobre uma teoria dos valores sociais. Não à toa, Groth realiza uma exaustiva discussão dos valores jornalísticos ao longo de sua obra. Esta tese requer ainda posterior análise e uma pesquisa mais substancial.

sugere que a notícia aspira ao maior público de interpretantes possíveis, a uma sorte de universalidade:

A universalidade não enche só o recipiente do jornal até a borda, ela também é o que, assim como a atualidade, lhe dá uma forma peculiar (...). Sem a universalidade, todo esforço em encontrar ressonância em camadas sociais mais amplas seria inconcebível e em vão. (GROTH, 2011, pp. 217 – 218)

Ora, mas se a notícia busca ao universal, deveria haver uma condicionante universal aos interpretantes possíveis. Segundo Groth (2011), na esteira da mesma reflexão epistemológica, “cada um recebe aquilo que a sua mente pede para se recompor e se enriquecer em uma forma compreensível” (2011, p. 218). Mas isto, em termos noticiosos, se dá justamente com a retratação dos fatos segundo os quais, curiosamente, “teimam” em seguir uma estranha tendência já programada: “em interação com o [mundo], ele [o indivíduo] quer se conservar e se desenvolver, fortalecer-se e enriquecer-se, extrair algo útil, **afastar o que é nocivo**” (GROTH, 2011, p. 167, grifo meu). Perceba-se que essa reflexão é muito similar a de Tönnies. Acrescenta Groth ainda que:

Nossas noções ficam em circuitos (...). Notícias de jornal sobre enchentes na China, terremotos no Japão ou fome na Índia abalam os europeus relativamente pouco, embora refiram-se a realidades legítimas que, se nós nos aproximássemos, nos sensibilizariam profundamente. (...) **O ser humano tem as mesmas condições e necessidades de vida mentais e físicas que os demais.** (GROTH, 2011, p. 169, grifo nosso)

O que fazemos aqui em nossa pesquisa, em suma, é dar um passo além da reflexão de Groth. Groth identificou ali, já na sua dissertação de 1915, que o jornalismo segue tendências similares a despeito de diferenças culturais, econômicas etc, apoiando-se em quatro valores: a periodicidade, a universalidade, a atualidade e a publicidade; sugere ele que se encararmos qualquer veículo jornalístico somos obrigados a aceitar essas condições. Aqui inserimos uma segunda contribuição – que as notícias, independente do panorama abordado, seguem uma mesma linha mestra, orientadas pela categorização do *lead*, aspecto este aprimorado a sua vez devido a sua necessidade de melhor comunicar e reverberar as consequências do problema do mal. Esse fator se dá de tal maneira – essa constante retratação dos fatores negativos amalgamados no *lead* –, pois que essa categorização é uma constante em comum que serve para “defender” o indivíduo, ou oferecê-lo uma possibilidade de ação contra os imbróglios do cotidiano.

Portanto, em suma, o jornalismo e a notícia se orientam em um sentido para o comum; e é isso que a notícia irá perseguir ao longo das páginas dos jornais, na tela da televisão, nas ondas do rádio etc. Em resumo, a notícia tem razão de ser porque se baseia em estruturas condicionantes universais, na medida em que o problema do mal, grande catalisador desse processo, é também uma preocupação em comum à vida de todos.

A partir disso, o senso para o comum nos oferece um modelo de ação e interpretação para as forças internas e externas às quais estamos submetidos. Nesse caso, a vivência e a experimentação tornam-se cruciais; sabe-se que algo se dá de determinada maneira, pois que esse “algo” foi vivenciado, em confluência popular, pelo indivíduo e pela quase totalidade de seus pares. Tal como Sponholz (2007) nos elucida, é um modelo que nos orienta para uma ação social e gregária, uma verdadeira interação social. O objetivo principal do senso comum é a sobrevivência:

O senso comum tem características que a ciência também tem. Ambos são constituídos pelo conhecimento ganho através de tentativas e erros (Popper, 1984: 64)⁴⁵. Mas a principal diferença entre ambos é que, enquanto para o senso comum basta o conhecimento que nos permite sobreviver, a ciência tenta se aproximar cada vez mais da realidade (já que alcançá-la e conhecê-la totalmente é impossível) (Popper, 1984). Com isso, o saber científico busca ir além daquilo que se sabe até o momento. O senso comum só tenta fazer isso quando os seus modelos não funcionam mais. (SPONHOLZ, 2007, p.6)

A análise que a pesquisadora italiana Rossella Leo (2004) fez a respeito do senso comum, ao se debruçar sobre filósofos como Peirce e Wittgenstein, é interessante se aplicada nesse contexto. Segundo ela, o senso comum tem a ver com os limites do conhecimento humano, pois ainda quando da suspensão de algum juízo, deve haver alguma certeza básica para se elaborar um potencial questionamento e fazer valer uma averiguação posterior (uma espécie de senso comum a ancorar supostas validações). A grosso modo, portanto, o sentido para o comum é um método inicial⁴⁶, uma necessidade. Como Leo nos explica:

⁴⁵ Informações bibliográficas citadas pela autora: POPPER, K.R. (1984). Objektive Erkenntnis. Hamburg: Hoffman und Campe.

⁴⁶ Não é à toa que Sodré, em entrevista à FAPESP (Edição 78, agosto 2002), disse certa vez: “Uma coisa é a metodologia e outra, os métodos (...). Metodologia são os métodos já testados, que muitas instituições acadêmicas aplicam mecanicamente. Eu diria que a comunicação tem método e não tem muita metodologia.

Nosso senso comum nos guia através da prática, levando-nos a estar certos de muitas coisas, sem uma justificativa real. Há, então, uma certeza, com a qual aquiescemos, que vai além da verdade e da falsidade, que não é um jeito de ver, mas um jeito de agir, como Wittgenstein diz. E, como qualquer hábito pragmático, é imediato e, em algum sentido, final (...). Sem embargo, tanto quanto tentemos explicar as razões de nossas crenças, nossa certeza se torna vaga e, portanto, incerta, e o jogo da semiose infinita começa. (LEO, 2004, p. 181)

Há, portanto, um limite, um quê de inalcançável, a partir do qual fazemos escolhas e traçamos parâmetros. É aí que inserimos a nossa proposição de que as categorizações do *lead* são os fatores crassos principais – é necessário dar cabo destes se quisermos explicar o que quer que seja. Se temos certeza de algo que não sabemos como explicar, de algum modo ou de outro, tal certeza também se dará com base nas estruturações já mencionadas. Notícias nos auxiliam nesse sentido, criando certezas e parâmetros de condutas (GROTH, 2011). Estas nos servem de base ao que tampouco podemos explicar – remontam às noções padrões que são corrigidas quando o mal ocorre. O mal quebra o senso para o comum de autopreservação.

A notícia exerce, portanto, uma função duplamente eficaz: de um lado informa sobre aquilo que, em comum acordo precisamos ficar sabendo; de outro, aplaca a função comunicacional, pois que se comunicar por meio de categorias estabelecidas (a fórmula do *lead* como vimos até aqui) é necessário a fim de estabelecer um patamar de distinções minimamente sofisticadas para o estabelecimento do comum. A notícia, em consequência, não é um mero acaso das forças do mercado – é a ressonância comunicacional moderna do escopo epistemológico humano. Suas categorias e suas temáticas são criadas de comum acordo – o mal (como problema epistemológico básico da esfera comunicacional) também é um retrato do comum acordo. A comunicação é uma defesa compartilhada em categorias epistemológicas gerais que irão reverberar na feitura das notícias e na disseminação da informação. O senso do comum, portanto, não se dá à toa – é sumamente necessário para o estabelecimento de distinções – do contrário, temário seria agir em um mundo no qual categorias minimamente gerais não funcionassem; se isto fosse a regra, a comunicação seria um ato impossível. Há, no entanto, outra armadilha adicional, que iremos verificar a seguir: os limites da linguagem, pois que esse consenso deve

passar pelas estruturas da linguagem. Mas a linguagem não é uma esfera neutra – ela porta consigo problemas e limites de natureza lógica, que reverberam no tratamento de questões epistemológicas como o mal. Essa percepção pode “embaçar” a vista diante das categorias epistemológicas gerais no caso da busca por uma distinção factual. Aliás, não apenas o mal, como todos os valores que pautam a comunicação moderna serão “modificados” aqui. Antes mesmo da epistemologia, o problema seria então definir os valores da comunicação via linguagem. Tal dilema é o que veremos a seguir nos próximos capítulos da segunda hipótese.

“Entretanto, a notícia caminha nas vielas escuras das sensações e sentimentos para que tudo pareça nas proporções irreais, mas adequadas às mentes do leitor”

Marconi da Silva, O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem

SEGUNDA HIPÓTESE

O mal como consequência do jornalismo

a. Um problema de linguagem (ou o problema do bem)

Façamos um breve exercício de inflexão com relação ao presente trabalho: pensemos na vida de Machado de Assis como hipótese para a demonstração do problema do mal. Machado era órfão, negro, de constituição frágil, epilético, pobre e residente do Morro do Livramento (isso tudo em plena época do Império e seu racismo galopante). À primeira vista, pode-se até mesmo pensar que a vida do escritor representasse uma das piores existências, coberta por todos os males e chagas próprias à sua época. Machado não padecia de apenas um único mal como bem se vê; fato é que sua vida era permeada de males (físicos e sociais). Mas ora, se não fosse por tudo isso, ainda assim haveria um Machado de Assis? Se não fosse a doença, a pobreza, a orfandade, as mazelas, teria Machado o impulso para escrever como o fez? É difícil teorizar hipoteticamente sobre o passado – quase uma elucubração juvenil, poder-se-ia dizer. Mas escapemos às amarras e procedamos à seguinte análise: pensar em um Machado diferente da biografia relatada é algo muito difícil, no mínimo exercício curioso. Qualquer desavisado logo saberia que Machado, sem as tais características citadas acima, muito provavelmente não teria sido o mesmo – jamais teria obtido uma espécie de tão forte catalisador para as grandes superações e realizações que obteve em vida.

O exemplo de Machado de Assis ilustra muito bem o porquê de inúmeros pensadores recusarem-se mesmo a admitir que exista um problema do mal⁴⁷. Para alguns outros, os esforços intelectuais deveriam ser reajustados aos problemas da dimensão comunicacional – e problema no sentido *lato sensu* da palavra, entendido mais como um dilema, tal qual uma charada matemática da filosofia (em conexão próxima com o campo da lógica), do que como uma tribulação física e moral propriamente dita. Relegar apenas ao mal o escopo de desafios que regem o panorama múltiplo e polissêmico da vida seria um terrível engano. Há coisas muito

⁴⁷ Qualquer filósofo realista e anti-metafísico argumentaria isso, que o mal não existe. O que haveria seria uma série de conjuntos e valores morais humanos arbitrários com base na cultura dominante. Basta pensarmos na escola marxista, por exemplo.

além do mal que estão em jogo. Diante desse sentido, julgar o mal como pano de fundo das coisas e das realizações humanas, ou ainda inventar o pano de fundo da moralidade a fim de catalogar os atos, ações e atitudes humanas não faria sentido algum. Os fatos existem, o que eles são ou representam não nos caberia julgar; o mundo é feito unicamente dos fatos e, quiçá, da interpretação que deles possamos promover, tal como o fazem o jornalismo e os seus profissionais, a seara de nossa investigação aqui descrita.

Nesse sentido, há um pensador ao qual também haveremos de retornar nos capítulos seguintes da dissertação; alguém para o qual a predominância dos fatos é absoluta, que chegou à conclusão de que os problemas do mundo seriam, de fato, problemas absolutos da linguagem. Ludwig Wittgenstein – tanto em sua primeira quanto segunda fase – nos aponta que a linguagem é o verdadeiro problema ao qual deveríamos nos debruçar, pois que a tentativa acerca de juízos de valores (o bem, o mal, a ética) seria absolutamente impossível. Indo nesse sentido, ver-se-á que inclusive o mal, a despeito do que já dissemos anteriormente, nada mais seria do que um mero problema de expressão linguística, de representação de um mundo possível (mas não o nosso) e um juízo de valor impossível de ser verificado.

Pois bem, definimos como mal algo que nos incomoda, assusta, atrapalha etc – que desejamos evitar a todo preço com base em suas consequências. Mas que isso exerça sobre nós tal efeito é problema nosso, ou então de subjetividade; o mal, enquanto instância do real não existe – o que existe é uma expressão linguística –, é apenas uma sombra com a qual apelidamos o fato ou o mundo das ações. Aqui, seguindo Wittgenstein, é mister encontrar uma função terapêutica para a nossa linguagem, algo que acomode, funcionalmente, esse conflito entre palavras, ações e definições que se abrem diante de nós. Se na primeira fase de sua obra o autor estava mais preocupado em compreender como a linguagem explicaria o mundo, na segunda, Wittgenstein se debate com aquilo que ficou conhecido enquanto “jogo de linguagem”. Vejamos o que ele próprio nos tem a dizer quanto a isso:

Pense nas ferramentas em sua caixa apropriada: lá estão um martelo, uma tenaz, uma serra, uma chave de fenda, um metro, um vidro de cola, pregos e parafusos. – Assim como são diferentes as funções desses objetos, assim são diferentes as funções das palavras (e há semelhanças aqui e ali). **Com efeito, o que nos confunde é a uniformidade da aparência das palavras, quando estas nos são ditas, ou quando com elas nos defrontamos na escrita e na**

imprensa. Pois seu emprego não nos é tão claro. **E especialmente quando filosofamos.** (WITTGENSTEIN, 1975, p.18, §11, grifo nosso)

Ademais:

O termo “jogo de linguagem” deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou forma de vida. Imagine a multiplicidade dos jogos de linguagem por meio destes exemplos e outros: (...) **Relatar um acontecimento – Conjeturar sobre o acontecimento – expor uma hipótese e prová-la (...) – Inventar uma história; ler (...) – Fazer uma anedota; contar (...).** (WITTGENSTEIN, 1975, p. 23, § 23, grifo nosso)

Salta aos olhos que Wittgenstein, voluntariamente ou não, alude à atividade do jornalista com certa frequência – o jornalista está inserido no “jogo da linguagem” diariamente; ele precisa dar significação às palavras que utiliza, ele (o jornalista) criaria por esse ângulo o significado das palavras na prática. Extrai-se daí que não necessariamente a linguagem precise de um fundo ontológico real; portanto, o mal como estrutura real, juízo de valor, não existiria. Mais curioso notar ainda que, no segundo Wittgenstein, a língua (e, portanto a linguagem) assume uma função típica do escopo comunicacional possível; deveria ser, nesse caso, a fundamental preocupação jornalística saber compreender o código linguístico do qual se apropria a fim de traduzir fatos em notícias – pena que não é o que ocorre na prática. Assim, tornar-se-ia necessário aprofundar os conceitos utilizados no “jogo jornalístico” com o intuito de distinguir o fato (entendido aqui como o “fato puro”, livre de predicados a ele não inerentes) das características arbitrárias que recebe na descrição do(s) seu(s) predicado(s) e logo na sua acepção como um todo, pois que na medida em que os objetos de nossa concepção sejam simples e tenham usos delimitados, o fato que deles resulta é complexo e possui muitas e diversas aplicações.

Vimos até aqui que “jogar” com a representação do mal se apresenta como um “prato cheio” ao jornalismo. É fácil suscitar emoções tal como se faz, é fácil chamar a atenção, é fácil transplantar no leitor um jogo de imagens de alta intensidade semiótica que não apenas irá “sugá-lo” no decorrer da leitura da notícia, como também irá fazer com que ele veja os fatos “utilizando” lentes que não lhe sejam próprias, mas que o jornalista, em um jogo de linguagem, cunhou para ele a fim de que se coloque (ou tenha as suas sensações aplacadas) quando no lugar do outro, do protagonista por trás da história que lê; como se na leitura este pudesse viver as dores do protagonista da história. Não é à toa que o pesquisador recifense,

Marconi da Silva (1997), especialista na obra de Wittgenstein – estudioso este ao qual haveremos de retornar em ocasião apropriada – também sustente essa vertente de análise, a de que o mal é elemento crucial no jornalismo:

O leitor acredita que as palavras estão no lugar das pessoas e objetos (...). **Mesmo que todos os jornalistas praticassem o bem, e evitassem o mal, o leitor ainda assim estaria “conhecendo” um mundo de sombras e nunca a realidade**, que pensa conhecer. (DA SILVA, 1997, p. 158, grifo nosso)

De forma que, ao se orientar pelas sombras, o jornalismo criou um mundo obscuro e monocromático, que se pauta pela tragédia e pela comoção que espera obter ressonância na expectativa de um leitor ansioso que, temeroso de ser acometido pela mesma moléstia, precisa bem informar-se a fim de escapar das armadilhas do destino. Em suma, e resumidamente, é este o quadro que o jornalismo nos irá “pintar”. Não é apenas um jogo semiótico com um ritmo muito acelerado, mas uma mescla disso com um jogo de linguagem delimitado em uma certa afinidade com o discurso proposto⁴⁸. Pode-se mesmo suscitar a metáfora de Aquiles e a tartaruga: por mais que o herói corra, jamais poderá ultrapassar o bicho. O mesmo se dará com a linguagem e o fato – este último sempre estará um passo a frente da primeira, e a segunda nunca poderá refleti-lo com total acuidade, do contrário já não mais saberíamos distinguir a representação de seu referente. Mas ora, não dissemos aqui que isto poderia muito bem ser uma panaceia inventada no calor de uma opção discursiva? Passemos, pois, ao conceito de Wittgenstein em relação à linguagem.

O filósofo austríaco enxergava no jogo linguístico a possibilidade de livrar o homem das amarras metafísicas. As confusões filosóficas de forte embaraço epistemológico ou conceitual seriam o fruto da incapacidade em compreender que toda e qualquer análise racional se daria por meio da linguagem. Ou seja, grande parte dos problemas metafísicos seria o resultado direto de uma linguagem inapropriada, indo além dos limites de nossa compreensão. Filosofar fora do código linguístico é tarefa impossível; logo, todo e qualquer dilema que se aparente é de tal forma que está “amarrado” em sua expressão linguística. Portanto, a mera menção ou tentativa de definição a certas situações apenas confirmariam a incapacidade de

⁴⁸ Tal concepção nos aproxima muito da obra da pesquisadora italiana Leo, que enxerga na concepção semiótica peirceana e na concepção wittgensteiniana da linguagem um grande paralelismo.

se ir além naquilo em que não se pode ir além⁴⁹. A maioria dos termos seria, por definição, uma quantidade extremada de conceitos não apenas incompreensíveis, mas também de concepções indefiníveis – por esse caminho, falar de um mal não é apenas uma atividade incerta, mas uma “aventura” arbitrária, pois como qualificar os fatos na medida em que nem mesmo possamos compreendê-los em sua totalidade? Aqui os problemas filosóficos nascem quando dispomos da linguagem fora dos próprios problemas e limites de compreensão.

As “amarras do pensamento”, temática esta a qual os comentadores do austríaco aludem vezes a fio, são desfeitas na medida em que a linguagem, e os termos que dela possamos abstrair, tornem-se mais elucidativos e menos propensos às ambiguidades ou considerações individuais de caráter subjetivo. A linguagem deveria funcionar como espelho da realidade, tal qual uma imagem que vemos em uma foto – por exemplo, se dissermos que “chove” podemos olhar para fora de nossas janelas e observarmos a água a cair dos céus; mas, se em contrapartida propusermos que “há anjos voando em nosso quarto”, não há a menor possibilidade de confirmarmos a veracidade de tal sentença. Assim, podemos afirmar que a linguagem nos capacita a criar mundos paralelos, existentes apenas em nossa perspectiva; isso, no entanto, não teria nenhuma correlação com a realidade última – daí que podemos mesmo considerar se expressões como o “mal” não sejam nada mais do que uma elucubração social acerca de algo sem figuração na realidade. A grande questão é compreender que não há nada mais coletivo e social do que a linguagem⁵⁰ – e não é à toa que o jornalismo e a notícia também sejam atividades sociais por essência, pois que possuem a sua matéria-prima na mesma fonte da confluência social, que não seria outra coisa além da linguagem compartilhada. É aí que essa noção se torna de grande valia para nós: tal como o próprio filósofo austríaco gostava de frisar, não é que devemos nos fiar ao mero significado dos termos e palavras soltas – tal como se X se remetesse ao próprio termo X em realidade e não apenas em afiguração – mas sim em qual ocasião alguns termos

⁴⁹ Daí a famosa afirmação de Wittgenstein (*TLP* 6.54): “Minhas proposições se esclarecem dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas – por elas – para além dela (deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela). Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente”.

⁵⁰ Peter Frederick Strawson, antigo filósofo de Oxford, demonstra com grande didática o papel coletivo da linguagem no meio social. Para tanto, é imperativo se remeter ao capítulo 6 de sua conhecida “Introdução à Filosofia” (de forte caráter analítico).

são proferidos de maneira coletiva. É daí que o filósofo afirma nas suas *Investigações Filosóficas*, que “a palavra não tem significação quando nada lhe responde” (1975, p. 31, § 40). Mais do que definir alguma coisa enquanto problema do mal (ou da alçada do mal), melhor seria saber em que espécie de condições os efeitos relacionados ao termo produzir-se-iam⁵¹. Tal preponderância teria como repercussão uma melhor preservação do sentido do discurso, algo que não deixaria o jornalista de mãos atadas, ou pior, obrigado a descrever uma situação a partir de categorias pré-existentes. Quanto a isso, há ainda um outro cenário que merece ser destacado – o chamado “enfeitiçamento da linguagem”. De acordo com Wittgenstein, muitas vezes, o indivíduo se dá conta de algo (se apercebe de alguma coisa) que, por outro lado, não coincide com o ente da realidade. Não que subsista aqui uma afiguração de todo diferente do usual, não que o ente se mostre de maneira alterada, mas o indivíduo pode interpretar isso quanto a parâmetros próprios, de forma extremamente subjetiva, e que não condiga com o que é de fato, com o que é apercebido. Marconi (1997) explica que:

O conceito de enfeitiçamento parece querer significar que o sujeito percebe algo, mas esse algo não corresponde ao ente da realidade. Ou então o algo é percebido não por que se apresenta com forma diferente do que é, mas é o receptor-leitor que o vê ou como parte do todo, ou como um aspecto ou ainda como outro algo. Em outras palavras, o sapo tem forma externa de sapo e pode ser como sapo, mas também pode ser o príncipe. Por outro lado, o príncipe pode ser visto como sapo, mesmo tendo a forma de príncipe. E como tudo isso pode acontecer? Através da linguagem. É na relação linguagem e mundo que se introduz a imagem provocadora da confusão. (DA SILVA, 1997, p. 161)

Disto denota-se que o mal pode ser um mero “defeito” de interpretação quando, simplesmente, somos incapazes, coletivamente – pois como vimos o efeito do código linguístico é social –, de interpretá-lo de outra forma. Não é que o mal exista, é que talvez ele nos seja conveniente enquanto manobra de retratação. Podemos dizer então que nossa interpretação da realidade é extremamente enviesada – é porque é, porque é apenas assim que pode ser. E se formos ao outro lado da ponta, buscando por aquilo que seria o “sumo bem”, cairemos na mesma distância – exceto que aqui estaremos envolvidos no problema do bem e de sua representação. É tão fina a linha que separa os dois parâmetros, que, por vezes,

⁵¹ Há uma crítica toda especial do autor e jornalista Leão Serva a este respeito. A respeito da produção jornalística atual, diz ele que (2001, p. 135) “os mortos têm que ser renovados, a imprensa é uma necrófila insaciável”. Deveria haver, portanto, uma espécie de reformulação das condições de apuração dos fatos.

torna-se difícil “discriminar” (separar) o mal do bem e vice-versa. Aliás, nunca é demais explicitar que o bem de um pode ser o mal para o outro. Postulando os conceitos de Wittgenstein como resposta quanto isso, verificar-se-á que o problema nasceu na fonte, no início da aplicação da palavra e de sua conseqüente aplicação enquanto juízo absoluto do fato-em-si. Portanto, bem e mal, nada mais seriam do que a dupla-face de uma mesma moeda – ora tendendo para um lado, ora tendendo para outro, de acordo com as instâncias e necessidades de nossa interpretação e necessidade. Os valores da notícia dependeriam, portanto, das práticas de uso de determinada palavra ou expressão linguística. Nada seria absoluto.

No entanto, quando falamos do problema do mal enquanto um problema de linguagem, é necessário suscitar também o seu lado contrário: “o problema do bem”. Nesse sentido, é difícil saber em que medida Todorov leu Wittgenstein (é muito provável que o tenha lido bem, dada a envergadura e qualidade de suas análises; difícil mesmo pensar que um intelectual tão influente não tenha compreendido nada a respeito de outro tão influente quanto⁵²), mas a queda nesse outro escopo da linha comunicacional, o mérito de “virar a moeda” para observar o outro lado, cunhando assim um novo problema filosófico – “o problema do bem” – deve-se a ele, ao pensador búlgaro.

Todorov também enxergava na linguagem uma potencialidade incrível, de maior soberba do que nós mesmos poderíamos acusar⁵³. Mas não é somente por essa análise que o pensador búlgaro se torna relevante para nós. No escopo das grandes obras do autor fica claro que o fim do homem é o próprio homem – e é exatamente daí que surgem os problemas (ou tentações tal qual ele sugere) do bem.

De acordo com Todorov, todos os homens, todas as civilizações, todas as culturas se orientam na busca pela liberdade. Qualquer sistema ou conjunto de ideias que não permitam que o homem seja um indivíduo livre estará fadado ao fracasso – fracasso este que muitas vezes resulta em um final violento, como no caso dos regimes totalitários de governo. Mas todo sistema criado pelos homens é

⁵² Todorov fala resumidamente sobre Wittgenstein: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/entrevista-com-tzvetan-todorov/>.

⁵³ Importante saber que Tzvetan Todorov era um pesquisador búlgaro que residiu durante longa data na França. Apesar disso, nunca escondeu a sua visão de estrangeiro em relação ao país adotado. Alguns de seus relatos tocam inclusive na questão do idioma francês que, se por um lado ele dominava com soberba fluência, por outro, nunca deixou de lhe parecer uma língua estranha que ele jamais pôde interiorizar.

uma construção social, tal como no caso da linguagem. As coisas próprias ao homem são sempre partilhadas em sociedade, inclusive os valores – sempre tão controversos – tal como avaliamos acima. O grande problema reside nessa seguinte subjetividade: em como enxergamos o fato (novamente podemos suscitar o problema da linguagem – é notório que haveria um problema de denominação dos fatos). Afinal, o que um determinado indivíduo compreende como o bem supremo, pode ser o pior dos mundos para um alguém outro que disponha de uma opinião diversa. Mas ora, se os fatos que nos trespagam são iguais para ambos, por que razão para uns o fato seria bom na medida em que para uma centena de indivíduos o mesmo fato seria negativo? Todorov nos arremessa direto ao problema do bem e do mal, onde o liame entre certo e errado é extremamente subjetivo, uma espécie de fio da navalha que pode tanto cortar para um lado quanto para o outro. A denominação dos fatos não é o grande problema até aqui – é exatamente isso que o primeiro Wittgenstein demonstra: que vivemos a despeito dos fatos ainda que não possamos compreendê-los muito bem –, o grande caos seria a imposição de uma concepção de interpretação dos fatos a quem não a deseja. O problema do bem e do mal nasce então de uma ruptura comunicacional, na qual quem impõe ao outro o seu bem acaba por ignorar o fato de que todo o valor social é meramente pontual, dependendo mais do ponto de vista do que da realidade em si. Nesse sentido, toda e qualquer informação que possamos receber diante de um fato está viciada – a imposição do bem termina sempre por nos empurrar rumo ao sentido de interpretação do mal, pois que, para se pautar e se determinar enquanto tal, é necessário um lembrete crucial da extensão de seu contraponto. O jornalismo e a informação propiciam, desta forma, a realização de uma tarefa viciada:

Nós somos todos incitados pela maneira através da qual circulam as informações em nossa sociedade. Na medida em que se produza uma guerra, um massacre, fome, um desastre natural, imagens de cadáveres, moléstias não tratadas, adultos em lágrimas, crianças famintas, tudo isso preencherá a tela da televisão, até que nos arranque um grito: “é necessário que isso pare!”, e assim nós nos sentiremos prestes a entregar o nosso saco de arroz ou o nosso cheque, ainda que de valores modestos, desde que seja por uma boa causa. Essa compaixão vale mais, obviamente, do que a indiferença, mas ela também possui efeitos secundários indesejáveis: o de transformar, sistematicamente, como diria Brauman, o mal em maldade, de substituir a análise política “fria” em uma erupção de sentimentos e, ao mesmo tempo, de

confortar a nossa boa consciência, ao nos colocarmos valentemente ao lado das vítimas. (TODOROV, 2000, p. 202, grifo nosso)⁵⁴

Outra coisa que nos chama a atenção no pensamento provocativo de Todorov é a sua tendência em afirmar que as consequências dos assim chamados “fatos negativos” são mais universalmente percebidas enquanto tais (com uma avaliação negativa) se em comparação aos “fatos benéficos”. É de sabedoria geral (próprio ao senso comum) que alguns fatos representem consequências extremamente negativas (guerras, assassinatos, conflitos, fome), portanto da alçada do mal. Por outro lado, os conceitos referentes ao sumo bem – a família, a fé, a política, a vida em sociedade, tudo isso está submetido a uma interpretação coletiva extremamente frágil e muito mais complexa. Não é à toa que Todorov afirma, astutamente, que é “mais fácil sucumbir à tentação do bem” (200, p. 285).

É daí que a imposição em se perseguir o bem com todo o afinho possível torna-se uma verdadeira quimera filosófica. O problema do bem é, por consequência, de mais difícil compreensão do que o problema do mal – ilustra a dificultosa atividade de valoração epistemológica factual. Se os males apontam por um determinado caminho que todos desejamos evitar, embora os problemas sejam múltiplos e pouco controláveis, a estrada para o bem é cheia de desvios e passagens incertas – as avenidas que nos levariam ao sumo bem seriam múltiplas e de maiores possibilidades, mas, nem sempre, representariam os mesmos resultados de indivíduo para indivíduo. Se não temos como avaliar fatos puros, podemos ao menos avaliar suas consequências. As consequências do mal, por esse lado, seriam mais universais⁵⁵.

Quanto a isso, a comunicação poderia funcionar como campo de transição, mesmo assim, tal como ficou provado, a explicação dos fatos e a posterior

⁵⁴ No original em francês: « Nous y sommes tous incités par la manière dont circule l'information dans notre société. Dès que se produit une guerre, un massacre, une famine, un désastre naturel, les images de cadavres, de blessés non soignés, d'adultes en larmes, d'enfants émaciés remplissent les écrans de la télévision, jusqu'à ce qu'elles nous arrachent un cri: « Il faut que cela cesse! » et que nous nous sentions prêts à verser notre sac de riz ou notre chèque, si modeste soit-il, à la bonne cause. Cette compassion vaut mieux, bien sûr, que l'indifférence, mais elle a aussi des effets secondaires indésirables: ceux de transformer systématiquement, comme le dit Brauman, le mal en malheur, de remplacer l'analyse politique « froide » par l'éruption de sentiments et, en même temps, de conforter notre bonne conscience, en nous rangeant vaillamment du côté des victimes ».

⁵⁵ Não nos esqueçamos da reflexão de Galtung e Ruge na seção anterior do trabalho, sobre a assimetria dos valores sociais.

interpretação dela depreendida não é apenas dificultosa, é problemática. Quando se ignora o campo da comunicação, em tudo aquilo que tange não somente o bem como também o mal, ignora-se mesmo o sentido de transmissão dos valores que, para a melhoria do mundo, deveriam ser analisados a fundo. Assim, a mídia e o jornalismo ganham um aspecto extremamente relevante no decorrer da construção deste processo, pois que no uso das palavras utilizadas para representar os fatos constroem e disseminam valores (sejam estes reais universais absolutos ou não).

b. A banalização do mal no jornalismo

Hoje em dia, ao abrirmos os jornais, podemos ter a impressão de que nenhum crime, nenhum ato de terror, nenhuma moléstia, nenhuma desgraça, nenhum mal, nada e absolutamente nada, possa ser de todo surpreendente. Quem abre o jornal ou liga a televisão em sua casa, já o faz com uma expectativa muito baixa em relação ao conteúdo que dali virá – a fórmula do “espreme que sai sangue”⁵⁶ não choca, nem diz coisa alguma; é simplesmente o que se tornou o banal, o comum. Parece que estamos amortecidos quanto a isso. O que antes parecia a exceção (o crime, o escárnio, a perjúria, o roubo), hoje mais se assemelha à regra. Algumas autocríticas chegaram a aparecer na mídia nesse sentido – mesmo alguns jornalistas, leitores e espectadores reconhecem esta “sinistra” inspiração e tendência da comunidade jornalística. Vejamos o que o jornalista e escritor Alberto Villas (2015) disse a esse respeito, em um artigo intitulado “Notícia boa não presta”, também em uma espécie de autocrítica em relação à comunidade jornalística, inserido em sua coluna na revista Carta Capital:

Notícia ruim chega, além de rápido, a todo momento. Basta abrir o jornal, clicar em qualquer site de notícia ou ligar a televisão num telejornal. Jornalista hoje virou caçador de notícia ruim, porta-voz da tragédia. Seja tragédia aérea, grega, econômica, política, vale tudo. Se levarmos a sério todas essas manchetes que pipocam a cada momento, chegamos à conclusão de que o Brasil respira com ajuda de aparelhos e não passa desse final de semana. Quando eu ainda trabalhava em redação – lembro-me bem – criticava-se muito aquelas matérias que chamávamos de matérias ONG, tipo o país que dá certo, gente que faz, coisas que funcionam. Criança tocando violino na favela, ensaiando balé na periferia, velhinho animado fazendo hidroginástica. E o furo? Hoje só é considerado furo, um escândalo bem cabeludo. Escandalozinho não vale. Basta dar uma olhada nas manchetes para perceber que o objetivo agora é deixar bem claro pro [sic] leitor que o Brasil vai de mal a pior. Essa semana começou assim, bem cedo, com uma manchete do UOL: *Roubos e furtos caem no primeiro semestre, mas assaltos a bancos crescem em SP*. Virou uma obsessão. Mesmo com uma notícia boa, é preciso encontrar um viés negativo pra [sic] virar manchete, um *mas*, por exemplo. Coisas do tipo: “O tempo vai melhorar hoje, mas vai chover no final de semana”. “O preço do tomate cai, mas o chuchu tem alta”. “Ranking da educação melhora, mas ainda estamos atrás da Argentina”. O *mas* está sempre lá nas manchetes e se você observar bem, tudo piorou foi nos últimos 12 anos (...). Além de caçador de notícia ruim, jornalista virou detetive. Notícia boa não interessa. Vivemos uma

⁵⁶ A atribuição da fórmula “espreme que sai sangue” é controversa. Para alguns historiadores, tal como Stephens, a máxima pode se remeter ao embate Pulitzer vs. Hearst. Por outro lado, há quem diga ser a citação de pertinência própria ao tablóide alemão Bild que, autorizado pelo seu fundador, Axel Springer, enveredou por uma fórmula mais popularesca e simplória. Hoje em dia, o Bild é conhecido acima de tudo por suas matérias controversas e de franca inspiração popular.

época em que é preciso valorizar a falência, bombar os números negativos, ver o lado ruim das coisas. Parece que os mancheteiros de plantão soltam fogos quando a inflação sobe, fazem tintin quando o PIB cai, comemoram até um arrotto de delator. (VILLAS, 2015, *online*, grifo do autor)⁵⁷

Mais recentemente, no início de 2017, o “desabafo” de um espectador passou ao vivo na Rede Record, momento este no qual o canal foi obrigado a praticar uma espécie de *mea culpa*:

Às vezes fico tentando entender como vocês podem passar desgrça o dia inteiro na emissora, contaminando a todo o momento com cargas negativas, revolta, desgostos, tristeza, e no final do dia passar um programa que tenta ajudar as pessoas? Alguém me explica isso? (...) Porque se deixar a TV ligada o dia todo, dá a impressão que o mundo está uma desgrça, com tristezas, mortes, a todo o momento. Sei lá, é a minha opinião. (VEJA, 2017, *online*)⁵⁸

De modo que ao falarmos da banalização do mal, sobretudo em relação ao conteúdo jornalístico, não é que estamos loucos e muito menos enxergando uma panaceia em plena cadeia de informação pública; é pelo motivo de que, empiricamente, há uma banalização do mal em plena alvorada. Será que o jornalismo se tornou um refém do próprio método de produção? Ao destacarmos na PRIMEIRA HIPÓTESE o sentido do nascedouro do mal no jornalismo, é necessário pensarmos também em outra hipótese que se contraponha ao sentido da anterior: não é que haja um nascedouro do mal no jornalismo, tampouco que este dependa daquele, mas sim que, curiosamente, e por anos a fio, o homem vem banalizando os próprios males – sem jamais atentar em como este fato tão controverso edificou-se na sua própria cultura. Assim, quando falamos a respeito da banalização do mal, não há outra intelectual a qual nos possamos remeter que não seja Hannah Arendt – ela não apenas cunhou o termo “banalização do mal”, como também ajudou a trazer o problema do mal ao âmago da academia.

Nesse sentido, o primeiro grande mérito de Arendt foi a sagacidade em perceber que o mal – antes mesmo de ser retratado na linguagem, nos exemplos históricos, ou em qualquer outra esfera que se valha, precisa estar revestido com uma roupagem tangenciável a fim de que seja percebido como tal. Por esse ângulo, como quantificar o mal? Como “coisificá-lo”? Apresentar o mal enquanto objeto físico, sólido, objeto teórico ou abstrato, tal qual uma proposição tangível ou

⁵⁷ Artigo disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/noticia-boia-nao-interessa-5610.html>.

⁵⁸ Artigo disponível em: <http://veja.abril.com.br/entretenimento/apresentador-da-record-aqui-ha-um-monte-de-coisa-que-nao/>.

possível, tem sido uma fonte de preocupação constante desde que ela se debruçou acerca dessa mesma temática. Descrever ações apenas por adjetivos vazios não exemplifica o todo e nem qualifica a conduta dos atores sociais. É por esses e outros motivos que Calder (2016), ao analisar a produção de Arendt, entende que o mal seja um importante objeto de estudo:

Durante os últimos trinta anos, filósofos morais, políticos e do direito tornaram-se crescentemente mais interessados no conceito do mal. **Este interesse foi parcialmente motivado por hipóteses do “mal” oferecidas por leigos, cientistas sociais, jornalistas e políticos na medida em que tentam compreender e responder a várias atrocidades** e horrores cometidos nos últimos oitenta anos como, por exemplo, o Holocausto, o genocídio de Ruanda, o ataque terrorista de 11/09, além da onda de assassinatos causados por *serial killers* tais como Jeffrey Dahmer. **Parece que não podemos capturar a significância moral destas ações e dos seus perpetradores ao chamá-los apenas de “incorretos” ou “maus” ou até mesmo “muito muito errados” ou “muito muito maus”. Nós precisamos do conceito do mal.** (CALDER, 2016, online, grifo nosso)⁵⁹

Depreende-se daí de que há uma importância em se qualificar o mal tanto como “elemento” palpável e também enquanto conceito puro. É necessário qualificá-lo como “algo” para que o referendado possa ser abarcado em uma esfera de qualificação ou em uma esfera de representação que faça sentido para o homem; no entanto, apenas o sentido moral, muitas vezes, e isoladamente, não basta. Assim, representar o mal depreende um grave problema conceitual e metodológico, pois que a nossa própria capacidade de julgamento é colocada em jogo. Tal como vimos, isso poderia resultar em muito “pano para manga”, controvérsias das mais diversas: o mal de um não necessariamente condiz com o mal do outro, ainda que, curiosamente, suas consonâncias sejam mais ou menos consequentes e similares tal como propusemos.

Não à toa, quando Hannah Arendt escreveu *As origens do totalitarismo* e, posteriormente, *Eichmann em Jerusalém*, a intelectual alemã “lançou” esse mal dentro de uma nova categoria que já não poderia mais ser abarcada por nenhuma outra categoria moral; isto é, ela assim o fez quando a impossibilidade de descrever

⁵⁹ No original: “During the past thirty years, moral, political, and legal philosophers have become increasingly interested in the concept of evil. This interest has been partly motivated by ascriptions of ‘evil’ by laymen, social scientists, journalists, and politicians as they try to understand and respond to various atrocities and horrors of the past eighty years, e.g., the Holocaust, the Rwandan genocide, the 9/11 terrorist attacks, and killing sprees by serial killers such as Jeffrey Dahmer. It seems that we cannot capture the moral significance of these actions and their perpetrators by calling them ‘wrong’ or ‘bad’ or even ‘very very wrong’ or ‘very very bad.’ We need the concept of evil”.

um panorama dado foi tamanha que restou ao mal apenas aquilo que era – uma espécie de vazio amoral, donde as motivações para a sua amplitude se apequenam diante do vasto efeito de transformação social que advém ao final da ação como consequência. Vale a pena lembrar que Arendt escreveu ambas as obras após a Segunda Guerra Mundial, um dos períodos nos quais o mal e todos os seus efeitos (intelectuais ou físicos) estiveram mais consideráveis na construção da história contemporânea. Porém, o mal também é aqui terrivelmente normal – banalizado na esfera pública quando os homens são incapazes de refletir acerca das próprias ações. Pelo menos é assim que Arendt descreve o mal a partir do estudo sobre a vida de Eichmann⁶⁰.

Para ela, o mal é criado como um descaso, nascido a partir da impossibilidade de reflexão – conceito este que pode ser até mesmo “justificado” através de uma ignorância ou estupidez intelectual do autor em questão desse mal. Entretanto, o que salta aos olhos é a capacidade de Arendt em admitir que, embora o mal e seus efeitos sejam horrendos e inacreditáveis, o mal-em-si só pode haver ou existir quando há um espaço institucionalizado para tanto (ou quando uma hierarquia de forças se ausenta), isto é, quando este (o mal) recebe um atributo exterior de “coisificação”, na medida em que abandona a esfera do irreal e assume um espaço no qual se instala, um meio físico que possa dialogar com a sociedade (conceito este que foi diversas vezes debatido principalmente no campo da literatura a partir de autores como Dostoiévski, Mann, entre outros⁶¹). O mal só pode existir quando assim o é determinado pela ausência da ocupação institucional, ou pela ignorância e incapacidade de compreensão da extensão e dimensão das ações a partir de um ator social. Tome-se o caso de Eichmann, por exemplo. Como bem demonstrado por Hannah Arendt, o carrasco alemão não era doentio e nem padecia de qualquer sorte de psicopatia. Antes da ascensão do Terceiro Reich alemão, nunca havia participado de qualquer manifestação anti-semita ou se envolvido em casos de xenofobia quaisquer que fossem. Eichmann acreditava piamente que era inocente no sentido determinado pelo seu processo – como um não autor do mal-em-si. O ex-oficial nazista dizia apenas que havia acatado ordens, cuja autoria não lhe pertencia.

⁶⁰ Adolf Otto Eichmann (1906 – 1962) foi um tenente-coronel SS. Eichmann é visto até hoje como o responsável pelo conceito da “Endlösung” (a solução final), além de ser considerado como o responsável-mor pela logística dos campos de concentração.

⁶¹ Acerca desse sentido sobre o mal se destacam as obras “Crime e Castigo” de Dostoiévski e “Doutor Faustus” de Thomas Mann – obras estas nas quais o mal é um elemento prévio do jogo.

Para Arendt, quanto mais o processo do julgamento de Eichmann se arrastava, mais era possível perceber o quão limitado e medíocre era o personagem de toda aquela deliberação, pois que o réu simplesmente não conseguia enxergar e nem analisar as extensões de suas atitudes (por esse ângulo, podemos nos perguntar se os jornalistas não procedem de maneira igual, transmitindo fatos negativos dias a fio sem jamais se darem conta do que isto poderia acarretar). Fica claro que a pensadora alemã entendia que Eichmann sabia o que fazia no sentido da hierarquia política – ele aceitava ordens e as cumpria, sem apresentar, contudo, qualquer espécie de reflexão moral sobre o verdadeiro significado da ação final que executava. Foi esta a justificativa na qual Eichmann se ancorou até o final do processo. Havia a ação, porém o resultado da determinação da balança moral não lhe cabia. Apesar de se conhecer a conclusão do processo antes mesmo de que este começasse, a impressão final foi a de que Eichmann era simplesmente banal em demasia para compreender a extensão do mal, da máquina, da estrutura ou da coisa que havia ajudado a criar. Ele não se enxergara como um autor do mal; ele se via como um ator de ações que, ao longo do tempo e da história, haviam sido referendadas como tragédias e males inimagináveis.

Mas será que não é justamente o jornalismo que tanto contribui para isto? Para esta anuência e falta de sensibilidade diante dos males que tanto nos assolam? Não é necessária, talvez, uma autocrítica a este respeito? O mal quando se torna comum, ou banalizado (enveredando pela terminologia de Arendt), perde a sua total capacidade de nos instruir. A mesma informação, quando repetida vezes a fio, perde a sua faculdade de nos informar; mesmo o fato mais escabroso pode se tornar um fato dos mais banais quando dele já não possamos extrair nada de novo – por isto que um atentado terrorista no Afeganistão⁶² não é notícia principal, na medida em que um evento similar nos EUA e na Europa é causa para comoção mundial. Sabe-se que o Afeganistão e os seus vizinhos estão imersos em uma catástrofe que nos parece sem fim, na medida em que EUA e Europa representem zonas das mais estáveis, sobretudo ao lidarmos com índice de desenvolvimento humano, transparência política e diplomacia. Assim, ao ressaltarmos o estudo de Galtung e Ruge (1965), ver-se-á o quão justo foi o posicionamento de tais autores

⁶² Em sites americanos de informação, muitas vezes, um atentado terrorista em Kabul aparece como nota de rodapé.

quanto uma preponderância representacional de certas nações de elite no decorrer da narração dos fatos e da produção noticiosa que daí emana – que um país pobre seja mais propenso aos problemas sociais é coisa sabida, mas caso isto transborde para países dos quais dependa grande parte da comunidade internacional, uma notícia, neste sentido, será algo extremamente crucial. Por outro lado, podemos desafiá-los no sentido “determinista” de tal proposição se trouxermos à tona a ampla cobertura do atentado terrorista no centro judeu de Buenos Aires em 1994 – um país que se não é miserável, tampouco poderá ser considerado como um dos mais relevantes para a cobertura jornalística mundial⁶³. A própria análise do mal demonstra o porquê disto. Apesar de seus desafios, a Argentina nunca foi um reduto terrorista – e jamais apresentou qualquer motivo para que algo da magnitude de um atentado de tamanhas proporções se desse ali. Por outro, ao pensarmos no Afeganistão ou no Iraque, o panorama é completamente diverso. Atentados por lá, infelizmente, não são ocasiões tão raras. É por esse ângulo que a ocasião pode fazer toda a diferença. É neste sentido que algumas vidas humanas – desafortunadamente – terminam por valer, ao menos no jornalismo, mais do que outras. Não é toa que o jornalismo mais se preocupe com seis vítimas no centro de Londres do que com os outros quarenta e quatro mortos nas cercanias de Cairo⁶⁴. Por lá, tanto na imprensa quanto na sociedade, aparentemente, o mal está mais banalizado. Mais adiante, veremos que este panorama também é uma consequência do acréscimo lógico que o conceito de informação admite na medida em que novas representações sejam inseridas no interior dos símbolos, termos e palavras que utilizamos.

Ao levarmos em consideração tudo quanto acabamos de dizer acima, não foi por acaso que o pensamento de Arendt terminou severamente condenado diante do que se propôs à época – nesse sentido, podemos ousar em dizer que ela estava à frente de seu tempo. Arendt foi mesmo considerada por diversos críticos como “relativizadora” em demasia, quase glacial perante o dilema representado pelo caso Eichmann. De modo que, nesse contexto, é interessante considerar a produção desse estudo.

⁶³ Esta constatação, aliás, pode ser estendida à América do Sul como um todo.

⁶⁴ Menção aos atentados terroristas mais recentes em Londres e Cairo, nos meses de março e abril de 2017 respectivamente.

Tudo se deu em 1961, quando Arendt – que além de judia alemã também se tornara uma conhecida intelectual dentro da sociedade americana à época – foi designada pela revista jornalística *The New Yorker* para cobrir o julgamento que se dava em Jerusalém. A análise intelectualizada de Arendt, que posteriormente se tornou um livro, foi inicialmente reportada em relatos distribuídos pela revista. Rapidamente, a noção de Arendt acerca dessa “banalização do mal” causou controvérsias em todos os setores israelitas e americanos que lidavam com uma espécie de tentativa de reconstrução pós-guerra. Arendt foi inclusive considerada anti-semita, embora ela mesma tivesse nascido em uma rica família judia da cidade de Hannover. De toda sorte, é perceptível que o alcance da compreensão de Arendt sobre o mal sequer seria possível sem o jornalismo. A gênese do jornalismo moderno, dessa necessidade de se tornar o pano de fundo das decisões sociais, de legitimar o estatuto moral dos valores sociais, está inteiramente conectado à ampla repercussão daquilo que Arendt escrevera e considerara como o mal. Afinal, a representação jornalística do suposto demônio que fora Eichmann (e também do mal que havia causado), não correspondera em absoluto à noção sofisticada e intelectualizada de Arendt. Mesmo os leitores sentiram-se atacados. Suas noções sobre o mal haviam ruído graças ao papel – extremamente controverso no caso em questão – do jornalismo. Até então, o jornalismo havia ajudado a identificar as mazelas e os males associados ao terror nazista, porém, simultaneamente com Arendt, o jornal havia “embaralhado” essa concepção do negativo, do ruim, do indesejável, da violência e do mal. Se o ponto de apoio do jornal era a cobertura dos aspectos ruins e negativos, como retratar agora o autor de todo aquele mal enquanto um personagem boçal e estúpido? Esperava-se de Arendt justamente a cobertura da coisa (da máquina) criada por Eichmann e do mal que dali emanava – desde a logística de eliminação dos judeus até a simples indiferença diante da vida humana. Todavia, Arendt não retratou o mal enquanto coisa, mas sim enquanto conceito. Não enveredar pela proposição da hipótese anterior – de que há uma necessidade tentadora da reprodução das notícias vestidas com a capa da tragédia e, portanto, do mal – fora inacreditavelmente frustrante. O *The New York Times*, quiçá o jornal mais importante do mundo, qualificou a cobertura de Arendt como “perturbadora”. Com efeito, era fácil compreender o quão assustador deveria ter sido tal proposição para a sociedade americana dos anos sessenta. Ao invés da imagem e do fato coisificado, as pessoas se depararam apenas com a teoria kantiana

retorcida de Eichmann e com o conceito de Arendt sobre o que o mal poderia significar. A ação travestida de fato “coisificado” (exercida por um autor consciente, no sentido em que desejasse e planejasse fazer o que fez) nunca apareceu.

O episódio Eichmann ajuda a compreender o quão estimado e necessário é este conceito de mal para as representações humanas. O conceito deve existir dentro do fato. Essa proposição também auxilia no entendimento da magnitude do mal dentro dos trabalhos jornalísticos. A cobertura jornalística precisa dessa motivação inicial, de uma separação entre o entendimento de mal e bem previamente à escrita e à divulgação dos fatos. A “coisa” precisa existir para que nos seja possível julgá-la – e é do teor jornalístico essa busca, essa descrição e localização do mal travestido de “coisa”, nem que isso signifique, assim como proposto por Arendt, a escolha por um espaço institucionalizado ou por alguém que encarne o mal. Há de se ressaltar, nesse sentido, que a história do jornalismo não dependeria dos males típicos de sua época, de uma historicidade do mal, de uma estrutura prévia, mas sim dos jornalistas como atores sociais que vêm praticando uma banalidade do mal na elaboração do fazer noticioso ao longo de todos esses anos.

c. O que não é (a) notícia?

As histórias escritas por Stephen Glass no *The New Republic* eram muito interessantes. Furos incríveis, pontos grandes de inflexão na narrativa, além de inúmeros outros recursos que estimulavam o leitor a prosseguir até o final da história – sempre em suspense. Seus artigos eram tão bons que, não à toa, Glass galgou posições na hierarquia da empresa muito rapidamente – tudo estaria muito bem e de acordo com a produção de um talentoso jornalista se não fosse por um único detalhe: as histórias e reportagens de Glass eram completamente falsas^{65 66}, obra da mais pura ficção. Curiosamente, o caso de Glass não foi um embaraço isolado. Cinco anos após o criterioso exame das notícias e reportagens publicadas na *The New Republic*, uma nova empresa jornalística americana caía em desgraça. Depois de uma minuciosa análise do que de início considerou-se como uma pequena contradição, descobriu-se que Jayson Blair, repórter e distinto editor no *The New York Times*, havia cunhado e produzido uma ampla quantidade de notícias falsas – que à exceção do fato de que as histórias por ele narradas pouco tinham a ver com a ocorrência real dos acontecimentos, em muito se assemelhavam com a forma de uma notícia real⁶⁷. Desnecessário dizer que, desde então, ambas as publicações sofreram abalos profundos de credibilidade. Basta que uma polêmica (uma controvérsia) venha à tona para que tanto a *The New Republic* quanto o *The New York Times* sejam acusados de promover um falso jornalismo e publicar quantidades cavalares de “fake-news”.

Mais surpreendente ainda é notar que não foram dois episódios isolados na indústria do jornalismo. Até hoje são debatidas uma centena de graves acusações contra outros jornalistas, tais como Mitch Albom (hoje autor best-seller e que antigamente escrevia para o *Detroit Free Press*), Janet Cooke (que devolveu o prêmio Pulitzer ainda enquanto trabalhava no *The Washington Post*), Jack Kelley

⁶⁵ Observar o perfil cunhado acerca do jornalista no artigo emblemático do periódico inglês *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2004/may/10/pressandpublishing.film>. A rede americana CBS também fez um perfil do jornalista, no qual conta detalhadamente as suas “desventuras” – disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/stephen-glass-i-lied-for-esteem-07-05-2003/>. Curioso notar que a revista *The New Republic* pouco fala a respeito do episódio.

⁶⁶ Um filme também foi rodado em 2003 a respeito do episódio. Neste caso buscar a película “*Shattered Glass*”, traduzida para o português como “O preço de uma verdade”.

⁶⁷ Fato foi amplamente noticiado no jornalismo anglo-saxão. Para mais, ver a análise do *The Guardian* no seguinte link: <https://www.theguardian.com/world/2004/mar/06/usa.pressandpublishing> e também na rede americana CCN em: <http://edition.cnn.com/2003/US/Northeast/05/10/ny.times.reporter/>.

(que publicou notícias falsas no *USA Today*), e mais recentemente Brian Williams (âncora da *MSNBC* que mentiu sobre o seu papel na cobertura jornalística no decorrer da Guerra do Iraque). Esses foram talvez os casos mais emblemáticos – citando apenas os episódios ocorridos nos Estados Unidos. Ademais, se fizéssemos uma compilação em outros países, seria factível pensar ainda que a lista de casos mal explicados fosse muito maior. Mas todo esse debate pode engendrar uma pergunta, cuja resposta seria de grande auxílio a qualquer estudo jornalístico. Se já nos é complicado em demasia responder detalhadamente o que é notícia, pois que não há consenso na área, mais fácil seria almejar um questionamento sincero acerca do que não é (a) notícia.

O primeiro a se debruçar sobre o assunto com algo semelhante em mente foi o jornalista Walter Lippmann. Segundo a reflexão de Zask (2008, p. 179), Lippmann deixou bem claro que a notícia “e a verdade não são a mesma coisa e devem ser claramente diferenciadas” (2008, p. 179). Lippmann compreendia muito bem que na apuração da notícia, muitos seriam os apuros práticos, teóricos e técnicos. Mas o fator de maior preponderância, e também de maior preocupação para Lippmann, era a limitação da compreensão de mundo que cada jornalista carregava consigo já que, para ele, pessoas diferentes possuem interpretações diferentes acerca de uma mesma realidade. Lippmann não via uma estrutura cognitiva em comum no fundo de apuração da realidade entre os jornalistas. Antes de qualquer limitação prática, tal como a limitação mercadológica, ou a reprodução mecânica das fontes e dos entrevistados, seria a limitação teórica o que mais afligia o jornalista americano – escrever com honestidade, sobretudo para si próprio, seria uma suma obrigação a fim de depurar o fato da maneira mais próxima à realidade possível. É por essas e outras que, portanto, a notícia jamais poderia ser vista como a verdade absoluta, e muito menos entendida como algo produzido a partir de um pano de vista em comum entre os próprios jornalistas.

Mais provocante ainda seria a utilização do pensamento do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein a fim de descobrirmos o que não é (a) notícia. Tal como vimos até aqui, o autor do *Tractatus* apresenta uma sonora diferenciação entre os fatos e as coisas. Logo no início de sua obra faz uma afirmação surpreendente – no mínimo polêmica, a de que “o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas” (1993, p. 135, § 1.11). Chega mesmo a ser difícil aceitar que os fatos sejam tudo o que há (a

despeito das construções humanas e históricas), na medida em que as coisas sejam negligenciadas (ainda que estas estivessem aí antes de nós). Porém, se considerarmos bem a fundo, esta análise faz bastante sentido para o jornalismo – a despeito de nós, os fatos estão aí, eles existem, eles serão, eles ocorrerão mesmo se assim não o desejarmos; por outro lado, as coisas são utilizadas na medida em que delas precisamos. As coisas decorrem da vida e não é a vida que decorre das coisas. E a partir daí, com esse pano de fundo em mente, podemos supor algo no mínimo curioso: a notícia não aplaca a sua função original de informar sobre o fato, pelo contrário, a notícia serviria para criar uma valoração sobre o fato. A notícia não é o fato, e muito menos a representação do fato, a notícia é uma coisa, uma “objetificação” da informação. O jornalista Leão Serva (2001) explica o processo de maneira mais clara:

Fatos (...) devem ser esquecidos, o acompanhamento do desenrolar de uma história é descontinuado para que o desfecho seja novamente tão surpreendente quanto o fato gerador. Esses processos desinformantes são essenciais ao trabalho jornalístico. Omissão, sonegação, submissão, deformação, saturação, neutralização e redução são consequências do processo de edição que, embora “naturais”, invertem a vocação expressa do jornalismo: a missão de informar. (SERVA, 2001, pp. 123 – 124)

Com isto em mente, torna-se mais simples a compreensão do porquê de as notícias falsas, em contrapartida, serem tão facilmente produzidas. Assim, o que separaria uma notícia “real” de uma notícia “falsa” seria o seu grau de afastamento da realidade, uma vez que nenhuma delas é o real absoluto, transformando-se tão apenas em uma valoração. Decerto que há uma enorme diferença entre observar um fato que se constitua no acidente de uma senhora e assim narrá-lo em termos de um terrível acidente, ou então informar ao público de que a senhora escapou do incidente sem nenhum arranhão. É fácil, nestes termos, dizer o que é supostamente o “real” e o que é supostamente “falso”. Por outro lado, ao pensarmos nos fatos, naqueles singularmente mais complexos, os de difícil explicação, ou então nos fenômenos mais polarizados, mais difícil ainda é interpretá-los à luz da razão – sobram valores, faltam apurações reais. Para tanto, os exemplos são inúmeros. A política brasileira atual é um grande caso de estudo – ao pensarmos na destituição de Dilma Rousseff, por exemplo, ver-se-á que na medida em que alguns afirmam e noticiam este fato como normal à vista da Constituição, outros tantos se escandalizam com o ocorrido e o noticiam como um verdadeiro absurdo. Ora, quem

está com a razão? Neste caso, o que é notícia e o que não é notícia de verdade? Pior ainda: é possível que ambas as representações estejam corretas ou incorretas? Pensar unicamente no fato, e despi-lo das paixões ou das conclusões, é mais difícil do que pode parecer a priori. É Marconi que o explica de uma maneira muito sintetizada (1997) ao voltar à análise de Lippmann:

Finalizando seu estudo, Lippmann diz não existir padrões objetivos e sim convenções. E o que interessa é provocar os sentimentos do leitor para que ele se identifique com a história. “A notícia que não oferece ao leitor a oportunidade de entrar na luta que ela descreve não pode interessar a um grande público”⁶⁸. Esta conclusão do autor deixa claro que ele não percebeu que a emoção pretendida só é possível afastando-se o mais longe que se possa da realidade. (DA SILVA, 1997, pp. 23 – 24, grifo nosso)

A notícia, por esse viés, tampouco é o relato desinteressado e desapassionado da razão, muito menos a análise prática do fato tal como ele deve ser descrito. A notícia não é e nem pode ser o simulacro da razão. Marcondes Filho (1989, p.14) resume bem o imbróglio, quando diz que a dialética da notícia “representa, no que se refere à produção medial, o jogo com as emoções, que se faz na cultura, no confronto político-partidário e eleitoral, nas disputas ideológicas”.

É por isto que a simples análise dos fatos se torna um desafio hercúleo – é difícil narrar os acontecimentos simplesmente à luz da razão. Por este ângulo, faz-se necessário uma referência ao pensamento do filósofo britânico Alfred Jules Ayer. Para Ayer, tornava-se imperativo a distinção entre a discussão daquilo que é plausível de uma análise racional em contrapartida ao que é impossível de se compreender (a exemplo da construção valorativa) – portanto, qualquer obra que se remeta ao sentimento, aos valores, é falha por si só, pois que se torna impossível medir os afetos ou compreender, em sua particularidade e individualidade, a extensão das emoções pessoais. A grosso modo, pode-se resumir tal vertente de análise como uma discussão entre “alhos e bugalhos”, isto é, duas esferas (a racionalidade e os valores) que são “obrigados” a conviver e a discutir em conjunto, em uma mesma “dialética noticiosa”, ainda que vivam em categorias diferentes. Nigel Warburton (2014), acerca da teoria de Ayer, explica:

⁶⁸ Citação (entre aspas) que o autor retira da obra de Charles Steinberg – *Meios de Comunicação de Massa* de 1972.

Compare com a frase “meu quarto está cheio de anjos invisíveis que não deixam rastros”. Isso também não é verdadeiro por definição. Mas é empiricamente verificável? Parece que não. Não há maneira imaginável de detectar esses anjos invisíveis se eles não deixarem rastros. Não podemos tocá-los ou cheirá-los. Eles não deixam pegadas, não fazem barulho. Por isso, a frase é um contrassenso, mesmo que pareça fazer sentido. É uma frase gramaticalmente correta; porém, como declaração sobre o mundo, não é verdadeira, nem falsa, é sem sentido. (WARBURTON, 2014, p. 209)

Portanto, de nada adianta debater, destacar ou reiterar as particularidades que apenas cada um pode descrever com precisão⁶⁹. A tarefa da notícia é um exercício incompleto que, ao se pautar pelo vínculo valorativo ou sentimental, ao tentar mesmo estabelecer um “rapport” entre o jornalista e o seu interlocutor, carece de fundamento. A subjetividade alheia não deveria caber no exercício da notícia. Desse modo, a notícia também não deveria se tornar um diálogo interativo entre as emoções e o racional – isto fatalmente nos levaria para muito além da realidade estipulada; seria como noticiar, infinitamente, não os fatos, mas sim os contrassensos. No jogo com as emoções, alguma delas haverá de prevalecer. Tal como Warburton (2014) relata a partir do esquema de Ayer, a razão tenderia a ser sobrepujada por algo que extravasa o racional, a descrição meramente lógica ou factual das ocorrências. Se aplicarmos essa constatação à notícia, veremos o quão despojada de sentido ela então se torna caso o vínculo valorativo se estabeleça. Nesse ângulo, aquele que faz o melhor uso possível dos afetos tende a “difundir” com mais segurança as ideias ou sentidos que carrega consigo – em partes, pode-se mesmo afirmar que exista um “feitiço da linguagem”.

A notícia, ademais, não seria então uma estrutura narrativa que está livre da “tirania” da linguagem; em certa maneira ela se fundamenta no limite da lógica da linguagem. É o que podemos ver quando Wittgenstein faz a seguinte afirmação: “os limites da linguagem são os limites do meu mundo” (1993, p. 245, § 5.6); e, mais adiante, “que o mundo seja meu mundo, é o que se mostra nisso: os limites da linguagem (linguagem que, só ela, eu entendo) significam os limites de meu mundo” (1993, p.245, § 5.62). Neste sentido, a notícia tampouco é universalista no mais amplo aspecto, a estrutura do *lead* seria meramente psicológica e não epistemológica; ela mais se remete à visão de mundo de quem a escreveu – e assim retornamos ao primeiro raciocínio desse capítulo, estipulado por Lippmann; se quem

⁶⁹ Aqui se pode mesmo resgatar o famoso verso do cantor Caetano Veloso instituído na canção “Dom de Iludir”. Diz o cantor que: “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”.

escreveu a notícia estaria preparado para compreender as implicações do fato que esta (a notícia) relata, e pior, se haveria tempo para ponderar sobre o que se narrou ou escreveu.

No entanto, se embarcarmos por esta via, considerando que não há estrutura epistemológica subjacente à notícia, que a notícia é um mero valor conceitual arbitrário, podemos incorrer em uma falácia: afirmar então, de maneira radical, que a notícia não diz absolutamente nada ou coisa nenhuma. É óbvio que ao lermos uma notícia de jornal sabemos que somos remetidos a algum assunto, de maneira que esta constatação possa nos ser útil (ou não) – escolhemos o fato acerca do qual nos desejamos inteirar com base em uma preferência individual; ninguém pode repreender o leitor por virar a página quando há, na outra folha, uma notícia que lhe chame mais a atenção. Todavia, é necessário ter cuidado. Assim, sob tal égide, a notícia tampouco seria um método narrativo plural, uma vez que ela seguiria as rédeas da necessidade e da subjetividade momentâneas – talvez uma espécie de reducionismo, por vezes uma fragmentação de uma explicação que, por si só, tomaria páginas e páginas. Todavia, se a matéria-prima da notícia – o fato – é por vezes reduzida ao sabor do momento, ou ao senso comum, haveria alguma maneira de aprimorar o conteúdo jornalístico a fim de que ele sobreviva ao crivo das provas, das hipóteses e do ceticismo? Para os mais variados pesquisadores, isto seria possível se, e apenas se, o jornalismo se tornasse um processo mais científico, ainda que, para tantos outros, o jornalismo já esteja próximo da alçada científica. Por outro lado, pode-se mesmo questionar se não seria de uma tremenda ingenuidade acreditar que o jornalismo possa ser elevado à esfera das ciências mais consolidadas. Portanto, nessa segunda hipótese, seria necessário afirmar de maneira sonora que a notícia não seria uma construção científica e que tampouco carrega consigo qualquer espécie de epistemologia⁷⁰. Pode-se mesmo dizer que a notícia não acarrete em nenhum conhecimento – conhecimento entendido aqui como resultante prática estritamente científica. A notícia não nos deixaria conhecer algo a fundo, ela nos deixa ficar sabendo superficialmente sobre algo. Esse “conhecimento de” e o “saber sobre” é uma temática a respeito da qual a filosofia

⁷⁰ Esse é basicamente uma das críticas de Muniz Sodré a tal concepção (a de epistemologia da notícia) em seu livro “A narração do fato” (2009).

vem se debruçando anos a fio, sobretudo no contemporâneo⁷¹. Não cabe simplesmente à notícia a resolução desse imbróglio.

Tomando isto por verdadeiro, pode-se mesmo considerar que o efeito noticioso é muito menos efetivo e informativo do que se pensava anteriormente. No entanto, a notícia pode oferecer a si mesma, automaticamente, um álibi que se torna um possível alívio teórico (o ponto que endossamos aqui) – a investigação. Se por um lado a notícia não é passível de cientificidade, como explicam os críticos de que em certos momentos ela em muito pode se aproximar de uma experimentação científica? Os casos mais emblemáticos em que o jornalismo contribuiu para uma possível elucidação das “charadas sociais” são um grande exemplo disso. O jornalismo investigativo poderia aproximar o jornal para uma potencial espécie de conhecimento por esse viés; isso se dá quando certezas são demolidas e novas hipóteses são confirmadas. O caso Watergate, seguindo por essa linha de raciocínio, foi emblemático. Vejamos a seguir.

Nixon, em certa maneira desesperado, decidiu “patrocinar” uma série de operações a fim de sabotar e gravar as conversas e decisões do partido democrata americano, todavia, o tiro “saiu pela culatra”. Foi a mídia e o respectivo noticiário que “desencravaram” uma série de fatos no mínimo embaraçosos para o então presidente norte-americano. Sobre o método utilizado na apuração da notícia, relatam Bernstein e Woodward (1976, p.44) que “costumavam ficar na redação até tarde da noite, confrontando informações, lendo recortes, programando os próximos passos, discutindo hipóteses”, contaram, ademais, com um método todo especial, inventado e catapultado pelo então editor do Washington Post, Barry Sussman que os ajudou sobremaneira:

No âmago, Sussman era um teórico (...). Cultivava um método socrático, bombardeando os repórteres com perguntas em rápida sucessão: **Quem** saiu do Departamento de Comércio para o CRP junto com Stans? **O que** sabem da secretária de Mitchell? **Por que** ninguém informa quando Liddy foi para a Casa Branca, e com quem trabalhava lá? Mitchell e Stans, juntos, controlavam o orçamento do Comitê, certo? **O que** isto significa para vocês? (...) Sua teoria para o caso Watergate, que Bernstein e Woodward não conseguiam entender claramente, tinha algo a ver com determinismo histórico,

⁷¹ Tanto Bertrand Russell e seu sistema lógico, quanto William James e o seu pragmatismo, se debruçaram a respeito de uma definição para esta constatação – é a diferença entre “Acquaintance With” e “Knowledge About”.

ética americana de pós-guerra, mercantilismo e Richard Nixon.
(BERNSTEIN & WOODWARD, 1976, pp. 44 – 45, grifo nosso)

Ora, o relato de Bernstein e Woodward é revelador – eles tinham um método, confrontavam hipóteses, coletavam informações e traçavam perguntas-problemas. Embora isso seja muito semelhante ao que se realizam nas ciências tradicionais, ambos afirmam que, enquanto jornalistas, possuíam dificuldade para entender claramente uma teoria que apenas o editor, de natureza mais teórica e menos prática, conseguia conceber. Não seria isto uma representação muito interessante do caso jornalístico – um campo disciplinar que tateia entre uma prática própria e uma teoria mal definida? Melhor ainda, vejamos como esse caso parece endossar a tese aqui proposta: a de que a notícia carrega consigo uma epistemologia subjacente. O método do editor nada mais era do que uma adaptação das mesmas perguntas que o *lead* tenciona responder – a estrutura Q + Q + Q + O + C + P. Curioso notar que, ao longo do livro todo, nem Bernstein e Woodward percebiam que perseguem uma resposta a esta estrutura cognitiva o tempo todo.

Nesse sentido, parece que nos contradizemos: ora se a notícia é fruto de um lado emocional aflorado, um vínculo de afetos baseado no conhecimento, uma valoração indescritível, como pode apresentar um método para pesquisa? Apenas essa pequena percepção já nos coloca em apuros se tomarmos ao pé da letra a segunda hipótese: caímos em uma redução ao absurdo. A redação da notícia não se reduz a uma valoração sentimental, ela nos remete a uma busca cognitiva central e real para dar sentido ao mundo.

Pensar o jornalismo como ciência talvez nos ajudasse a compreender mais adequadamente como podemos abordar uma teoria do conhecimento que se aplique melhor aos jornais e que explique, portanto, a criação das notícias.

d. Jornalismo e sua ciência particular

O paradigma científico parece haver se modificado tremendamente a partir do século XIX, sobretudo após os avanços feitos em áreas como física e matemática, campos estes nos quais, admitindo a visão de Peirce⁷², temos conclusões necessárias sobre objetos hipotéticos. Desde então, desde essa época, ciência deixou de ser considerada como conhecimento necessário e universal (a típica representação do paradigma clássico de ciência), adotando em seguida a missão de descrever regularidades entre fenômenos, sendo, em última instância, uma atividade preditiva. Assim, não estranha a afirmação de que o objetivo da ciência moderna é a afirmação de leis – estabelecer regularidades e constância no universo entre fenômenos. Toda lei formula uma relação constante entre fenômenos – que se ocorre A então B⁷³. O objetivo da ciência deixa de ser o de dar conta da necessidade racional do universo; elimina-se definitivamente a ideia de que a ciência é explicativa. A ciência já não deve explicar nada, sua função será agora a descrição de como funciona de fato o universo – ainda que às vezes isso resulte em uma descrição matemática do panorama abordado. Não sabemos por que são estas as leis que temos hoje, as leis que por enquanto são as leis últimas do universo, não temos como compreender a última razão, meramente nos limitamos a descrevê-las em uma forma (notação) funcional⁷⁴. Essa, curiosamente, é a ideia positivista de ciência, que se opõe à ideia clássica de ciência. Pela ideia clássica é necessário à ciência a função explicativa; segundo a ideia positivista não é essencial a esta a pretensão explicativa, funcionando esta como mera descrição. E por ser mera descrição, podem-se eliminar dentro desta ciência todos os resquícios metafísicos desnecessários – introduzidos para cumprir com uma ideia explicativa. O positivismo realiza uma “faxina ontológica” dentro da própria física, por exemplo. À física restam os conceitos empiricamente fundamentados, tudo o que excede essa fundamentação e que cumpria como função explicativa na ciência anterior deve ser

⁷² Inúmeros são os textos de Peirce sobre as classificações da ciência, dentre os quais destacamos “A detailed classification of the Sciences”.

⁷³ A assim chamada “lei de Hempel-Oppenheim”: para todo x , se ϕx , então $\psi x = (x) (\phi x \rightarrow \psi x)$. Para um exemplo de como isso funciona, podemos citar a lei de Boyle-Mariotte, na qual a pressão absoluta e o volume de uma certa quantidade de gás confinado são inversamente proporcionais se a temperatura permanece constante. Tal lei (descrição da regularidade entre os fenômenos) obedece exatamente a essa estrutura logicamente descrita acima.

⁷⁴ Essa é a definição positiva de ciência que termina por se sobrepor. Peirce, a sua vez, não concordava inteiramente com isso. Acreditava que não se podia eliminar a metafísica inteiramente do escopo científico. Veremos na Parte 4 da presente dissertação.

eliminado. Esta ideia positivista de ciência é a que termina triunfando e orientando o desenvolvimento da ciência até hoje (embora com certas modulações peculiares). O positivismo ainda acreditava na ciência firmemente fundamentada na experiência, ainda acreditava em um conhecimento empírico puro. O que se passa, no entanto, ao longo do desenvolvimento do positivismo, será o abandono dessa concepção ingênua (isto se modifica a partir de descobertas científicas “explosivas”, ex.: a superação da geometria euclidiana, a adoção de outros paradigmas físicos, etc). Isso resulta no fato de que toda ciência – se deseja receber tal alcunha, a de conhecimento científico – irá requerer uma fundamentação de ciência autônoma. Isso implica em atribuí-la uma espécie de método e objeto⁷⁵. Mas ora, eis aqui o limite do jornalismo: se desejamos imputá-lo uma sorte de caracterização científica, qual seria exatamente o seu objeto? Indo além: qual é exatamente o seu método?

Em todo caso, uma coisa é certa: no atual panorama, é impossível que o jornalismo seja ciência, sobretudo devido ao seu *modus operandi*, à sua prática de mercado. Rocha (2008) advoga justamente a tese de que se queremos entender o conceito de “cientifização” do campo, precisamos, antes de tudo, enveredar por uma sorte de análise do conceito de profissionalização da atividade. Em certa medida, concordamos com ela – a prática também conforma muito da ciência envolvida em jogo. O problema é que, especificamente no caso do jornalismo, “o reconhecimento do profissional jornalista não está associado ao domínio do conhecimento e à academia e, sim, à atuação desse profissional na mídia” (ROCHA, 2008, p. 4). O jornalista não é como o matemático, o físico, o médico, e assim por diante. Estes últimos se legitimam a partir do conhecimento adquirido; os primeiros, os jornalistas, são reconhecidos por sua “práxis”, por aquilo que Rocha (2008) chama de “expertise”. É nesse sentido que Traquina (2005), por exemplo, recusa-se a ver no praticante do jornalismo alguém que possua um conhecimento específico; para ele, o jornalista resume-se no praticante desta atividade – é “uma comunidade interpretativa transnacional”, para utilizar o termo do próprio pesquisador. Não é este, porém, a nosso ver, o grande empecilho do jornalista. Decerto que a falta de uma formação específica muito contribui para o problema no campo, porém, o grande dilema aqui é a falta de tempo para sopesar as hipóteses, medir as estatísticas, e proceder ao modo que a ciência requer. A ciência exige tempo,

⁷⁵ Devo a totalidade dessa argumentação às aulas e palestras do professor doutor Mario Ariel Gonzalez Porta.

demanda verificação, experimentação repetitiva para confirmação dos fenômenos. O jornalismo, contudo, é feito “para ontem”. A própria natureza mercadológica da atividade a impede de florescer em ciência e isso tampouco ocorrerá em um futuro próximo. Mas supondo que pudéssemos transpor esta barreira real, mesmo assim podemos nos perguntar: qual é a especificidade do jornalismo? O que apenas o jornalismo pode fazer – e como pode fazê-lo – de modo que nenhuma outra ciência então possa enveredar pelo mesmo objeto? O que é peculiar ao jornalismo?

A nosso ver, em nossa hipótese, advogamos aqui a tese de que o jornalismo poderia, sim, ser uma ciência, pois que apenas o jornalismo tem no seu âmago o intuito de resgatar, de demonstrar, de trazer à tona, de fazer emergir os fatos cotidianos mais importantes para fazer face às dificuldades impostas pela realidade. O jornalismo é uma ferramenta de ação, um instrumental que possibilita a transformação da conduta, que é capaz de selecionar o que se precisa “ficar sabendo” especificamente. Aliás, poderia ser exatamente esta a função do jornalismo como ciência: selecionar os fatos, demonstrar, indicar, assinalar, tudo aquilo que precisamos “ficar sabendo” sobre. Se tivéssemos algo do gênero, uma seleção específica de fatos talhados à nossa necessidade, fatos transformados em notícias que nos fossem oferecidas todas as manhãs, nossa potencialidade de conduta e de ação no mundo seria amplificada de uma maneira completamente *sui generis*. Assim, o jornalismo poderia ser entendido como uma possível “ciência que estuda o processo de transmissão oportuna de informações da atualidade, através de veículos de difusão coletiva” (MELO, 1998, p. 74). Não é sem razão que também Robert Park, já citado em seções anteriores da dissertação, acreditasse que o jornalismo possuiria uma forma de conhecimento específico da realidade por meio de uma abordagem similar às abordagens utilizadas pelas ciências clássicas (PARK, 1940). Isto é, também possuiria o jornalismo um objetivo todo peculiar na sua feitura. Assim, não se resume o jornalismo apenas em seu caráter mercadológico. O jornalismo seria uma necessidade epistemológica, tentando dar cabo de uma função específica na sociedade, aquilo que Groth (2011) definiu uma vez como sendo o diálogo da sociedade e dos indivíduos desta a respeito das perguntas e dos fatos propícios ao seu tempo. Em resumo, trata-se aqui da pergunta sobre o que se deve “ficar sabendo” a respeito. É nesse sentido que anuímos completamente à hipótese

de Melo (1998), a de que o jornalismo trata-se de um processo de transmissão oportuna de dados, informações, notícias atuais.

Essa configuração, essa compreensão, é paradigmática se formos ao pensamento de Meditsch (2002), que consente no aspecto de que o jornalismo possua uma especificidade no que tange o resgate dos fatos que devem emergir como forma do conhecimento e da observação oportuna do cotidiano – ao conhecimento da realidade por meio da informação, da separação, da seleção de tudo aquilo que devemos “ficar sabendo” sobre. Porém, Meditsch recusa a alcunha “científica” ao jornalismo por duas razões principais: a primeira delas, pelo fato de o jornalismo não observar um método científico e, no segundo caso, pela razão de que o jornalismo não explica a realidade que se propõe a revelar. Em resumo, para ele, o jornalismo não tem método e tampouco explica alguma coisa; é uma instância que tem como primazia a seleção de fatos oportunos (o que se deve saber a respeito no cotidiano e na atualidade), indicando, sinalizando, traços da realidade que não cabem na metodologia de outras ciências. Assim, o jornalismo seria um entreposto entre conhecimento científico e um conhecimento de trato direto⁷⁶, fazendo observar uma espécie curiosa de conhecimento que não se compara aos demais já estabelecidos na academia. Mesmo assim, devido sua importância social, o jornalismo ainda assim deveria continuar como foco de estudos na academia.

O imbróglio todo reside, em nossa interpretação, devido ao fato de que os teóricos do jornalismo ainda “derrapam” em demasia na compreensão do significado do termo “ciência” no século XXI – e isso pode ser quiçá uma falha dos cursos de comunicação. Em todo caso, sobretudo na menção que fazemos a Meditsch, fica patente que ele enxerga o significado de ciência como o conteúdo universal e necessário (a partir do prisma clássico da concepção de ciência), como se justamente o jornalismo também precisasse descrever um conhecimento inédito, explicar a realidade partindo dos mesmos pressupostos utilizados na antiguidade. Mas vejamos: partindo de nossa definição, a ciência descreve, é preditiva, mas não explica (e é importante ressaltar este ponto com acuidade). Apenas um exemplo: pensemos no caso da constante de gravitação terrestre. Ora, sabemos a que velocidade os corpos caem, mas sabemos o motivo (a razão) de se atraírem? Por

⁷⁶ Esse conhecimento de trato direto de Meditsch não é nenhuma alusão ao que filósofos como Bertrand Russell entendem pela mesma denominação.

qual motivo não podem ficar onde estão? Para tanto, Newton fez uso da hipótese da existência de uma força. Hoje sabemos como a força age, mas será que sabemos o que a força é? A ciência nos dá o poder preditivo, mas não nos fornece as razões das realizações (das ocorrências) entre os fenômenos. Outro exemplo são as mais diversas constantes que encontramos na natureza: sabemos como obter o número “pi” (π), a sequência de Fibonacci, e assim por diante. Podemos descrevê-las com acuidade preditiva cada vez maior, no entanto é mister perguntar: ora, o que garante a validade e a existência destas constantes? A ciência explica o que é a constante-em-si? Decerto que não, a ciência não fala sobre o motivo da existência da constante. A ciência descreve, mas não explica a respeito da constante. Quanto a isso, nesse sentido, o jornalismo está vindicado: sua missão é reportar, trazer à tona, descrever. Os jornais descrevem o fato, não o explicam. O fato é que de um jeito ou de outro, estamos tão acostumados ao paradigma clássico científico que não nos questionamos acerca dos pressupostos do paradigma atual. Tampouco percebemos como a ciência se modificou devido ao seu grau de especificidade e abstração cada vez maiores – cada vez mais a ciência se distancia da percepção comum que fazemos do mundo.

Em sequência, temos outro problema de igual envergadura que ainda não atacamos: qual é o seu método, o método do jornalismo propriamente dito? Para nós, a resposta mais uma vez se encontra no *lead*. O método do jornalismo deveria ser este: aceitar a estrutura da notícia (o Q + Q + Q + O + C + P), pois, como vimos até aqui, trata-se de uma estrutura epistemológica, de natureza cognitiva, a única (ou a melhor versão) de uma possível descrição que nos permite dar cabo da melhor maneira possível dos dados da experiência sensível a fim de erigirmos uma informação minimamente sofisticada e compreensível. Lembremo-nos de que em nossa proposição, exigimos que a estrutura do *lead* é a estrutura mínima para o estabelecimento de um conhecimento minimamente possível. De modo que seria esta então a missão do jornalismo pensado em termos científicos: estudar e analisar o processo de transmissão oportuna de informações da atualidade por meio das categorias cognitivas do *lead*; isto é, o jornalismo poderia identificar tudo aquilo sobre o qual devemos “ficar sabendo sobre” (o que precisamos saber mais imediatamente possível a fim de enfrentar os dados da realidade), depurando tal informação por meio de categorias (não outra coisa que não fossem as categorias

do *lead*), proporcionando-nos uma compreensão dos processos da realidade de modo minimamente sofisticado, permitindo-nos então uma manutenção ou a transformação da nossa disposição para agir. Eis aqui no que se configuraria o papel do jornalismo observado a partir do ponto de vista científico. Nosso jornalismo teria então objeto, método e uma epistemologia que lhe seria completamente inerente, cabendo aos futuros praticantes da atividade o desenvolvimento e o aprimoramento tanto na captura dos fatos importantes, além do refino da informação de modo que esta alcançasse uma potencialidade cada vez mais efetiva – transmitindo mais informação (o maior número de dados possíveis) a um custo intelectual cada vez menor.

Esta possibilidade é uma alternativa ao sistema jornalístico atual. Isto requer, antes ainda, uma total reformulação no conceito de como se deve estudá-lo, de que sua teoria deveria preceder a sua prática. De outro modo, o panorama atual dos estudos ficará reduzido anos a fio ao cenário que Rocha (2008, p. 5) nos descreve com acuidade, pois que atualmente “o jornalismo é [meramente] uma forma de conhecimento com base na indústria moderna”, mas é mister observar que “também faz parte da relação entre indivíduo e gênero humano e assim pode estar presente em qualquer sociedade futura, independente de seu modo de produção” (2008, p.5). Adicionamos ainda que este (o jornalismo) irá apresentar sempre as estruturas já observadas, sobretudo a explícita necessidade de lidar com o problema do mal por meio das categorias do *lead*.

“Se o mundo está realmente ficando pior ou não, a natureza da notícia nos irá convencer disto”

Steven Pinker, (Artigo de opinião no *The Guardian*)

UM RESUMO DOS POSSÍVEIS RESULTADOS

Um arrazoado de hipóteses

1a. O mal, a comunicação e os seus “problemas”

Aqui podemos nos ver diante de um impasse: não podemos definir exatamente o que seja o mal, embora saibamos, na prática, o que este pode representar. Como já se foi repetido à exaustão até aqui, definimos por mal aquilo que se deseja evitar ou que não queremos que ocorra conosco (fome, epidemias, massacre) – todos esses termos são exemplos práticos do mal. Enfim, a lista é grande e poderia seguir por mais tantas linhas a fio. Curioso, no entanto, é notar que o mal em tais casos deixa a esfera metafísica. Tal como vimos em Hannah Arendt, o mal para ser o mal precisa tornar-se tangenciável, fazer sentir-se não apenas como imagem mental, mas sim como algo de contornos práticos, a nos dominar os sentidos da experiência possível. Sabemos que algo é mal ao sofrermos uma ação, cujo resultado, ao menos em sua consciência, jamais desejaríamos repetir. Mas, logo em seguida, podemos nos perguntar: seria esta uma definição exata? Uma resposta quanto a isso, e cuja análise se torna interessante com base nos periódicos jornalísticos, é a prática do valor de inserção e uso de uma palavra em certo contexto. Palavras e termos adquirem significado apenas quando incluídas no meio de uma ação, apenas quando exemplificadas de maneira prática. Tudo quanto não cabe em tais termos está simplesmente além da compreensão humana. É por essas e outras que sabemos exatamente o que seja o mal, ainda que, de um jeito ou de outro, nos seja muito difícil definir o termo com exatidão.

A própria existência do jornalismo é algo que confirma a hipótese acima, a de que uma palavra só faz sentido quando e se está imbuída a partir do valor da ação (ou melhor ainda, em qual contexto de uso está inserida). Não é à toa que novamente aqui nos remetemos ao pensamento de Wittgenstein. Ao lermos determinado jornal, por exemplo, nós nos colocamos dentro da situação estipulada – ainda que por meio de imagens mentais, de representações. Ao lermos sobre a guerra na Síria, podemos imaginar a carnificina, a dor, a morte – nós nos colocamos dentro da natureza do lugar alheio (o que podemos considerar como uma excitação

mental, uma espécie de figura de linguagem capaz de nos emocionar). E esta é mesmo uma crítica ou questionamento que daí podemos extrair: jornais informam ou emocionam? Muito possivelmente os veículos de informação agem mesclando tanto a excitação das imagens mentais, que nos levam muito além do real (pois que só podemos questionar ou imaginar a respeito destes atos); ou então informam, com caráter de novidade, a fim de que saibamos de certas coisas previamente dadas pelo senso comum (exemplo: de que se a temperatura caiu, haverá frio; mas o fato torna-se notícia, pois que o indivíduo/leitor do jornal não sabia que naquele dia a temperatura haveria de cair e assim por diante – é o peso da novidade).

É dessa constatação feita acima que, curiosamente, e tal como o professor Marconi da Silva (1997) estipula, podemos e devemos nos questionar se ao lermos os jornais não nos alimentamos daquilo que podemos chamar de sombras. As sombras, no sentido estipulado pela filosofia analítica de Wittgenstein, são o que resta quando se torna impossível acessar a realidade postulada – quase no liame entre o místico e que podemos compreender. Marconi (1997), por exemplo, vê no leitor alguém acossado e ancorado nas sensações e não propriamente no caráter da novidade dos fatos noticiosos – novidade esta que, mais adiante, veremos exatamente o que é. E isso é um grande defeito do produto jornalístico. Se é possível sair mesmo desse imbróglio é uma pergunta necessária, ainda que, provavelmente, a resposta seja um não redundante. Nesse processo, as emoções e tudo aquilo que não é tangenciável podem turvar o processo do esclarecimento mental. Estranhamente, quando falamos do sentido exato de comunicação, nunca levamos em consideração de que esta esfera do caráter humano, o comunicar-se, nunca se verá livre de um embaraço limítrofe – o fato de que comunicar-se é coisa impossível sem a representação. Isso pode parecer óbvio a princípio, mas nunca se percebe de que ao utilizarmos os termos dos quais fazemos uso, não se há uma clareza absoluta, pois que cada termo, embora circunscrito a linhas gerais de significação, jamais terá uma representação e funcionalidade exata (e igual) para todos os indivíduos em comum acordo. Óbvio que não se deve duvidar de nossa capacidade humana de universal utilização dos termos – que uma pedra seja uma pedra no Japão e no Brasil, na Nigéria ou na Inglaterra, por exemplo, é coisa de que não se pode contestar – todavia, o uso pessoal dos termos é coisa inacessível. Linhas gerais de proposição estão razoavelmente e universalmente bem definidas.

No entanto, as múltiplas particularidades dos modos de expressão são completamente indetermináveis. Cada um faz um uso dos termos de modo que melhor supra as suas necessidades de comunicação. Ao lidarmos com o uso de termos mais abstratos, como no caso do mal, o dilema pode tornar-se ainda mais difícil. Daí que se necessitamos estabelecer um parâmetro razoável a fim de exorcizar as objeções que podemos traçar quanto ao uso conceitual de algum termo, melhor seria analisá-la em seu contexto – diante das suas regras de uso. Cada ocasião, portanto, remete-nos a uma sorte de sistema (ou jogo de linguagem tal como diria Wittgenstein). Os termos traçados e as ocasiões de uso de um termo só fariam sentido quando explicitadas no jogo. Tal como diria o filósofo austríaco:

Nosso erro é procurar uma explicação lá onde deveríamos ver os fatos como “fenômenos primitivos”. Isto é, onde deveríamos dizer: joga-se esse jogo de linguagem (1975, p. 171, § 654)⁷⁷

Dessa análise, podemos extrair duas hipóteses conflitantes: na primeira delas, o mal é o mal, pois que está investido de um caráter de exemplificação – no jogo, diante de determinada ação, tem-se facilmente o exemplo daquilo que se deseja e se postula evitar, a ação negativa. Ali as regras estão bem delimitadas, pois que a inflação será ruim, a doença também, a corrupção um mal aviltante, e assim por diante. Os exemplos das consequências estão dados pelo jornalismo; são transmitidos aos leitores. Em tais casos de linguagem, é possível entender claramente os problemas que surgem aqui e ali, são problemas; e problemas são os inúmeros males que devemos evitar (isto se, obviamente, formos capazes de evitá-los, pois que, muitas vezes, os problemas são e serão instâncias regulares do jogo). Se enveredarmos por essa análise, poderemos dizer que a epistemologia da notícia repousa no mal. O que é bom já nos foi dado como garantido, o certo é o panorama esperado. Apenas o negativo e a quebra de nossas expectativas merecem atenção. Muitas vezes somos incapazes de perceber que é na normalidade do cotidiano onde se repousam as coisas boas – o abraço do filho após o trabalho, a ida e o retorno às atividades do dia em plena segurança, o tempo gasto nos estudos, etc. Tudo isso é bom, mas a repetição dessas ações (a “normalização” do bem) nos garante uma sensação de que o bom deve ser algo fantástico, muito além daquilo que nos possa ser palatável de alguma maneira. É por essas e outras que, quando algo obviamente

⁷⁷ Segue-se que, para Wittgenstein, mesmo os sentimentos daí extraídos seriam uma interpretação com relação ao que nos fora proposto. Segundo ele: “Veja o jogo de linguagem como o primário! E os sentimentos, etc. como um modo de consideração, uma interpretação do jogo de linguagem!” (1975, p. 171, §656).

muito bom ocorre, o fato também será notícia – mas é necessário compreender que se trata de um bem não repetitivo, quiçá até fantástico, quando não algo raríssimo (exemplo: o prêmio da loteria, uma descoberta científica revolucionária, etc). Portanto, essa normalidade do bem (do retorno à casa, da visita aos filhos, dos estudos etc) não é e nem será notícia – já contamos com esse parecer da “normalidade boa” desde o início, do contrário a vida seria uma instância tão selvagem, tão pouco prática, que o mero fato de se estar vivo já seria uma aventura. A perda da certeza do cotidiano faria com que a mínima hipótese de civilização ruísse – é daí que Robert Park instaura a sua percepção da notícia como terapia dos sentidos⁷⁸, da notícia que nos conta mais acerca daquilo que ameaça nosso imanente coletivo e que, por isso mesmo, nos mantém presos e seguros ao nosso cotidiano, à nossa atualidade temporal.

Por outro lado, uma segunda hipótese acerca desse dilema comunicacional também seria muito plausível: a de que nenhuma causalidade está bem definida, não há causas determinadas, pois que as situações, de jogo a jogo, não se repetem – são frutos do acaso. Nesse sentido, complica-se tudo. Não há um mal universal; é mesmo questionável se há uma noção de mal bem definida, pois que este (o mal) será diverso, virá em diferentes formas, tamanhos, medidas. Em suma, o mal aqui não é universal, e o que não é universal é impossível de ser sistematizado. O nominalismo vence e daí por diante não se pode haver progresso confiável em nenhuma análise. Problema é que se o mal não é universal (guerras, conflitos, assassinatos, estupros etc), onde estaria a linha mestra a unir todas essas emanções? O fio transversal a conectar todas essas esferas? Ao apelarmos para a ética e a moral, definir algo dessa envergadura é impossível (a não ser que pudéssemos observar em um determinado jogo, em um determinado sistema, uma representação bem elucidativa da ética e da moral), daí em diante, sem essa noção, qualquer tentativa seria irresponsável. O mal de um poderá ser o bem de outro – tal como vimos anteriormente na obra de Todorov. A multicausalidade nos impede mesmo de asseverar a existência de um único e sumo bem. No entanto, há um elemento aqui que passou despercebido nas análises a respeito do acontecer noticioso – a disposição para agir.

⁷⁸ Que embora não seja o desejo do autor no original, acaba por nos remeter diretamente à noção de terapia filosófica instituída por Ludwig Wittgenstein.

A notícia é uma clara indicação a respeito de uma disposição para o agir⁷⁹. Ao se informar alguém a respeito de alguma coisa, assim se procede com base naquilo que, em tese, o jornalista transfigurado em “eu” gostaria de ficar sabendo. Se há uma guerra em determinado local, é necessário evitar tal lugar, não apenas isto como as motivações para aquele determinado estopim causal. A transmissão da informação noticiosa, em tal caso, seria a disposição do jornalista para informar algo a alguém, pois que ele, de modo contrário, também gostaria de ser informado a respeito daquilo. Óbvio que não devemos rechaçar a hipótese, muito aventada no meio, de que, infelizmente, nem sempre pode o jornalista cunhar o seu ofício sem esbarrar em alguma sorte de pressão que termina por transformar-lhe o trabalho: uma pressão em termos de hierarquia, uma pressão organizacional, limitações temporais, etc. Mas mesmo quando isso se dá, mesmo quando o profissional está limitado no escrever de sua própria intencionalidade, a disposição para agir ainda lá permanece. Pode não ser a disposição para agir do próprio jornalista, mas será uma disposição para agir de algum outro alguém que tolheu do jornalista a capacidade de expressão – mesmo este outro espera um resultado a lhe favorecer, ou então busca evitar o problema relacionado ao que se foi noticiado de alguma forma. E mesmo quando estes não forem os casos, mesmo quando uma banalidade suplantará algo que seria de fato uma notícia maiúscula, mesmo se o que tivermos for a típica historietta do homem que morde o cão – sobretudo do modo que se dava antigamente, no seio da historicidade do próprio jornalismo a buscar por um fato extravagante ou extraordinário – o que se tratou de noticiar será uma predisposição para o agir, pois que a notícia também ajuda a aumentar a faculdade e a aplicação lógica do conhecimento. Na medida em que o bom tende a se repetir e a se estabilizar como o padrão, o que é mal tende a sair do lugar comum esperado. Serão estas as aplicações a expandir o saber, ou ao menos a expandir a precaução a respeito de algo, pois que, ademais, o que foge do padrão deve ser contido, mas antes que seja contido é necessário que seja analisado. É necessário conhecer a respeito do mal.

Na busca por esse sentido mais analítico da relação entre a esfera jornalística e o problema do mal, é necessário ressaltar também a disposição do próprio

⁷⁹ Novamente aqui cabe a indicação de que a referência à disposição para agir é a pedra de toque na qual se alicerça o pragmatismo peirceano que, de certa maneira, também tende a influenciar o segundo Wittgenstein.

indivíduo, do espectador, do leitor ou do consumidor da esfera jornalística. O mal pode ser quiçá universalmente definido como algo que o indivíduo não deseja a si mesmo. Nem aquele que pratica o mal deseja sofrer com a ação que pratica – essa constatação, ao menos em tese, também poderia ser incluída no sentido da disposição para o agir, pois o “agir” também passa pelo “evitar”. A disposição para agir passa pela capacidade de análise da proposição ainda que de maneira mental. Quem age está disposto a apostar em determinado resultado, a apostar em uma determinada realização⁸⁰. Ao procedermos desta forma, temos a concepção do objeto ou da ocasião final em mente, pretendemos desfrutar ou simplesmente evitar o resultado final – é daí que a comunicação jornalística torna-se tão eficaz e importante nos dias atuais. A informação transpassada pelo meio permite ao leitor (ao usuário da informação jornalística) que este seja capaz de agir com maior acuidade com vista a um objetivo só dele. Outra maneira de destacarmos o mal nesse recorte é compreendermos de que quanto menores forem os problemas (ou que menos frequentes sejam), maior será a chance de sucesso para esse “agir” ser levado a cabo. A esfera da comunicação, nesse sentido, é muito mais importante do que a mera transmissão de algo para alguma outra coisa – não se trata aqui de um simples conjunto de proposições lançadas ao ar e ao sabor do vento. Toda a informação gerada é criada com base em certas proposições, tendo em mente a faculdade de despertar o agir, ou mais pura e simplesmente o saber, pois que não pode haver ação sem qualquer sorte de conhecimento prévio (ainda que a ação possa resultar de um ato impulsivo). É o papel da notícia ajudar na formação desse novo conhecimento.

De modo que o problema da comunicação se torna a natureza de suas proposições vinculadas ao despertar do agir. Analisando com mais profundidade o jornalismo como fruto da comunicação humana, verifica-se que o problema do mal se adequa facilmente à qualquer necessidade de uma analítica do sentido. É possível criar proposições a partir do mal, gerando assim hipóteses para os conflitos da existência humana. Podemos apostar que o racismo, a fome, a injúria, a

⁸⁰ Não é à toa que Frank P. Ramsey, um dos filósofos responsáveis pela ligação entre a filosofia analítica e o pragmatismo, define este último em termos lógicos através da seguinte disposição: se “*p*”, “*p*”. Ou seja, ao asseverar alguma hipótese, o indivíduo defende que o resultado de sua proposição será igual ao que ele propôs. Do contrário, qualquer hipótese ou proposição não faria o menor sentido. Quando se cria uma proposição com o desejo de estabelecer a verdade, o indivíduo tem em mente a disposição de acreditar naquilo que propôs. Para mais é necessário consultar sua obra *On Truth*.

corrupção, a doença, enfim, tudo aquilo que desejamos evitar, que todo este vasto rol de acontecimentos negativos irão “problematizar” o mundo. Simultaneamente a isso, também é possível suscitar emoções, fazendo com que o leitor se imagine na profundidade dos fatos. É possível alçá-lo à noção de uma multicausalidade – e, mais curiosamente ainda, é possível prendê-lo em um jogo de linguagem do qual não pode escapar. É como se o leitor tivesse a sua curiosidade instigada constantemente no decorrer da notícia. É como se o jornalista o convidasse a observar uma nova definição para o mal: “deixe-me levá-lo pelos labirintos da palavra, deixe-me mostrá-lo o que é o mal nesse jogo que estás prestes a jogar”. E ao jogar o jogo, a vantagem surge quando o participante está mais bem informado e preparado do que os outros – é melhor jogar sabendo previamente das regras do que aprendê-las no decorrer do jogo.

Essa espécie de informação, tão importante no meio, será mais esmiuçada a seguir. No entanto, em termos do agir, podemos aventar mais uma hipótese do porquê de o bem ser menos noticiado do que o mal: a consequência. Se obtivermos um acúmulo informativo no núcleo das proposições que utilizamos, estaremos prontos para lidar com a extensão da consequência. Se algo é bom, não há o que temer, pelo contrário, podemos até mesmo ansiar por aquilo que é bom. Mas se algo é negativo, devemos temer, evitar. Logo, o que se torna mais importante: evitar o mal ou vivenciar o bem? A grande questão é que todos nós, de uma ou outra maneira, gostaríamos de experimentar o bem em plenas faculdades, o mal nos ameaça quanto a isso. A extensão de uma proposição negativa torna-se, por consequência, muito mais importante em termos lógicos do que uma proposição no sentido contrário. Fugimos do negativo por conta disso, mas ansiamos por ele no mundo das notícias, pois que é o negativo que nos satisfaz quando diante da extensão das proposições. Nesse sentido, a novidade será para sempre um fator crucial do jogo informativo – mas isto ocorre apenas quando somos capazes de criar extensões para as proposições sem diminuí-las em nenhum dos eixos que as transpassam: a extensão e a profundidade. Isso é o que veremos logo nas páginas a seguir.

2b. Entre o banal, o histórico e o jornalismo

Poucas são as esferas de representação humana que possuem a estranha capacidade de sacralizar o banal, de banalizar o histórico e, ao mesmo tempo, silenciar o que deveria ser fantástico (pois de que adianta uma descoberta que não será anunciada?); na medida em que o simplório, muitas vezes, encarna uma página tão importante na história humana que seria, de fato, completamente inversa e desproporcional ao que verdadeiramente nos poderia acrescentar. Óbvio que se fala aqui do papel do jornalismo contemporâneo. Pode-se mesmo pensar que vivemos em uma sociedade que está de “cabeça para baixo”. Na televisão, os atores falam livremente sobre tudo e muitas vezes sobre temas que não valem de nada; enquanto isso, cientistas e pesquisadores dos mais renomados permanecem na penumbra da coisa pública. Na internet, blogueiros escusos fornecem discursos funestos dos mais compartilhados, na medida em que jornalistas dos mais experientes são completamente ostracizados. Estes pequenos indícios talvez nos revelem grandes constatações – será que vivemos uma crise informacional sem comparação? Será que a resposta para tanto é ir a fundo na história (na historicidade) do jornalismo, da mídia, ou acreditar que o mundo, as pessoas, a linguagem, os fatos, enfim, tudo e nada mais, estaria completamente banalizado?

Obras como *Fama e Anonimato*, por exemplo, questionam exatamente isso. Nela, o autor (Gay Talese) revira questões curiosas e desconcertantes, que nos fazem justamente questionar qual é o limite entre o fantástico e o banal – ou mais interessantemente ainda, que todo e qualquer banal pode ser fantástico à sua própria maneira. É como se Talese flanasse pela cidade ou por seu país a pescar histórias tão curiosas que se torna difícil não se fiar nelas. O mundo assemelha-se então a uma grande história, há todo um panorama de fundo para uma incessante veia literária – cômica, trágica, crítica, pueril – de caráter profundamente avassalador em termos informativos. Porém, é exatamente aí que o leitor comum cai em contradição: se este deseja se informar, por que razão perde então o seu tempo com aquilo que, à primeira vista, não vai além do banal? A resposta pode ser simples e também extremamente complexa: o caráter informativo da notícia ou da história repousa na novidade⁸¹. Pode mesmo parecer contraditório, mas se houver algo minimamente novo em um fato repetido à exaustão, a motivação para a cobertura

⁸¹ O mesmo parâmetro postulado por Galtung & Ruge (1965).

dos fatos estará lá. Se houver algo novo, a transmissão da história cristalizada na notícia será informativa, do contrário não acrescentará nada de diferente – pior, nesse sentido, indo-se mais longe, podemos mesmo acreditar que exista uma possível banalização da informação (o que em tese explicaria todo o dilema comunicacional apresentado por Arendt em sua obra quando fala a respeito de Eichmann). Tateando entre o conceito do novo e do banal é que podemos nos deparar com o pensamento extremamente complexo de Winfried Nöth (2013). Suas ideias e análises a respeito da propagação da informação se dão de uma maneira completamente original, tendo por princípio a teoria da informação peirceana cunhada na virada do século XIX.

Segundo Peirce, os signos – ou a representação do real concisa em forma triádica: ícone, índice e símbolo – ganham expansão e expressão na medida em que novos significados possam ser incutidos na sua utilização e percepção. Pensemos em uma faca por exemplo. Ao nos depararmos pela primeira vez com alguém cortando uma laranja, descobriremos que a faca é um objeto cortante, que poderá ser utilizada para picar, descascar ou justamente cortar os alimentos. Por outro lado, se um dia nos depararmos com uma situação na qual a faca for utilizada para acuar ou machucar alguém, também descobriremos que a faca pode ser utilizada como uma arma – será, portanto, uma arma (em termos pragmatistas, o significado é o uso). Mais adiante, se por um acaso ocorrer de encontrarmos uma tribo perdida e remota, cujo símbolo religioso for uma faca, também saberemos que esta servirá como objeto de culto. Isto é, o uso dos signos é múltiplo, e vai ganhando significado com as suas consequências gerais.

Em Peirce, a teoria semiótica é praticamente infinita. Não há um limite e muito menos uma origem para a criação sógnica – nesse sentido, é como o texto de Talese: tudo possui uma história em potência, ou seja, todos os signos são em potencial. Ocorre que, brilhantemente, Peirce demonstra que os signos e sentidos deles depreendidos seriam evolutivos – não há um limite claro que visa a uma particularidade em essencial, o que há é uma adaptação de acordo com a necessidade da ocasião. Assim, um signo pode se desdobrar em mil potencialidades; a interpretação coletiva pode delinear ou enveredar a significação por onde for necessária, mas sempre (e absolutamente) de maneira coletiva. Nenhum signo o pode ser de maneira isolada. Decerto que será um exemplo

absurdo, porém, em suma, jamais se poderá dizer que algum dia um indivíduo qualquer será capaz de pegar a faca do exemplo acima e dizer: “eis aqui uma árvore”, para então desfrutar de sua sombra. O estabelecimento dos signos pode ser arbitrário até certo ponto, mas o seu uso, o seu efeito, jamais o será. É assim que os signos vão ganhando em amplitude e angariando significado – ao se descobrir um novo uso e novas potencialidades para a sua representação, a realidade vai se tornando mais cognoscível. A consideração a respeito da história de um signo em potencial também pode resultar em uma boa parcela de tempo bem gasto. O estudo do uso dos signos é também o estudo do uso que a humanidade dá aos seus termos ao “inventar” (ao encontrar, digamos assim) os seus próprios significados. Neste sentido, tal como Peirce (CP 5.313) assegura, se por um lado as palavras que se dirigem aos signos são invenções humanas, por outro são estas mesmas palavras que haverão de reinventar a concepção futura do homem.

Assim, o pensamento e o significado só poderiam existir de duas formas – seja no símbolo, seja nas palavras (ambas esferas de representação). Ademais, tudo isso, em tese, dar-se-ia de maneira lógica. Com isto em mente, Nöth (2013) demonstra que os signos existem em duas dimensões tangenciáveis entre si, na profundidade e em sua amplitude. Peirce acreditava na expansão dos símbolos como a consequência direta de uma determinada expansão do conhecimento. A fim de resumir sua teoria, pode-se dizer que o filósofo acreditava que a sobreposição entre a profundidade de um símbolo (ou todas as características reais que possam ser abstraídas de uma determinada representação) e a sua extensão (ou todas as coisas reais das quais cada uma das representações são predicáveis) representaria o espaço semântico no qual a informação poderia crescer – isto é, o cruzamento semântico dos dois eixos criaria a informação. O esquema abaixo demonstra muito bem o que Peirce acreditava ser a informação:

Fonte: autoria própria

Figura 4. Mapa semântico da informação baseado na semiótica de C. S. Peirce

A maior contribuição de Peirce, nesse caso, foi a criação de uma teoria semântica da informação. Palavras, por exemplo, modificam-se e carregam mais informação na medida em que suas definições e aplicações sejam “estendidas” e passem a representar mais significados e ações. Consequentemente, palavras e informação estão diretamente conectadas. Qualquer quantidade nova de informação gera um conteúdo muito mais amplo que será embutido no interior das palavras que falamos. Quando podemos acrescentar alguma nova funcionalidade à palavra ou ao símbolo que já utilizamos sem que tal aspecto estivesse incutido anteriormente em qualquer direção do gráfico – tanto em sua profundidade quanto na sua extensão – haveria aí um aumento informacional semântico. Além disso, Nöth (2013) constata que todo aumento na amplitude significa um decréscimo na profundidade, na medida em que todo o ganho de profundidade irá desembocar, necessariamente, na redução da amplitude. Até aí, nada de novo, pois que o mesmo resultado já se havia provado em fundamentações semânticas anteriores, mas é daí que a genialidade de Peirce se demonstra com uma razoável dose de bom-senso. Ele propõe a mesma análise semântica, exceto que aqui, ao fazê-lo, irá reverter a sua consideração ao senso máximo – a interposição entre amplitude e profundidade representaria, na verdade, o jogo do parâmetro informacional como um todo. A novidade surge quando o acréscimo do valor na proposição não diminua nenhuma das extremidades. Nöth considera que Peirce, ao fazê-lo, irá levar tal constatação ao seio da própria proposição lógica. A lógica das premissas e proposições, extremamente congruente e metodológica, desemboca também em um emaranhado

intersubjetivo, indicando a capacidade de representação do subjetivo informacional já no mundo externo, social e real. Informação, realidade e novidade são também uma tríade.

Tomemos por exemplo então a seguinte constatação: “todas as mulheres são indivíduos adultos do sexo feminino”. Nesse dizer não há nada de novo, uma vez que tal caso é o resultado de um juízo analítico – é óbvio que todas as mulheres são adultas do sexo feminino. A sobreposição dos termos “mulher” (amplitude) com “feminino” (profundidade) em nada acrescentou ao conhecimento a respeito do tema particular pelo qual se envereda. Porém, se o sentido da proposição for tal que o juízo se torne sintético, ou que dependa da experiência, a conotação dos termos mudará de patamar. Se então alguém nos disser que ontem observou “uma mulher loira”, isso haverá de estender a compreensão a respeito do termo mulher, pois que agora será possível saber que as mulheres podem ser loiras, além de morenas etc. E se formos ainda além e escutarmos que no centro da cidade caminha uma mulher de cabelos azuis, tomar-se-ia por hipótese o fato de que ela fez algo nos cabelos, que possivelmente utilizou um produto de coloração especial, pois que mulher alguma tem os cabelos naturalmente da cor azul. Se encontrássemos um produto de coloração azulada para os cabelos, poderíamos dar por encerrada a nossa busca (nossa teoria então se daria no formato de uma abdução – hipótese: ela pintou o cabelo de azul – premissa a: há um produto azulado para os cabelos – premissa b: mulher alguma nasce com os cabelos azuis). Isto é, a informação, portanto, depende do caráter essencial da novidade; isso se dá muitas vezes de maneira abduativa – tudo o que for novo, tudo o que nos puder expandir o significado prévio de um signo que já tomávamos como “pronto” (ou tudo aquilo que se apresente enquanto hipótese para a descoberta de algo) haverá de acrescentar ao sentido do caráter informacional. Assim, não haveria um limite especialmente bem definido para a proporção da informação. Indo-se mais além se pode mesmo postular que apenas as informações mais verdadeiras e adaptáveis ao seu meio, logo as informações mais informativas (quase um pleonasmo), seriam as instâncias comunicacionais que haveriam de prevalecer a longo prazo.

Outro resultado que Nöth (2013) haverá de garimpar na trama criada por Peirce é a necessidade de que toda a informação esteja ancorada em um objeto indexical na experiência tempo-espacial do ouvinte. Isso é um dado crucial. Sem um

índice bem alicerçado, nenhuma explicação icônica será suficientemente clara a fim de estabelecer o sentido da proposição. Por exemplo, se nos remetêssemos ao termo “telefone” diante de alguém do século XVIII, isto não faria o menor sentido. Em termos mais simples, o que se tenciona dizer com isto é que a coisa, o termo, a linguagem de representação, precisa fazer sentido, mas não apenas isto; ela precisa ser representável em matizes bem claros em um dado momento espaço-temporal. Todo fato precisa estar em seu tempo e toda a palavra também. Nenhum exemplo poderia ser mais claro do que o próprio exemplo engendrado por Peirce:

Dois homens, A e B, encontram-se em uma estrada rural, quando se dá a seguinte conversação:

B. O dono daquela casa é o homem mais rico destas partes.

A. Qual casa?

B. Por qual razão você não vê a casa à sua direita, por volta de sete quilômetros de distância, em uma colina?

A. Sim, acho que posso vislumbrá-la [descry it].

B. Muito bem; é esta a casa.

Logo, A adquiriu informação. Mas se este for a uma vila distante e disser que “o dono de uma casa é o mais rico nestas partes”, a observação não irá se referir a nada, a não ser que ele explique ao interlocutor como proceder de sua atual localização a fim de encontrar aquele distrito e aquela casa. Sem isto, ele não indicará a respeito do que está a falar. Para identificar um objeto, geralmente nós indicamos seu lugar em um tempo específico: e em todo caso devemos demonstrar como uma experiência disto pode estar conectada com uma experiência prévia do ouvinte. (EP 2:7, 1893)⁸²

As aplicações disto na prática são no mínimo explosivas, sobretudo no caso do problema do mal. Ao levarmos esta análise a cabo fica muito claro o porquê de os jornais e os jornalistas se remeterem por vezes a fio à mesma temática. O mal é, em suma, maleável, aguça a percepção – podendo ganhar com os fatos tanto em amplitude quanto em extensão. É quiçá um dos poucos termos que ao se

⁸² No original: “Two men, A and B, meet in a country road, when the following conversation ensues:

B. The owner of that house is the richest man in these parts.

A. What house?

B. Why do you not see a house to your right about seven kilometres distant, on a hill?

A. Yes, I think I can descry it.

B. Very well; that is the house.

Thus, A has acquired information. But if he walks to a distant village and says “the owner of a house is the richest man in those parts,” the remark will refer to nothing, unless he explains the interlocutor how to proceed from where he is in order to find that district and that house. Without that, he does not indicate what he is talking about. To identify an object, we generally state its place at a stated time; and in every case must show how an experience of it can be connected with the previous experience of the hearer”.

expandirem por qualquer uma das extremidades do nosso gráfico, não perderá proporcionalmente em profundidade e amplitude. O mal tanto pode servir como predicado, tal como observamos na ampla maioria das vezes (ex: menino mau, mal feito, malfeitor, maldito), ou então, se andarmos na tênue linha da filosofia, sobretudo ao acompanharmos o raciocínio bem embasado de Hannah Arendt, o mal há de ser também o sujeito – racional ou não. Portanto, não é que o mal esteja simplesmente banalizado, é que ele nos ensina a apreender, este (o mal) infla a percepção “sínica” que tiramos dos eventos e das coisas, é uma espécie de “germe” para uma melhoria continuada e infinita, pois que para todo o bem haverá sempre um mal. Arendt pontua ainda, que o mal não lida apenas com a nossa capacidade de pensar e raciocinar, mas é também a epítome do nosso querer e do nosso agir. É daí que ela resume muito bem as coisas quando nos explica que o maior dos males é sempre aquele cometido por ninguém. Nunca se deve esquecer que o ser e o nada são a dupla face de uma mesma moeda – diante do ser absoluto e do nada absoluto há uma quebra comunicacional tremenda. A quebra de comunicação, tal como já vimos a respeito, é um “prato cheio” para as esferas de representação. Representar o incomunicável é quase uma obsessão⁸³. Representar-se-á o fato, jamais o incognoscível. Como comunicar a respeito do todo cognoscível (o ser)? E como comunicar a respeito daquilo que não é (o nada)? Não é sem razão que o mal exercido por ninguém seja o mais perigoso, pois a ele cabem inúmeros predicados e quiçá todos os sujeitos disponíveis; é um mal sem limite, sem início ou fim – é o mal que lá está desde a origem do universo, impossível de ser domado.

Assim, quando olhamos ao passado e dizemos que “lá está o mal”, este será uma espécie de mal histórico, típico de seu tempo. A historicidade do mal no jornalismo nos relata também as necessidades (e os desafios) de um homem perante o longo desatino de seu próprio tempo e destino. Não há apenas um único mal, senão uma infinidade de todos os males. É assim que ao tomarmos o *Acta Diurna* em mãos, ou os fragmentos e alusões sobre o que este fora algum dia, lá veremos as constantes lutas e guerras contra povos distintos. É dessa maneira que ao nos debruçarmos sobre os escritos de Marat, lá veremos as paixões de um

⁸³ Como representar Deus, por exemplo? Como representar o mundo das ideias? Os valores pelos quais nos pautamos: justiça, amor, virtude? A representação se traduz em fatos – o homem que recebe a dádiva do milagre (Deus), a matemática com aplicações práticas (mundo das ideias), o homem que luta e salva a família (a virtude). Todas as representações do incomunicável serão retratadas no jornalismo por meio de símbolos.

homem que considerava o jogo político e as traições enquanto revoluções perigosas (algo do qual nem mesmo ele escapou mais tarde). Por outro lado, é interessante observar como este mesmo mal, do qual tanto já se falou a respeito, do qual temos a tradição histórica do relato, teima em se reinventar e a reaparecer – justamente como se fosse mais um fator banal do jogo da existência. A guerra que hoje se propaga na Síria, a carnificina sem limites que teima a se reinventar (assim como na época dos romanos); o complô político perigoso que renasce na Turquia, e assim por diante. Percebe-se que o mal se reinventa na modernidade, mas que a sua essência se mantém parecida. O mal, informacionalmente, amplia os signos e por isso não cansamos dele como um fator crasso que confere à história um sentido de novidade. Logicamente, é com ele a maneira mais fácil de criarmos desdobramentos para uma história, pois que ele rearranja a interpretação prévia dos signos que utilizamos.

Levando-se tudo isto quanto se foi debatido em consideração, perceber-se-á que a notícia nada mais é do que a reverberação de uma inquietação representacional que precisa ser aplacada. A informação então se dará com parâmetros naquilo que seja o novo – um crime em determinada área, um assalto acolá, uma guerra no exterior ou na porta de nossa casa, etc. Não é nada novo que um crime, um assalto e uma guerra sejam ruins (não há aumento de informação nesse caso, se nos apoiarmos na teoria peirceana). Porém, toda essa informação será singular no caso de uma nova conotação ao termo. Se em um continente estável houver uma crise de refugiados, a notícia será explosiva (exemplo: refugiados na Europa); na medida em que se ocorrer em um contexto instável e “acostumado” com o mesmo fato, não será nenhuma novidade (exemplo: refugiados em Uganda). É avassalador dar-se conta de que o ruim, o negativo e o mal pode se tornar algo de banal, como se uma crise de refugiados fosse o usual, como o é no caso da África, por exemplo. É daí que se pode tender a uma expectativa de banalização do mal no noticiário. Decerto que será necessário levarmos a consideração de outros fatores em jogo, não podemos ser inocentes quanto a isso: poderio econômico, poderio midiático, racismo etc. Todavia, é importante salientar esse caráter da novidade ainda que “anda” imiscuído no banal⁸⁴. O jornalismo, em certa medida, termina por se equilibrar nesses parâmetros frágeis – entre o ferro e o

⁸⁴ Uma das categorias às quais se remetem Galtung & Ruge (1965).

fogo, o problema de narrar o aqui, esquecendo-se do acolá (da figura maior por detrás da coisa). A representação será para sempre o dilema do jornalista.

Isto é, mesmo o jornalismo, que se pauta no novo, pode deixar de lado a história maior, que fica relegada aos livros de história. O jornalismo, ao se ocupar do novo, ainda que minimamente novo, termina por criar um corte epistemológico menor do que poderia realizar. Ao se atentar nas micro-transformações do dia-a-dia, nas pequenas novidades, termina por deixar correr as veias abertas da história. O limite entre o histórico e o banal, entre a história e o que é próprio ao comum, é verdadeiramente um desafio a quem se ocupa do fazer noticioso. Quando perdemos a capacidade de nos sensibilizarmos diante de uma cena chocante, diante de um grupo social em perigo, é sinal de que nenhum de nós soube escapar à banalização do mal.

3c. O que pode ser (a) notícia?

Ora, diante de tudo quanto se foi visto até aqui, diante do impasse próprio aos leitores das notícias, que se debatem entre a confusão de se guiar por um jornal X na medida em que o concorrente, o jornal Y, acusa o adversário de promover notícias capciosas, é mister perguntar: afinal, o que pode ser (a) notícia? Nesse sentido, nenhum caso foi tão ou mais emblemático do que a sandice gerada entre Pulitzer e Hearst (STEPHENS, 1989)⁸⁵, cada qual a promover a sua versão da notícia, a sua versão dos fatos – se um dizia A, o outro promulgava B; se um narrava uma história aqui o outro dizia que se tratava de uma história acolá. Era difícil saber do que se tratava verdadeiramente a notícia – ou o quê poderia ser (a) notícia (STEPHENS, 1989). A guerra entre os EUA e a Espanha foi um resultado direto desse embate noticioso e “desequilibrado” entre os dois titãs da imprensa norte-americana⁸⁶. Cada um a outorgar ao seu veículo a correta retratação dos fatos. Tudo isto denota que esse embate teórico, o que pode ser (a) notícia, tampouco é coisa nova no meandro jornalístico, ainda que, mais uma vez, não exista uma resposta clara de como resolver com a maior precisão possível essa questão. Ademais, pode-se concluir por meio desse embate analisado por Stephens (1989), que a notícia também poderia funcionar como um meio de “informação desinformante” – o que tampouco deixaria de satisfazer as condições prévias com as quais tivemos de lidar até aqui.

É óbvio que, a despeito de todos os defeitos e todas as objeções levantadas, a notícia nos diz algo. Sua função inicial é dizer alguma coisa. E ela é criada de maneira a tentar dar cabo de uma necessidade universal, como se os múltiplos sujeitos do discurso se orientassem para um fim epistemológico em comum. Não é sem razão que hoje em dia a informação noticiosa seja um método voltado à consonância e ao volume de dados replicados à exaustão pelos meios noticiosos. Muito do que é a notícia hoje em dia se dá com base em uma “homogeneização” dos fatos. Noticiários em qualquer lugar do planeta tendem a repetir as notícias. Ora, e por quê? Apostamos em um fim em comum, em uma estrutura de conhecimento

⁸⁵ É o que ressalta o autor americano Mitchell Stephens em sua obra “A History of News” (1989, pp. 208 -209) a respeito da “briga” protagonizada entre o New York World (de Joseph Pulitzer) e o San Francisco Examiner (de William R. Hearst). Mesmo assim, o autor é mais claramente favorável a Pulitzer, na medida em que questiona os métodos de apuração sensacionalistas instaurados por Hearst.

⁸⁶ Ver análise de Stephens (1989, p. 262) a esse respeito.

minimamente sofisticado que exige de nós uma estruturação em certas categorias mínimas – as categorias do *lead*. Por esse ângulo, a notícia poderia representar um amálgama dos recortes metodológicos daquele que a escreve e, como bem salientou Van Dijk (1988), daquilo que foi referendado pela comunidade das informações mercadológicas encabeçadas por outras pessoas que não os próprios jornalistas – tal como o público ou os donos de jornais. Por outro lado, a notícia também poderia ser o retratado cunhado por uma comunidade interpretativa transnacional (TRAQUINA, 2005b).

Outro modo de conceber o conhecimento transmitido pela notícia é postular que ela poderia ser um entreposto entre duas esferas de excitações mentais diversas – a criação do texto lógico-analítico e a recepção da produção a excitar sensações, o que Marconi (1997) chamou de “sombra”. Subsiste aqui um indício de algo que escapa à mera análise formal das coisas. Isso se dá por duas razões: a primeira delas é que se torna muito difícil criar uma espécie de separação pessoal com o fato dado e o que se deve relatar⁸⁷, a segunda se relaciona justamente ao “buraco” da linguagem que obriga a expressar a noção dos sentimentos na mesma seara de alguns aspectos que, em tese, mais se relacionam ao que é mensurável, empírico e tangenciável. Como conciliar o não-racional e o racional em uma linguagem de igual denominação e de mesma valia a dois indivíduos diferentes é coisa para a qual não se encontrou (e tampouco se deve encontrar) uma solução cabível – a falha do positivismo lógico talvez seja o maior exemplo disso. É daí que a notícia, em certa medida, apela para o clichê: uma norma cristalizada que balance entre aquilo que já sentimos e naquilo em que, no entanto, racionalmente, imaginamos que alguém tenha como comprovar. A notícia poderia ser então um arquivo histórico de clichês, é isso que explica Marcondes Filho (2000):

Acima de tudo, o clichê constrói antecipadamente a notícia: **jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los** (e reforçá-los). (MARCONDES FILHO, 2000, p.109, grifo nosso).

⁸⁷ É o que explica Leão Serva em “Jornalismo e Desinformação” de maneira ainda que sutil a respeito de sua participação enquanto correspondente internacional da Guerra dos Bálcãs em plena Iugoslávia na década de 1990. Como se distanciar de um horror tão mórbido, ou do calor do momento que transpassa um evento dos mais sórdidos, é, a partir do relato dele, coisa muito difícil.

De tal modo que esse repositório de certezas incontestes dos clichês é o que municia o jornalismo a prosseguir na mesma orientação noticiosa. Quando nos pautamos por uma ruptura na ordem, na alteração do que é corrente, em algo que se distancia do usual – essa quebra geralmente representa o foco da notícia. Assim, a notícia poderia ser a repetição de parâmetros pré-estabelecidos para as explicações factuais, que, de certa forma, dialogam – e muito – com o senso comum, terminando por produzir um conhecimento específico que coube em uma ordem pré-estabelecida para a cobertura do que se experimenta enquanto realidade. É o que Marcondes Filho (2000) também nos revela por intermédio de sua obra:

A natureza, a pesquisa científica, a astronomia estão cheias de ocorrências excepcionais, raras, mas a vida social, política, econômica de um país, por exemplo, encara como sensacionais os procedimentos que transgridem as normas e, nesse caso, o ponto de vista jornalístico desempenha um papel de juiz dos valores, geralmente intercedendo em nome dos clichês. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 109, grifo nosso)

Por outro lado, certos clichês permanecem incontestes, quase irredutíveis – quer se goste deles ou não:

Operar com clichês é incomparavelmente mais cômodo, mais fácil, mais simples. Acontecimentos, grupos humanos, filosofias políticas são rapidamente classificados – seja na expressão clara, seja na forma indireta – **como bons, maus**, exóticos, mais apreciados, joviais, ultrapassados, aconselháveis ou desaconselháveis. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 109, grifo nosso)

Assim, a notícia poderia ser a representação do que fica fora e longe de nosso alcance, da ruptura intragável, ao que nos permite compreender o fato embora não possamos fazê-lo de maneira científica e formal – e tudo isso por meio de categorias de análises que nós mesmos nos exigimos (exigimos saber o Q + Q + Q + O + C + P – o quê, quem, quando, onde, como, por que – os dados do *lead* jornalístico). Há, de fato, uma preferência da qual o jornalismo se apropriou para dar roupagem às estruturas factuais do que se toma por realidade – mas essa roupagem, tal como se demonstrou até aqui, é visível: não é outra coisa que não seja o problema do mal. De um modo ou de outro, ele lá estará – seja enquanto alicerce de um clichê binário; seja enquanto caráter reducionista; seja como uma representação gritante, uma espécie de aviso; seja enquanto uma atitude para com a vida em geral, afinal, desde que o homem é homem, é necessário evitar o mal, pois quem informa, informa o que se precisa ficar sabendo – e quem não deseja

evitar o mal? O bem se espalha naturalmente; o que é bom, o que é normal, é recorrente. Mas o mal ressalta o sentido dos fatos, deixa-nos em alerta para os símbolos e as implicações da vida, transforma a linguagem.

Mas e a dissonância de vozes? E a possível polissemia que pode se espalhar no discurso noticioso? Não seria muito ousado reduzirmos a notícia à mera transmissão do sentido do mal, quando, em verdade, haveria diversos motivos inexplorados para a quantificação do fato? Quão enriquecedor não seria uma esfera de múltiplos sentidos? Isso, de fato, faria enorme sentido, se não fosse por três instâncias: o tempo, pois que não há tempo para se ir a fundo nos recortes temáticos de grande amplitude; a vontade do leitor, pois que nem sempre o leitor deseja saber tudo a respeito do que se fala e isso é mais corrente do que se pensa (inúmeros são os exemplos de pessoas que comprem os jornais ou as revistas com base em apenas um único assunto); e, por último, a consonância empresarial, tal como se foi visto e ressaltado por Marcondes Filho, Traquina, Van Dijk entre outros, uma vez que a primazia do furo jornalístico se perde na medida em que as demais empresas jornalísticas são obrigadas a replicar o mesmo fato – se há uma comunidade interpretativa transnacional (TRAQUINA, 2005b), é necessário reconhecer que o mal ajuda a criar uma homogeneização na interpretação dos fatos.

Dessa feita, mais fácil e prático é a operação da construção da notícia a partir de esferas pré-reconhecidas e de comum acordo entre todos (o *lead*). É daí que o mal assume a diante na representação dos fatos, daquilo que é ruim, que incomoda, que quebrou o padrão ao reorganizar o mundo em novos parâmetros⁸⁸ – o processo universal de desencanto. A respeito disso, é mister retomar a análise do trio de pesquisadores canadenses, Ericson, Baranek e Chan, quando se trata do que poderia ser a notícia.

O trio de sociólogos (1987) parte do princípio de que o contemporâneo requer, por essência, um estudo mais aprofundado sobre a mentalidade noticiosa e a sua inserção na sociedade. Em muitos sentidos, é um aprofundamento (ou divergência) daquilo que Galtung e Ruge (1965) haviam escrito. A respeito dos

⁸⁸ É a mesma conclusão de Marcondes Filho (1993) em seu “Jornalismo Fin-de-siècle”, obra esta por meio da qual o autor deixa claro a sua ideia de reorganização social a partir do jornalismo – algo similar ao processo universal do desencanto instaurado por Max Webber, quando de sua análise a respeito da sociedade contemporânea.

critérios de noticiabilidade, ou do discurso noticioso; há logo uma crítica em referência ao “monocromático” estudo dos noruegueses, pois que os discursos noticiosos seriam “múltiplos, entrecruzados, e não são fáceis de classificar” (1987, pp. 139 – 140); para o trio, o discurso jornalístico não é facilmente passível de separação em searas bem definidas. Por outro lado, curiosamente, o mesmo estudo que tencionava amplificar o debate caiu em certas denominações que os investigadores qualificaram como recorrentes⁸⁹:

1. A simplificação: Quanto mais simples, mais facilmente se dá a simplificação (algo que corresponderia à classificação de “clareza” dos noruegueses).
2. A dramatização: Haveria aqui uma diferença cultural acerca do que cada um considera enquanto dramático, porém, para o trio de canadenses, a noção da dor ou do drama é muito importante para a identificação do leitor.
3. A personalização: Quanto mais importante e significativo é o autor da história (daquele a quem se retrata), maior atenção se dará ao fato. (O que Galtung e Ruge chamam de “pessoas de elite”).
4. A continuidade: Isso se passa no exato e mesmo sentido cunhado por Galtung e Ruge. Segundo Traquina (2005b, p. 72), a notícia “se consiste em estabelecer e usar enquadramentos reconhecíveis para perceber o item específico a ser noticiado”.
5. A consonância: Tal como já apareceu posteriormente em Galtung e Ruge, na medida em que o repórter mais se preocupa com o estereótipo, com a noção prévia do que já se viu antes, ao invés do que é novo – tal como os noruegueses disseram, trata-se mais de como enquadrar o novo no velho.
6. O inesperado: Tudo aquilo que quebra o padrão específico de noticiabilidade, sobretudo o que é muito bom, ou muito mau. É daí que podemos repetir a sintomática citação do trio, que inclusive já foi apresentada posteriormente: “as más notícias são boas para o discurso jornalístico” (1987, p. 149).
7. A infração ou o mau comportamento: Tal item se assemelha ao que foi citado acima. Parâmetros de comportamento negativo tendem a ser amplamente retratados pela mídia, pois que, ainda de acordo com os canadenses, os

⁸⁹ A análise de Traquina (2005) presente em “Teorias do Jornalismo” também é muito elucidativa a esse respeito.

jornalistas possuem consigo o ideal de “patrulha da sociedade” e, portanto, devem denunciar o que é ruim, mal e negativo.

De modo que, a partir de tudo quanto se foi visto até aqui, pode-se mesmo apresentar um palpite, bem ousado – é bem verdade! –, a respeito do que poderia ser, enfim, (a) notícia: uma estrutura informativa que “apela” à necessidade do estabelecimento de um conhecimento mínimo, na medida em que apesar de se direcionar ao racional, suscita, em certa escala, um diálogo com os sentidos e as excitações mentais que, embora não mensuráveis, são mais facilmente sublevadas quando expostas à constatação do mal, do ruim ou do negativo. É na percepção do mal que pode haver uma mudança do *status quo* ou do sentido comum, pois que um fato negativo requer, por essência, um julgamento, uma alteração na conduta.

Não se discute aqui que o jornalismo poderia ser melhor, mais polissêmico, ir a fundo nos discursos, abrir as vozes e jamais tapar os ouvidos. Discute-se, sim, o que é de fato a notícia. E ao nos depararmos com ela vemos uma estrutura que possui uma epistemologia, que se sustenta na função (ou na forma), mas que traz consigo, na ampla maioria das vezes, um anúncio que tememos e que já esperamos no dia seguinte, que não é outro senão a constatação do mal. O mal está, por conseguinte, gravado no arcabouço noticioso. Seja pelo limite linguístico que nos acompanha, seja pelos parâmetros de retratação (os clichês ou estereótipos) aos quais estamos ligados. Há na notícia, no discurso noticioso, o prenúncio de algo, o prenúncio do mal. Tal como ressalta Traquina (2005):

O mundo jornalístico pressupõe uma referência a uma noção de “normalidade” como ponto de referência fundamental. Assim a ruptura da normalidade consegue um lugar de referência. **Na “Novaslândia”, o tempo está quase sempre muito nublado, com trovoadas, aguaceiros e rajadas de vento forte. Na “Novaslândia”, podemos dizer que os maus acontecimentos são ótimas notícias.** As notícias não falam sobre a vida, mas sobre uma subespécie peculiar da vida – **esses “momentos dramáticos”, nas palavras de Stephens, em que o feitiço da realidade quotidiana é quebrado pela queda de uma ponte, pela erupção de um vulcão, ou pela morte de um herói.** Acrescenta Stephens (1988: 145)⁹⁰: **“O mundo aparece através das notícias como se fosse iluminado por uma strobe light – vemos poses exageradas, posturas desajeitadas, faces ameaçadoras, mas os movimentos seguros que podem dar significado a essas aparições têm frequentemente lugar no escuro”.** (TRAQUINA, 2005, p. 93, grifo nosso)

⁹⁰ Traquina cita aqui o livro de Mitchell Stephens – A History of News (1988), edição diferente da nossa.

4d. O cientista por detrás do senso comum

Vimos até aqui no que se poderia consistir uma possível cientificidade da atividade jornalística como um todo – que não seria outra coisa além da retratação rigorosa e metódica dos dados que necessitamos “ficar sabendo sobre”; isto é, deveria o jornalismo ser capaz de refinar e trazer à tona as informações mais relevantes para o indivíduo (a transmissão oportuna de informações concernentes à realidade de um determinado instante necessário ou possível). Isto, ademais, apareceria (emergiria) com base na estrutura epistemológica minimamente refinada dos dados que a estrutura cognitiva humana exige e que, tal como vimos até aqui, já não seria outra coisa do que a estrutura do *lead*, de modo que esta estrutura, o *lead*, não é uma formação arbitrária e exclusivamente mercadológica. Em suma, o *lead* teria uma enorme correlação com a própria estrutura cognitiva da qual fazemos uso para darmos significado e interpretação aos estímulos da realidade que nos cerca. Assim, o que vem à tona na notícia seria uma consequência epistemológica dos dados cognitivos requeridos e empregados na comunicação humana intersubjetiva para o estabelecimento de um sentido mínimo. Saber o “Q + Q + Q + O + C + P” (o quê, quem, quando, onde, como, por que – os dados do *lead* jornalístico) é necessário para empregar rigor, desenvolver sentido, e poder alternar ou consolidar uma conduta. Para tanto, pensemos no seguinte exemplo, se alguém nos diz o seguinte dado da experiência sensível: “chove”. Óbvio que daí em diante podemos alterar nossa conduta – é factível pensar que alguém mais cauteloso buscaria ao menos um guarda-chuva e que se abrigaria em algum lugar. Perceba o leitor, no entanto, que é apenas isto: a “margem de manobra” é extremamente restringida para uma interpretação mais vigorosa do que se foi transmitido ou relatado – com apenas um dado isolado, resumido em apenas uma única categoria (“o quê”), não haveria espaço para qualquer outra sorte de perspectiva interpretativa.

Pensemos agora no seguinte contraponto, que alguém nos diga: “chove agora torrencialmente na zona sul de São Paulo devido à chegada de uma frente fria”. Vejamos como podemos arregimentar com isto na estrutura que advogamos aqui:

1. Q (o quê – fato primordial): chove na zona sul de SP
2. Q (quem – agente primordial): a chuva

3. Q (quando – momento da ocorrência do fato): agora
4. O (onde – local da ocorrência do fato): zona sul
5. C. (como – modo de ocorrência do fato): torrencialmente
6. P (por que – causa do fato): devido a uma frente fria

Este tipo de consideração aparenta ser uma das primeiras lições do jornalismo, e tal estrutura é dada como um claro pressuposto fortuito – a estrutura não é esmiuçada como se deve; isto é um claro erro nas teorias sobre jornalismo. Basta que isolemos os dados acima e tentamos dar a estes, já separados entre si, uma espécie de interpretação para os fundamentos de um possível agir – assim, iremos perceber que isto é impossível. Na ausência de qualquer uma das categorias acima, a noção factual fica incompleta. Se alguém nos diz, por exemplo: “chuva agora” (algo que corresponde ao viés do “o quê” e do “quando”; pontos 1 e 3, respectivamente), percebe-se que não se sabe como se dá a situação em termos qualitativos (se é uma garoa, uma chuva torrencial, uma chuva fina), onde chove (em qual região) e assim sucessivamente. O único aspecto que parece ser adequado por si só é o “o quê” (o fato primordial), mas isto tampouco abre margens para sofisticações de cunho menos elementar – não é uma informação detalhada que nos permite maior capacidade de desdobramento e repercussão cognitiva. Além disto, quando este for o caso, quando uma transmissão de informação parece ser pertinente, ainda assim seria necessário investigar se o uso da linguagem é adequado ao significado que se pretende abstrair:

A busca da realidade social e histórica através das páginas de um jornal, **talvez seja uma tarefa incompatível com os parâmetros científicos, se, primeiro, não se investigar o significado das proposições jornalísticas como signo e como fato.** Melhor dizendo, a pesquisa só surtirá algum resultado pelo estudo do significado das palavras e expressões através dos seus usos. (DA SILVA, 1997, p. 166, grifo nosso)

Em resumo, há na estrutura da notícia uma primazia estruturante que, tal como vimos até aqui, dialoga com um ideal normativo – ideal que almeja uma interlocução com todos os indivíduos de uma determinada comunidade de interpretantes possíveis. É por isto que, em comum acordo, a notícia se dirige ao pano de fundo informacional que compartilhamos uns com os outros e que se faz patente na elaboração das categorias que regem a notícia e a produção noticiosa

como um todo. Ao tomarmos como referência os delineamentos noticiosos traçados em esquemas anteriores – baseados em Galtung e Ruge (1965); e Ericson, Baranek e Chan (1987) – ver-se-á que os jornalistas perseguem então modelos representacionais mais ou menos semelhantes. Isto não é sem motivo e tampouco uma característica fortuita. É assim que:

Inevitavelmente, as notícias refletem o ethos especializado da comunidade jornalística e são modeladas pelas suas estruturas e processos, mesmo que a intenção das notícias seja falar sobre, e englobar, as preocupações gerais do cidadão comum. (WEAVER, 1975, *apud*, TRAQUINA, 2005b, p. 23)

Mas afinal, qual seria esta preocupação em comum? Propomos aqui que seja o problema do mal – e este caráter não seria meramente uma imposição psicológica. Trata-se aqui de um fundo epistemológico, um meio de saber, uma maneira para o conhecimento, que busca a integridade (preservação) para o indivíduo. Antes de saber qualquer outra coisa, antes de aprender a conhecer, a estrutura cognitiva do homem deve prepará-lo para se manter vivo – e bem. Por esse ângulo, o aprender – e isso antes ainda do aprender com requinte e esmero, antes de explicar sobre as causas físicas e naturais do meio no qual o indivíduo se insere – deve criar um método para o estabelecimento de um princípio que possa resguardar o seu receptor. Deve haver uma categorização de dados estruturantes que possam auxiliar o indivíduo a fazer sentido de seu mundo. A estrutura do *lead*, a nosso ver, é esta estrutura – que se repete mundo afora, pois que é um esquema que não exige muito gasto de energia no decorrer do jogo da interpretação. Tal como proposto acima por da Silva (1997), isso permite a formação de uma proposição refinada e completa, possibilitando, por consequência, sua composição enquanto signo de um fato. Notícias, nesse sentido, seriam signos “bem arranjados”, que nos permitem uma grande captação de informação por meio da experimentação sensível narrada e testemunhada por outro agente. Por esse viés, o quadro comunicativo se torna indispensável para a formação, para o estabelecimento de uma confluência dos participantes da comunidade de interpretantes possíveis, pois que estes seguem um panorama cognitivo em comum, possuindo, para tanto, um senso para o comum e um comum senso elaborado no interior da própria comunidade da qual fazem parte. É por essas e outras, que estamos dispostos a aceitar que o papel da notícia não se restringe ao atual panorama descrito pela academia – o panorama do cenário

mercadológico. A notícia vai além, dialoga diretamente com uma estrutura que existe para dar cabo do problema do mal.

Dito isto, cabe enveredarmos por um segundo foco de análise, o que intitula exatamente este capítulo: ora, e o jornalista? Qual o seu papel neste foco de análise? Aqui propomos, contudo, que os jornalistas não escrevem as notícias como se pensassem cientificamente. De fato, quando o jornalista está com os pés na redação, por assim dizer, ele não encara a sua atividade como uma pesquisa científica, pelo contrário. O jornalista incumbe-se da notícia mais como se esta fosse uma tarefa. É isso que faculta alguns autores a postularem que o jornalismo não possui uma epistemologia, mas sim um hábito profissional que se encarna naquele que se propõe a escrever as notícias:

As notícias são recolhidas e escritas por pessoas cuja ocupação a tempo inteiro consiste em recolher e escrever notícias. Pode assim dizer-se que os repórteres são (...) membros de uma comunidade ocupacional distinta que tem as suas tradições, preocupações e formas de fazer as coisas distintas. (WEAVER, 1975, *apud*, TRAQUINA, 2005b, p. 23, grifo meu)

São, ademais, profissionais:

Os profissionais professam. Professam conhecer melhor que outros a natureza de certos assuntos, e conhecer melhor que os seus clientes o que os aflige ou aos seus assuntos. Esta é a essência da ideia profissional e da reivindicação profissional. Dela derivam muitas consequências. Os profissionais reclamam o direito exclusivo à prática. (HUGHES, 1963, *apud*, TRAQUINA, 2005b, p. 20)

Este modo de conceber a prática do jornalismo, a nosso ver, é limitado e unidimensional. Já anuímos aqui à hipótese de que o jornalismo atual não se constitui como ciência e que tampouco o será em breve tempo. Poucos são os jornalistas que fazem pesquisa e que desejam conhecer a natureza da própria prática. Poucos são aqueles que se dispõem a questionar pressupostos dos mais básicos, unificando resolução a questões centrais para a atividade (o método, o levantamento de dados, o papel do jornalismo no campo da comunicação, etc). Pesquisadores como o próprio Traquina (2005) enxergam no praticante desta atividade apenas um indivíduo que professa conhecer as linhas gerais de sua incumbência – e que o problema se dá justamente no que apontamos anteriormente, que não há uma unificação central aos dilemas do jornal e da notícia, e que as coisas são como são por conta de uma curiosa tendência econômica. Mesmo assim, é curioso notar que o próprio pensador consinta com o fato de que alguns fatores se

repitam vezes a fio e pareçam extrapolar os problemas da prática – a negatividade inspirada no cerne das notícias como uma delas. Porém, essa visão, a de que o jornalismo é meramente fruto da prática e que pouco tem a ver com um fundo epistemológico, parece-nos falsa e artificial, pois que permite a interpretação de que o jornalista se restringe a um papel em uma cadeia produtiva, tal como se o campo fosse impassível de análise científica, tal como se o jornalismo não fosse um desdobramento natural da faculdade e da vontade de conhecer. Haveria uma cisão entre a prática e a teoria da prática. Em nossa opinião, se este tipo de divisão estivesse correto, se deste modo fosse, outras esferas do saber padeceriam do mesmo mal – exemplo: o médico que apenas medica e não pesquisa não seria médico; e assim sucessivamente. Também o médico, nesse sentido, aqui poderia ser visto unicamente a partir de um prisma econômico. Propomos novamente que é necessário primeiro o método e objeto ao jornalismo (a descoberta de um nicho específico de atuação), e que seus praticantes, os jornalistas práticos, por assim dizer, também enveredem pela pesquisa teórica, pois que nem estes entendem como saem à cata das notícias e por que procedem do modo pelo qual procedem. Também o jornalista poderia conscientizar-se do papel que poderia assumir. Outro problema seria também o estatuto que essa nova ciência poderia assumir no rol já elencado das ciências tradicionais. Japiassu (1978) resume bem o imbróglio:

Diferentemente de a “ciência”, as disciplinas humanas colocam a questão da ciência a partir da história e na história. Seus dois pólos são a epistemologia e a história das ciências. Todavia, não somente esses discursos estão ligados entre si, mas se inserem no tecido ideológico da época e do meio. Tais disciplinas não realizam cortes epistemológicos decisivos, totais e irreversíveis. Isto não quer absolutamente dizer que devam ser relegadas ao domínio da filosofia ou ao da literatura, como ainda pretende o preconceito positivista, para o qual todo o esforço para se “ultrapassar” a matematização seria uma “regressão” a uma etapa pré-científica. Temos aí uma concepção por demais estreita de literatura. Ora, “se nada é mais essencial a uma sociedade do que a classificação de suas linguagens” (...), podemos dizer que as ciências humanas possuem ou deveriam possuir uma função eminentemente emancipatória: no plano teórico, fazem da linguagem o objeto privilegiado de sua reflexão; no prático, põem em questão o estatuto dos diversos discursos e de suas relações recíprocas; esse questionamento, ao invés de opor e de distinguir os diversos discursos, começa por considerar a ciência, a filosofia, e a literatura como práticas significantes. (JAPIASSU, 1978, p. 208)

É crucial entendermos então ao que nos remetemos quando chamamos algo de científico, ou quando chamamos algo da esfera do saber de “ciência”. Tal como apresentamos até aqui, a ciência é descritiva (preditiva) e, nesse sentido, o jornalismo poderia ocupar-se de buscar fenômenos e suas regularidades, criando

assim categorias para o aprimoramento da própria apuração jornalística. O esboço inicial dos valores-notícia, elementos com os quais trabalhamos até aqui, poderia ser uma primeira inclinação, um primeiro indício, sobre como podemos interpretar os dados que nos surgem à mente (ou que apuramos) e em como podemos depurar e facilitar a compreensão da informação pela notícia. A notícia pode realizar exatamente o ideal sugerido na citação acima, auxiliando na esfera discursiva com a disseminação daquilo que nos seja mais relevante por meio das categorias estruturantes do saber informativo.

Your reasonings are determined by certain general habits of reasoning, each of which has been, in some sense, approved by you. But you may recognize that your habits of reasoning are of two distinct kinds, producing two kinds of reasoning which we may call A-reasonings and B-reasonings. You may think that of the A-reasonings very few are seriously in error, but that none of them much advance your knowledge of the truth. Of your B-reasonings, you may think that so many of them as are good are extremely valuable in teaching a great deal. Yet of these B-reasonings you may think that a large majority are worthless, their error being known by their being subsequently found to come in conflict with A-reasonings. It will be perceived from this description that the B-reasonings are a little more than guesses. You will then be justified in adhering to those habits of reasoning which produced B-reasonings, by the reflection that if you do adhere to them, the evil effects of the bad ones will be mainly eliminated in course of time by opposing A-reasonings, while you will gain the important knowledge brought by the few B-reasonings that are good; whereas, if you were to discard those habits of reasoning which produced B-reasonings you would have nothing left but A-reasonings, and these could never afford you much positive knowledge.

C. S. Peirce, *Logica Utens & Logica Docens* (Collected Papers)

CONSEQUÊNCIA DAS POSSÍVEIS HIPÓTESES

O mal como preceito epistemológico do jornalismo – uma perspectiva pragmaticista

A. As raízes nominalistas do jornalismo contemporâneo

Na medida em que vamos chegando ao final da dissertação, traçaremos nesta seção um rápido panorama a respeito das consequências do que vimos até aqui e em como isto poderia se encaixar diretamente com o pragmatismo que orientou a elaboração da dissertação. Se de início trouxemos à tona o panorama geral e mais atual do que há nas notícias e nos meios de comunicação (seu amplo grau de “negatividade” em termos estatísticos); se na sequência tentamos explicar os motivos para o atual cenário ser o que é (explicar a razão de as notícias serem o que são); agora iremos abordar como o jornalismo se moldou e se expandiu à maneira atual – iremos tentar explicar acerca do roteiro que levou o jornalismo a tal perspectiva contemporânea naquilo que tange a sua função, método e modo de criação das notícias, além de destacar alguns de seus pressupostos operacionais. Por fim, nas últimas páginas deste trabalho, iremos conjecturar se é possível pensarmos no problema do mal e no jornalismo a partir de uma égide diferente, que nos abriria uma nova perspectiva para se pensar no campo da comunicação.

Para tanto, é importante destacar que apesar de alinhado aos interesses da burguesia industrial e de governos liberais, o jornalismo, como atividade profissional e econômica, incorporou o discurso da objetividade, do distanciamento e da neutralidade que alimentava o debate científico da época do seu surgimento, o século XIX. Dessa forma, as primeiras teorizações sobre o jornalismo aceitaram as premissas de uma epistemologia radicalmente empírica defendida pelos positivistas, assumindo que a experiência objetiva de fatos concretos é o fundamento último dos hábitos mentais que representam, por abstração indutiva, as regularidades identificadas tanto nos fenômenos da natureza quanto nos fatos sociais.

Na discussão gnosiológica mais ampla, o positivismo do século XIX pode ser definido como uma das manifestações do nominalismo. Por nominalismo, entendemos a crença de que descrições de atributos gerais de objetos e estados de coisas no mundo não correspondem a entidades reais, ou seja, a predicados e

categorias cuja realidade independe da observação empírica de indivíduos ou coleções finitas de indivíduos. Em contradistinação, entendemos por realismo a crença de que esses tipos de predicados e atributos gerais têm uma realidade independente de sua observação empírica. Embora a disputa nominalismo versus realismo remonte à escolástica medieval, não há qualquer prova definitiva que nos obrigue a aceitar um ou outro lado. O fato de a ciência moderna ter se fundado sobre os pilares do nominalismo se deve, possivelmente, a uma tentativa de eliminar o componente metafísico de nossas teorias num momento em que o poder laico se afirmava sobre o religioso.

Seja como for, essas características nominalistas influenciaram o jornalismo tanto como prática social quanto como campo de investigação científica. De fato, se a notícia é o cerne do jornalismo enquanto atividade, os critérios de noticiabilidade, a nosso ver, adotados nas teorias do jornalismo, revelam claramente uma filiação nominalista. Por exemplo, o jornalismo se preocupa mais com a descrição de registro de fatos isolados e suas causas do que com o entendimento de tendências gerais, propósitos e objetivos finais envolvidos. Além disso, adota como critério de importância e relevância para sua investigação o interesse de públicos-alvo bem definidos e limitados, o que acaba por gerar uma segmentação dos produtos jornalísticos de acordo com interesses que podem ser contrários entre si. Transformada em produto a venda (MEDINA, 1978), a notícia é produzida por profissionais do jornalismo e comercializada por empresas jornalísticas numa lógica de competição pela matéria-prima (a informação de interesse público). Advogamos aqui a tese de que uma das consequências da filiação do jornalismo ao positivismo é também a centralidade da concepção nominalista de mal na cobertura jornalística como o próprio cerne epistemológico da atividade, justamente ao revelar o mal.

Isso se reflete claramente nas teorias do jornalismo, tal como observamos no pensamento de Nelson Traquina. Pensemos nos critérios de construção que o próprio pesquisador nos sugere: simplificação, amplificação, relevância, personalização e dramatização. O mal se oferece como uma alternativa tentadora à consolidação de qualquer um destes aspectos. Não é à toa que a anuência do pesquisador português (2005, p. 75) é enfática nesse sentido, nem ele se nega a dizer que “acontecimentos inesperados como aspectos negativos parecem ter mais valor-notícia”. Galtung e Ruge (1965), tal como observamos anteriormente, já

havia concebido uma perspectiva muito similar à nossa, uma vez que admitem que (a) notícias negativas satisfazem o critério de frequência, (b) são mais consensuais e inequívocas (isto é, todos sabem que guerras, estupros e assassinatos são instâncias a serem evitadas), (c) notícias negativas cabem em interpretações prévias, são mais consonantes ao que já se conhece e, por último, paradoxalmente, (d) também são mais inesperadas dando sobrevida aos jornais e meios de comunicação na medida em que estes sempre exigem o sentido da novidade. Terminam o ensaio propondo que quanto maior número de valores um fato possuir, maior será a sua capacidade de preencher os requisitos básicos de uma informação a ser propagada nos meios noticiosos, mas, tal como pontua Traquina (2005), não há uma definição abrangente nesse sentido. Em todo o caso, ressaltamos aqui que é impossível em se pensar na análise dos valores-notícia atuais sem que o mal seja dado como lastro para tanto – inclusive para os fatos positivos, pois o que é positivo só pode ser avaliado enquanto tal diante de um fator contrário.

Qualquer fato de cunho negativo cabe nos parâmetros noticiosos propostos e tenderá a ser notícia. É quase como se a comunicação aventada nesses moldes exigisse que o valor-noticioso supremo fosse o problema do mal: com desgraças, guerras, corrupção, assassinatos, monopolizando a cobertura noticiosa (sobretudo em termos “*hardnews*”). A comunicação, proposta por este viés, leva-nos, invariavelmente, a um recorte diádico e, portanto, maniqueísta no julgamento dos fatos observados e filtrados como notícia. As consequências dessa epistemologia nominalista e de seu desdobramento em uma valoração dos fatos percebidos ora como bons ora como ruins pode ser constatada na cobertura que a grande imprensa faz. Percebemos que quanto mais a epistemologia positivista (e nominalista) se faz presente e enraizada na prática jornalística de uma sociedade, mais o mal se torna critério primordial de noticiabilidade, assim como constatamos na apreciação do noticiário *hardnews* em termos estatísticos. É de se pensar se algum outro viés de análise nos levaria a outra interpretação desse mal nos noticiários. Imaginamos que o pragmatismo de Peirce poderia nos oferecer uma alternativa para se conjecturar acerca desta temática.

B. O pragmaticismo de Peirce como uma forma de propepositismo

Ao contrário do que se poderia imaginar, Peirce não foi um crítico contumaz do positivismo; inclusive, há trechos de sua obra em que se mostrou até um entusiasta dessa corrente, chegando a compará-la ao próprio método pragmaticista de perquirição, ao ponto de defini-lo como uma forma de “*propepositivismo*” – formado em química e acostumado a lidar com sufixos e prefixos, Peirce introduziu o prefixo “*prope*” para marcar “uma extensão ampla e um tanto indefinida no significado do termo ao qual foi prefixado” (DE WALL, 2007, p. 128).

Peirce definia o positivismo como uma doutrina que advoga a descrição definitiva dos fenômenos como a mais alta espécie de conhecimento que o homem poderia alcançar. No entanto, ironizava a “inocência” de seus defensores ao acreditarem em demasia que o conhecimento descrito na linguagem da ciência fosse *ipso facto* o conhecimento último, o conhecimento do próprio real, de modo que à descrição pura e simples dos fenômenos já nada mais pudesse ser acrescentado. O “*propepositivismo*”, ao garantir a extensão ampla e indefinida das descrições simples, implicaria que a descrição das leis científicas jamais teria um fim último, podendo ser sempre expandida e estendida na medida em que se aproximasse do real. Portanto, o falibilismo, ou a doutrina de que nossas crenças são eminentemente falíveis, deve ser um dos pilares da busca do conhecimento. Segundo explica Chiasson, o “*propepositivismo*” de Peirce:

(...) permite realidades que são conceitos gerais, incluindo valores, potenciais e possibilidades. Peirce acreditava que mesmo coisas que não se podem tocar, tais como conceitos gerais, propósitos e valores são coisas reais. Pela razão de que não se pode falar de algo, isso não significa que este algo não seja real. Para Peirce, qualquer coisa é real desde que possua qualidades suficientes para caracterizá-la, ainda que ninguém nunca saiba no que essas qualidades consistem. Seu conceito de realidade propõe que algo pode ser verdadeiro mesmo que nunca tenha ocorrido e mesmo que seja uma ideia que ninguém jamais tenha pensado. (CHIASSON, 2000, p.75)⁹¹

⁹¹ No original: “(...) allows for realities that are general concepts, including values, potentials and possibilities. Peirce holds that even things you cannot touch, such as general concepts, purposes and values, are real things. Just because you cannot speak of something does not mean that is not real. For Peirce, any subject is real as long as it possesses qualities sufficient to characterize it, whether or not anyone ever knows what those qualities are. His concept of reality holds that something can be true even if it has never occurred and even if it is an idea no one has previously thought”.

Tal concepção de ciência, valor e verdade faz com que Peirce nos apareça sob uma interessante perspectiva – o que torna possível diferenciá-lo de outros pragmatistas, tais como William James, além de fornecer uma inusitada perspectiva diante das demais ramificações do positivismo (tal como o positivismo lógico), que tomaram a dianteira na discussão científica, na medida em que o século XIX ia “amadurecendo” suas contribuições filosóficas. E é justamente para enfatizar as diferenças que assumia entre seu pragmatismo de outras estirpes que ganhavam popularidade à sua época que Peirce adota, a partir de 1905, o sufixo “icismo” para sua vertente, designando com ele “uma acepção mais estritamente definida dessa doutrina” (EP 2:334).

Em suma, via Peirce, compreendemos que o pragmaticismo pode nos libertar das raízes nominalistas que regem o pensamento científico moderno, demasiadamente antropocêntricas e marcadas por um dualismo que separa a “machadadas” mente e matéria. Por meio de uma investigação baseada no encadeamento de conjecturas abduativas, deduções rigorosas de suas consequências necessárias e, por fim, testes empíricos contra a realidade observada, admitimos que as leis da mente que regem a evolução do pensamento científico têm as mesmas características lógicas dos processos da natureza, tais como a evolução das espécies vivas, o crescimento dos cristais, o desenvolvimento dos sistemas estelares e o aumento da complexidade nas relações entre as coisas. O pensamento científico ancora-se na esperança, inexoravelmente metafísica, de que há uma afinidade e algum grau de sintonia entre nossas mentes humanas e a lei da mente que rege o cosmos. Assim, em Peirce, a ideia de “progresso”, de descoberta do real, de manipulação das leis da natureza que se atrela ao positivismo, não é completamente repelida, ainda que, de uma forma ou de outra, acabe sendo rechaçada devido ao fato de que o filósofo americano entendia que para se chegar ao fim último das coisas, necessário seria que toda a inteligência contida no universo convergisse para um mesmo fim, levando a cabo o processo de interpretação até o seu final. Em suma, a fim de facilitar a percepção de como Peirce interpretava o positivismo com relação à sua noção de ciência, melhor replicar o que ele mesmo diz a respeito da correlação com suas teorias em uma de suas inúmeras cartas:

A esse respeito, o pragmatismo é uma espécie de propepositivismo. Mas o que o distingue de outras espécies é, primeiramente, sua retenção de uma filosofia purificada; em segundo lugar, sua aceitação completa de um corpo principal de crenças instintivas; e em terceiro lugar, sua tenaz insistência acerca da verdade do realismo escolástico. Então, ao invés de simplesmente zombar da metafísica, assim como outros propepositivistas (...) os pragmaticistas extraem desta uma essência que servirá para dar vida a uma cosmologia e a uma física. Simultaneamente, as aplicações morais da doutrina são positivas e potentes; e também há muitos outros usos deste viés que não são tão facilmente classificáveis. (PEIRCE, 1905, p. 192, *apud* NEKRASAS, 2001, p. 43).^{92 93}

Γ. Uma alternativa pragmaticista para a comunicação jornalística

Curiosamente, nesse mesmo período histórico em que o jornalismo nascia e crescia como atividade social, anunciava-se justamente uma corrente filosófica original, com algumas ligações com o positivismo, mas afirmando-se aqui alternativamente a partir de uma metafísica realista: falamos obviamente do pragmatismo, e mais especificamente do pragmaticismo de C. S. Peirce – um método para esclarecer ideias a partir da experiência em uma comunidade de interpretantes possíveis que compartilham a mesma crença.

Aliás, pensando-se na atividade jornalística, tal como vimos até aqui, este parece ser mesmo o grande desafio daquele que se propõe a escrever as notícias: dar cabo do amplo rol de sujeitos que orbitam o universo do jornalismo, esclarecendo as ideias (interpretando os fatos) que surgem na comunidade que tencionam abarcar. Tal como escreve Groth (2011):

O impulso universal, assim como nós o definimos, atua nos jornais como uma força propulsora e sempre se impõe em último caso como “tendência”. **Também na universalidade, e exatamente nesta, não falta tendência para o máximo, ou seja, para a completude, para o desenvolvimento da característica intrínseca do ente, que anseia pela realização de todas as empreitadas que lhe são abertas e alcançáveis.** O jornalista (...) sabe da universalidade e do esforço e do sacrifício que ela custa. Ele sempre busca oferecer aos seus leitores em cada número uma imagem completa, coerente do que é importante para eles e tem que escolher também, considerar, preferencialmente, todos os seus diversos interesses. (GROTH, 2011, p. 213, grifo nosso)

⁹² No original: ““In this respect pragmatism is a species of prope-positivism. But what distinguishes it from other species is, first, its retention of a purified philosophy; secondly, its full acceptance of the main body of our instinctive beliefs; and thirdly, its strenuous insistence upon the truth of scholastic realism. So, instead of merely jeering at metaphysics, like other prope-positivists (...) the pragmaticists extract from it a precious essence which will serve to give life and light to cosmology and physics. At the same time, the moral applications of the doctrine are positive and potent; and there are many other uses of it not easily classed”.

⁹³ Em: PEIRCE, Ch. S. (1905). What Pragmatism Is? / Ch. S. Peirce, *Selected Writings*. Ed. by Ph. P. Wiener. New York: Dover Publications, 1966, p. 180-202.

Ou seja, é da natureza dos jornais a busca pela orientação do universal, ainda que, tal como sabemos, fique restrito à análise dos casos individuais. Surge aqui um imbróglio: orientar-se na busca pelo o que há de comum a todos os indivíduos, interpretantes possíveis, tendo de lidar exclusivamente com os casos particulares. Notícias, tal como vimos, assumem o papel do que é meramente possível devido à concretude de certos casos – notícias informam a partir de possibilidade realizadas. Notícias, portanto, agem como símbolos que representam (que trazem à tona) alguma sorte de informação. Ao retratarem o mal, ganhamos compreensão acerca do desdobramento de tais circunstâncias sem que nós mesmos precisemos lidar com os efeitos nefastos de sua realização. É por isto que uma epistemologia do jornalismo de cunho pragmaticista adotaria uma concepção do mal cosmológica e vinculada ao *agapismo*, ou seja, ao amor evolucionário que tende à generalização das ideias que contribuem para o crescimento da razoabilidade concreta no universo. Ou seja, na medida em que os fatos retratados sob a égide do negativo fossem revelados, talvez se pudesse perceber que seu sentido não seria despertar a atenção para um único fato particular no mundo, mas demonstrar que o universo corre no sentido de um fim em comum, no qual as mentes coligadas convergem para uma superação em conjunto, de modo que o mal sirva para corrigir nossas hipóteses e conformar nossas ideias às ideias do próprio universo.

Outro aspecto a ser ressaltado é que o mal, tanto enquanto necessidade epistemológica ou como pilar central de um ditame corporativista, poderia também estar ligado à noção de *falibilismo* e à quebra de continuidade do presente. Peirce associa a formação de novos hábitos e de novas leis naturais à resistência de algum aspecto encontrado pela realidade, à alguma quebra na esperança contínua do presente. O mal representa exatamente isso (e quiçá, por esta razão aparece, ingenuamente, como o fator-notícia principal dos jornais): é a quebra por excelência do presente, é a descontinuidade dos hábitos encarnados; exige, portanto, uma transformação dos hábitos. Não é à toa que quando algo de ruim ocorre, exigimos quase que automaticamente sermos avisados do que se passa.

Em suma, advogamos aqui a hipótese de que o pragmaticismo (o “*propepositivismo*”) de Peirce abre-nos outras possibilidades de interpretação daquilo que de outro modo parecer-nos-ia banal: a preponderância do mal nos noticiários. Isto, no entanto, permite-nos especular a respeito do último limiar da

filosofia deste pensador (o próprio Peirce), além de nos possibilitar conjecturar sobre a finalidade última da comunicação, nem que seja como ato de defesa crucial, cuja essência epistemológica é o “combate” (a revelação) do mal ainda que como meio para uma “redescrição” última da realidade.

É evolutivamente vantajoso priorizar a informação negativa, segundo o argumento, pois que os custos potenciais da informação negativa superam – e muito – os potenciais benefícios da informação positiva. O cérebro humano é uma consequência predisposta a focar na informação negativa.

Stuart Soroka, Por que prestamos mais atenção às notícias negativas do que às notícias positivas?

CONCLUSÃO & INDAGAÇÕES ADICIONAIS

Ao tratarmos das notícias, é importante reconhecer que a sua construção, tal como se realiza hoje, não é fruto meramente de um acaso ou unicamente da imposição de um modelo económico inquestionável e imbatível como se fez acreditar no ambiente académico. Decerto que tais características ajudaram na criação de um modelo noticioso uniforme que atravessa meios e canais de comunicação. No entanto, é importante reconhecer que essa noção em voga a respeito da notícia não leva muito a fundo diferenças fundamentais no fazer noticioso. Confunde-se muito uma noção estética e uma noção epistemológica no que tange à elaboração da notícia, de modo que a tentativa em desqualificar a notícia como um dos alicerces fundamentais na elaboração do conhecimento é erro que decorre dessa incapacidade de enxergar dois aspectos que estão amalgamados na forma, mas não em conteúdo.

Quando nos remetemos à velha noção do “Q + Q + Q + O + C + P” isso não será por via da imposição restrita de uma noção mercantil subjacente à transmissão de informação, do veículo comunicacional que “força” a elaboração de uma “*notícia delivery*”, uma construção literária da qual o leitor se alimenta brevemente a fim de seguir adiante com o seu dia. Não é isso que se passa de todo. Ousadamente, o que propomos aqui é que a fórmula do “Q + Q + Q + O + C + P” se remete ao requerimento básico para a elaboração de um conhecimento mínimo; que é impossível a construção de um conhecimento minimamente elaborado que não passe pela “imposição” e necessidade dessa fórmula. Este é o principal alicerce epistemológico no qual se ancora a notícia e no qual alguém ajuizado, que está a escrever estas mesmas notícias, deveria se apoiar. Essas seis questões que hoje estão atreladas ao *lead* são perguntas para as quais todos nós queremos alguma sorte de resolução – é difícil pensar na formação de uma significação para qualquer ocasião que não passe pela resposta destas esferas. Daí nossa ousadia em dizer que a afirmação de que o *lead* é unicamente uma construção mercadológica não faça sentido algum. Se as notícias hoje são concisas e cada vez mais rápidas, flexíveis, isso não se deve à epistemologia das notícias, uma vez que esta estará subjacente à descrição da situação abordada, mas sim ao fundo estético exigido

pelo veículo no qual a notícia se insere. Na medida em que os meios tendem a confluir para um único sentido, e disso já tratava McLuhan muito tempo atrás, é imperativo pensar que a necessidade estética da notícia também se reduza a uma única vertente. No entanto, é imperativo perceber que assim como a música, a literatura, o teatro e tantas outras esferas do sentido humano, a notícia pode também assumir outras formas – e se não o faz, isso se deve à tendência de que hoje vejamos uma homogeneização da forma noticiosa. A estética, portanto, se remete à forma, mas o sentido estético é dado por uma epistemologia que muitas vezes parece inacessível, pois que está diluída na forma. Seja em um jornal, seja na televisão, seja no rádio, no celular, seja a notícia uma longa construção, seja esta razoavelmente pequena, quiçá até uma nota, a notícia, quando notícia de fato, precisa automaticamente responder às questões estipuladas pela fórmula do “Q + Q + Q + O + C + P” – e esta será aqui nossa tese principal. Quanto a isso, pode-se objetar que uma proposição mínima também nos possibilite alcançar algum conhecimento, que se alguém disser “chove”, basta que olhemos para os céus e observemos a água a cair – deste fato ínfimo, por exemplo, já obtemos um conhecimento que ao menos nos possibilita a oportunidade de nos resguardarmos do aguaceiro. No entanto, aqui, neste caso, nossa margem de manobra será muito pequena. A percepção disto contribui exatamente para a compreensão da formação das notícias: individualmente (e sem o respaldo de categorizações adicionais, os dados do *lead*) não obtemos nenhuma segurança quanto a observação dos fatos empíricos e teóricos, pois que não podemos experimentar e provar tudo o que há de maneira solitária. Uma das funções do jornalismo é justamente essa, a de nos poupar tempo através das observações de um outro, por meio de distinções categorizáveis, o *lead*.

Quanto à questão da objetividade do jornalista e da veracidade de seu olhar, é coisa que não abordaremos aqui, embora tenhamos tangenciado a questão no decorrer do trabalho. O papel da complexidade e da simplificação do uso de proposições lógicas também será coisa para análise posterior. Obviamente que desta constatação surgem alguns questionamentos extensivos para os quais ainda não temos certeza. Afinal, se a fórmula do “Q + Q + Q + O + C + P” é o requisito mais básico para a elaboração de um conhecimento mínimo (ainda que minimamente sofisticado), no que se consistiria a exigência para a construção do

conhecimento complexo? Outro importante questionamento é a respeito da duração do conhecimento propiciado pelas notícias e a sua extensão diante dos desdobramentos do tempo, uma vez que é mister reconhecer que os fatos se modificam em uma velocidade apenas perceptível à história – quando Hegel cria o seu famoso dizer de que “a coruja de Minerva só voa ao anoitecer” refere-se exatamente a isso. O sentido surge apenas quando episódios históricos estão terminados, quando podemos olhar para trás a fim de satisfazer nossa curiosidade em ligar os pontos estabelecendo assim uma linha mestra à história. Quando se trata da notícia, difícil dizer que podemos proceder da mesma maneira. Então, como conciliar o conhecimento cotidiano que a notícia nos propicia e encaixá-lo diante do conhecimento soberano dos episódios históricos é coisa para o qual tampouco temos respostas. Outro questionamento que surge imediatamente depois de tudo quanto se foi dito é o seguinte: mas se a fórmula do “Q + Q + Q + O + C + P” é o requisito menor para o estabelecimento mínimo desse conhecimento do qual tanto falamos, de onde é que surgem tais requisitos? Qual é a sua necessidade diante disso tudo? O que nos leva a estabelecer tais parâmetros? Quanto a isso, acreditamos que a análise a respeito do problema do mal possa resolver tais dilemas postulados.

O problema do mal foi um assunto que demorou a receber uma atenção específica da academia e que se restringiu à filosofia – hoje em dia, por outro lado, assume cada vez mais importância nos debates que se remetem à formação dos parâmetros éticos humanos. No entanto, até hoje permanece como temática negligenciada dentro dos estudos de comunicação – exceção foram as análises feitas a respeito do papel desempenhado por Hannah Arendt como escritora do *New York Times* no episódio Eichmann. Mesmo assim, curiosamente, raríssimos são os casos em que “comunicólogos” ocuparam-se da questão, embora, tal como tenhamos visto, seja uma temática que se repita na análise a respeito do valor-notícia, passando pelos mais diversos estudiosos. Quanto ao mal, tal como o leitor há de se lembrar, adotamos um viés mais pragmático ao defini-lo como aquilo que, em sua consciência, não queremos que ocorra conosco (ou que desejamos evitar). A discussão é extensa e não iremos abordar esta seara pormenorizadamente como já fizemos anteriormente, mas é mister nos lembrarmos de que o mal é disruptivo, e é experimentado na realidade, tornando-se assim uma ameaça quanto a nossa

conduta no cotidiano que experimentamos. Não faria sentido algum falar do mal se não pudéssemos experimentá-lo; quanto às suas origens, estas nos permanecem um segredo – várias e complexas podem ser a fonte do mal; seu fundo ontológico, epistemológico e estético também continua um mistério. Apesar disso, deste mistério inescrutável que permanece atado ao assunto, podemos estipular aqui que o mal nos ofereça as bases epistemológicas para a comunicação humana – e esta será mais uma tese na qual nos apoiamos para a construção desse trabalho. Surge aqui a pergunta fundamental: nós nos comunicamos por qual razão? Óbvio que muitas respostas poderiam ser aventadas para solucionar tal questão. Quiçá a mais purista delas seria a de que nos comunicamos, pois que somos seres sociais e, portanto, precisamos constantemente levar a cabo as relações que empreendemos em sociedade. A comunicação seria, nesse sentido, essencial em todos os sentidos. Todavia, não é esta constatação que questionamos. Postulamos, contudo, outra explicação que refine ainda mais esta primeira hipótese – que ao nos comunicarmos, a primeira função que desejamos executar é a transmissão dos valores negativos; comunicamos primeiro aquilo que é mal (a tragédia, a ameaça, a, a morte etc) e só depois confabulamos a respeito do resto. Não que a comunicação se restrinja à transmissão dos valores negativos – é muito possível encontrarmos nossos amigos para conversarmos sobre coisas divertidas, por exemplo. Mas se nos deparamos com o bem de um lado e o mal do outro – o nascimento de um parente ou a morte de um parente –, estamos dispostos aqui nessa dissertação, pragmaticamente, a apostarmos todas as nossas fichas na transmissão de valores negativos.

O mal, portanto, passa na dianteira em tudo aquilo que tange a representação dos fatos. Essa fisionomia recôndita da comunicação humana, que permanece esquecida no emaranhado de dados que comunicamos uns com os outros, essa expressa necessidade de subentender o negativo na transmissão dos fatos, é a epistemologia conjunta do campo comunicacional e da notícia como um todo. A necessidade de uma desemboca na construção da outra. De tal modo que a fórmula do “Q + Q + Q + O + C + P” é a cristalização dos dados objetivos que precisamos saber para fazermos frente ao mal. O que sofre? Quem sofre? Quando sofre? Onde sofre? Como sofre? Por que sofre? Esses seis quesitos são as normas minimamente necessárias para nos abstermos do mal. Ademais, tal como vimos com Galtung e

Ruge, o mal é muito mais universal do que o bem. O mal é mais imediato, seus efeitos são sentidos no presente, na medida em que o bem, a fim de se desvelar enquanto tal, demora mais tempo, dependendo do desenrolar da história. Implicações positivas levam mais tempo para se fazerem testemunhadas. O mal é impactante, quebra a lógica do sentido transversal imediatamente; não sabemos o que esperar dele – e essa será outra característica para a sua preponderância na comunicação. O mal “desarranja” nosso sentido prévio de mundo, ele nos é uma ameaça física e real; podemos padecer por conta dele, suas implicações são mais práticas no campo compartilhado da sociedade e na individualidade do homem comum. O mal ameaça nossas vidas. O bem, de outro modo, é um bônus – se vier, será a constatação de que temos procedido da maneira correta, mas se não aparecer isso tampouco irá modificar a forma de como realizamos nossas coisas no mundo. Aliás, muitas das coisas que tomamos por normal no mundo são boas – estudar, ter saúde, voltar são e salvo para casa e assim por diante. É somente quando essa normalidade é quebrada que o mal aparece, e ele aparece muitas vezes. O ato comunicacional é uma forma de defesa. Por isso que a notícia tende a trabalhar mais com o senso para o comum, pois que, comunitariamente, criamos um sentido para o bem e para o mal. É senso comum evitar o mal, embora tal como tenhamos visto, a notícia também possa se aproximar do verídico método científico ao elaborar modos de investigação para o objeto de sua pesquisa – mas sempre a indagar a respeito de uma incógnita negativa, um problema de pesquisa típico ao negativo. A notícia é então, por consequência, um alarme, um aviso, como se alguém nos dissesse o seguinte: “saiba que isto e isto se passa assim em tal e tal lugar e, portanto, é necessário evitá-lo para que você não tenha problemas”. A notícia, desse modo, nasce da necessidade de retratar o mal, de anunciá-lo, denunciá-lo, e este fator será a sua contribuição para o nosso conhecimento humano e não absoluto; é, pois, uma epistemologia singular. Há, por consequência, uma epistemologia própria à notícia, e esta será a mesma da comunicação humana como um todo: o problema do mal. Se haveria outras teorias do conhecimento para tal seara, para o campo comunicacional por inteiro, é um questionamento propício para outros estudos a respeito da epistemologia da comunicação. Sustenta-se apenas que nossa visão é necessária, pois que faz sentido, e que também é inédita nos estudos da comunicação como um todo – é uma forma de solucionar muito dos

imbróglios que fazem parte do campo ao se destacar o papel das notícias nesse sentido a partir daquilo que, naturalmente, transmitimos uns aos outros.

Outro ponto a ser analisado é o caráter informacional que o mal acarreta aos termos quando pensamos nos aspectos da amplitude e da profundidade representacional inseridas no valor lógico-comunicacional das palavras. Admitindo-se que o homem é um ser simbólico, ou seja, que se comunica por meio de signos e símbolos, ver-se-á o quão maleável é o termo mal – como este pode adaptar-se ao seio das proposições e extensões lógicas que podemos levar a cabo dentro das palavras e, por consequência, dos signos que estas representam. Dizer que a corrupção é coisa ruim, portanto da alçada do mal, é uma noção comum entre nós. Mas na medida em que somos informados de que certo indivíduo pratica atos de corrupção, por exemplo, há um aumento no significado do que a corrupção possa expressar (significar). De início, sabíamos apenas que tal fato fosse algo de ruim, mas não sabíamos que uma extensão adicional – no caso este indivíduo que pratica a corrupção – estivesse no interior do significado prévio de tal palavra. É assim que as palavras vão ganhando em sentido e extensão; é assim que os signos aumentam a sua capacidade simbólica de informação. O mal, por analogia, não é apenas um elemento que subjaz na formação do campo comunicacional enquanto substrato epistemológico; é também um fundamento lógico à construção das palavras e da expressividade humana que podemos abarcar. O mal como esfera de representação calcada no interior dos termos pode ser uma espécie de amálgama de sentido entre searas que se complementam no seio da comunicação humana – no caso a epistemologia (da qual tanto falamos aqui) e também da lógica dimensional (que pouco abordamos). Mesmo no fundo epistemológico deve haver uma lógica que orchestre os processos comunicacionais. Mas isto, fatalmente, será assunto para um estudo posterior.

Em suma, espera-se que tal dissertação tenha sido capaz de gerar um novo ponto de reflexão para a compreensão do que seja uma possível epistemologia da notícia a partir de um fundo de base epistemológico em comum com a comunicação humana; que nossas necessidades comunicacionais não são tão dispersas como se deseja crer, nem que a fundamentação econômica seja o fator principal a operar na construção dos valores comunicacionais que exercemos no cotidiano, mas sim que o problema do mal, até hoje negligenciado na academia, possa ser um aspecto a

revigorar os estudos de comunicação e que, ademais, explique com forte acuidade muitas das problemáticas e necessidades que surgem quando indagamos acerca da comunicação como um todo. É no problema do mal que repousa nossa proposta de construção de uma teoria do conhecimento para o campo, implicando assim, diretamente, na construção das notícias.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- ALBERT, P. & TERROU, F. **História da imprensa**. São Paulo. Martins Fontes. 1990.
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras. 2013.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo interpretativo**. 2ª ed. Porto Alegre. Sulina. 1980.
- BERNSTEIN, C & WOODWARD, B. **Todos os homens do presidente**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1976.
- CARD, C. **The Atrocity Paradigm: A Theory of Evil**. Oxford. Oxford University Press. 2002.
- CHANG, J. **Cisnes Selvagens**. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.
- CHIASSON, P. **Peirce's Pragmatism: The Design for Thinking**. Amsterdam: Brill-Rodopi. 2001.
- DA SILVA, M. **O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem: a notícia jornalística na perspectiva de Wittgenstein**. Porto Alegre. EDIPUCRS. 1997.
- DE WAAL, C. **Sobre pragmatismo**. São Paulo: Loyola, 2007.
- ERICSON, R; BARANEK, P. & CHAN, J. **Visualizing Deviance: A Study of News Organizations**. Toronto. University of Toronto Press. 1987.
- GROTH, O. **O poder cultural desconhecido: fundamentos das Ciências dos Jornais**. Trad. Liriam Sponholz. Petrópolis. Vozes. 2011.
- IBRI, I. **Kosmos Noetos: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce**. São Paulo. Perspectiva. Hólon. 1992.
- JAPIASSU, H. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro. F. Alves. 1978.
- MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**. 2ªed. São Paulo. Ática. 1989.
- _____, C. **Comunicação e jornalismo. A saga dos cães perdidos**. São Paulo. Hacker. 2000.
- MEDINA, C. **Notícia – Um produto à venda**. São Paulo: Alfa Omega. 1978.
- MELO, J. M. **Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis. Vozes. 1998.
- MISAK, C. **Cambridge Pragmatism. From Peirce and James to Ramsey and Wittgenstein**. Oxford: Oxford University Press. 2016.

MUJICA, H. **El Imperio de la noticia: algunos problemas de información en el mundo contemporáneo**. Caracas. Universidad Central de Venezuela. 1982.

NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. São Paulo. Martin Claret. 2005.

PARK, R. **A notícia como conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento**. In: Steinberg, C. Meios de Comunicação de Massa. São Paulo. Cultrix. 1940.

PEIRCE, C. S. **Collected papers** (Vols. 1-6, C. Hartshorne & P. Weiss, Eds.; Vols. 7-8, A. W. Burks, Ed.). Cambridge, MA: Harvard University Press (cited as CP Vol. Paragraph). 1931-1958.

_____. **The essential Peirce: selected philosophical writings**, Vols. 1-2. Peirce Edition Project (ed.). Bloomington: Indiana University. (Obra citada como EP, seguido pelo número do volume e número da página), 1998 (1893-1913).

PIHLSTRÖM, S. **Taking Evil Seriously**. Basingstoke. Palgrave Macmillan. 2014.

PONTE, C. **Para entender as notícias**. Florianópolis. Insular. 2005.

RAMSEY, F. **On truth**. Dordrecht. Kluwer. 1991.

SERVA, L. **Jornalismo e desinformação**. 2ªed. São Paulo. SENAC. 2001.

SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis. Vozes. 2009.

STEPHENS, M. **A History of News**. New York. Penguin Books. 1989.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis. Insular. 2ª ed. 2005

_____. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis. Insular. 2ª ed. 2005.

TODOROV, T. **Mémoire du mal, tentation du bien**. Paris. Laffond. 2000.

TÖNNIES, F. **Resultados e Perspectivas**. In: Para ler Ferdinand Tönnies/Orlando de Miranda (org.). São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.1995.

VAN DIJK, T. **News analysis – case studies of international and national news in the press**. Hillsdale. Erlbaum. 1988.

WARBURTON, N. **Uma breve história da filosofia**. Trad. Rogério Bettoni. Porto Alegre. LP&M. 2014.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad., notas e ensaio introdutório de Luiz Henrique L. Santos. 2ª ed. São Paulo. Edusp. 1994.

_____. **Investigações filosóficas**. Trad. José Carlos Bruni. Col. Os pensadores. São Paulo. Abril Cultural. 1975.

XIRAN. **As boas mulheres da China: Vozes Ocultas**. 5ªed. São Paulo. Companhia das Letras. 2003.

ZASK, J. **Lippmann: Jornalista ou filósofo?** In: A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Vol. 2./ Christa Berger & Beatriz Marocco (org.). Porto Alegre. Sulina. 2008.

Artigos Acadêmicos

CALDER, T. **The Concept of Evil**. In: Stanford Encyclopedia of Philosophy. Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/concept-evil/>>. 2016.

GALTUNG, J. & RUGE, M. H. **The Structure of Foreign News. The presentation of the Congo, Cuba, and Cyprus Crisis in Four Norwegian Newspapers**. Journal of International Peace Research. Oslo. Vol. 2. nº1. pp. 64 – 91. 1965.

LEGG, A. M & SWEENEY, K. **Do You Want the Good News or the Bad News First? The Nature and Consequences of News Order Preferences**. In: Personality and Social Psychology Bulletin. Vol. 40(3). pp. 279 – 288. 2014.

LEO, R. F. **Peirce and Wittgenstein on Common Sense**. Cognitio, PUCSP, Vol. 5, n. 2, p. 180-193. São Paulo. 2004.

MEDITSCH, E. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Mídia & Jornalismo. Vol. 1, pp. 9 – 22, 2002.

NEKRASAS, E. **Pragmatism and Positivism**. Problemos Philosophical Journal. nº 59. pp. 41 – 52. 2001.

NÖTH, W. **Charles S. Peirce's Theory of Information: A Theory of the Growth of Symbols and of Knowledge**. In: Cybernetics and Human Knowing. Vol. 19, nº. 1-2, pp. 137-161. 2013.

ROCHA, P. M. **A importância do jornalismo como ciência no processo de profissionalização da carreira**. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Vol.1, pp. 1 – 8. 2008.

ROMANINI, V. **A contribuição de Peirce para a teoria da comunicação**. In: Cadernos de Semiótica Aplicada. Vol. 14, nº 1, pp. 13 – 56. 2016.

SPONHOLZ, L. **Entre senso comum e ciência: o conhecimento híbrido do jornalismo**. Ciências & Cognição, CIDADE, Vol. 10, pp. 2 – 14. 2007.

Artigos em jornal/revista/on-line

ECO, U. **„Die Sprache ist eine permanente Revolution“**. [08/01/2013]. Berlin. Philosophie Magazin. Interview by Charlotte Pineau and Martin Legros. 2013.

FLEISCHAUER, J. **Warum sind so viele Journalisten links?** 2013. In: <<http://www.spiegel.de/politik/deutschland/s-p-o-n-der-schwarze-kanal-warum-sind-so-viele-journalisten-links-a-895095.html>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

VEJA. **Apresentador da Record: “Aqui tem um monte de coisa que não presta”**. 2017. In: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/apresentador-da-record-aqui-ha-um-monte-de-coisa-que-nao/>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

VILLAS, A. **Notícia boa não presta**. 2015. In: <<https://www.cartacapital.com.br/cultura/noticia-boa-nao-interessa-5610.html>>. Acesso em: 30 out. 2015.